

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO

MULHERES PROFESSORAS:
memórias da organização docente

Natal, RN
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ALCIDES LEÃO SANTOS JÚNIOR

**MULHERES PROFESSORAS:
memórias da organização docente**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, na área de concentração: Cultura e Representações do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do Prof. Dr. José Willington Germano.

Natal, RN
2006

Capa: Alcides Leão Santos Júnior

Fotos de capa: Alcides Leão Santos Júnior e Luzia Martins de Souza

Divisão de Serviços Técnicos

Catálogo da Publicação na Fonte / Biblioteca Central Zila Mamede

Santos Júnior, Alcides Leão.

Mulheres professoras: memórias da organização docente / Alcides Leão Santos Júnior . – Natal, RN, 2006.

162 f.

Orientador: José Willington Germano

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais.

1. Docentes – Memória - Dissertação 2. Professores primários - Dissertação 3. História da Educação na Bahia – Dissertação 4. Organização Docente - Dissertação. I. Germano, José Willington. II. Título.

MULHERES PROFESSORAS: memórias da organização docente

ALCIDES LEÃO SANTOS JÚNIOR

Aprovada em 24 de abril de 2006

EXAMINADORES

Prof. Dr. José Willington Germano
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Orientador

Prof^a. Dr^a Ana Maria do Vale
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Titular

Prof^a. Dr^a Vânia de Vasconcelos Gico
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Titular

Prof^a. Dr^a. Maria Inês Sucupira Stamatto (UFRN)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Suplente

Aos professores
que compuseram essa história.
Aos educadores que, transpondo as barreiras
do tempo e/ou do espaço geográfico,
compõem a minha história.

AGRADECIMENTOS

Somos sujeitos singulares, dotados da capacidade de interferir, de modificar realidades e de (re)construir relações interpessoais que constantemente nos indicam possibilidades, de novas formas, de olhar e buscar o desenvolvimento pessoal e profissional. Nossas ações comportam respostas singulares. Em determinada situação em que somos colocados à prova, temos que fazer escolhas. Somos, portanto, as nossas escolhas.

Penso que estar nesse mundo é tarefa para os que têm coragem e sabem valorizar o percurso dessa estrada cheia de detalhes. Não sei se foi o destino, o acaso ou a sorte que colocou, no meu caminho, pessoas que me ajudaram a crescer. Chegou o momento de tornar público o agradecimento a esses amigos que estiveram presentes em mais uma etapa da minha história.

À Dr^a. Kátia Queiroz pela amizade, carinho, confiança e os constantes cuidados médicos.

À Prof^a. Dr^a. Joseânia Freitas (FACED - UFBA), à Prof^a. Dr^a. Tereza Cristina Fagundes (FACED - UFBA), ao Prof. Dr. Roberto Sidnei Macedo (FACED – UFBA), ao Prof. Dr. José Albertino Lordello (FACED – UFBA) e à Prof^a. Dr^a. Marta Leone (UEFS) pelo apoio e incentivo.

A estas três grandes mulheres professoras que não se renderam: Ana Lúcia Nunes (UNEB), responsável pela minha itinerância profissional, Rita Chagas (FACED – UFBA) e a Didima Melo de Andrade (UNEB) pelos constantes incentivos.

Quando aportei em terras potiguares especificamente, na Cidade Sol, a minha vida passou a ser (re)direcionada pelos escaldantes raios solares, por novas

conquistas e por novos acolhimentos. Nesses dois anos, a Prof^a. Dr^a. Vânia de Vasconcelos Gico (PPGCS – UFRN), a Prof^a. Dr^a. Maria da Conceição “Ceixa” Almeida (PPGED – UFRN), à Prof^a Dr^a Maria Inês Sucupira Stamatto (PPGED – UFRN) e o Prof. Dr. Itamar Nobre (Dept^o. de Comunicação Social – UFRN) tiveram participação intensa nessa (re)significação: de estilo, de meio, de ideal de vida. Obrigado pelas implicações que permitiram tornar o meu olhar multirreferencial e complexo.

À minha família potiguar: Damásio (Barbosinha), Thiago, Thales e Lannisse Lopes que me receberam de coração.

Aos amigos que presenciaram desabafos, lamentações, choros e, principalmente, compartilharam das nossas vitórias e sonhos: Raimundo França, Erick Bernard Chagas, Juliana Alves, Pedro Duarte, Patrícia Giovannini e Roberta Mello.

Aos colegas “aprendizes”: Neila Reis, Dalmo Evangelista, Nazaré Liberalino, Osicleide Bezerra, Janete Castro, Pablo Spinelli, Rita de Cássia Advíncula e Talita Costa pela colheita e troca de saberes.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que cintilam no céu acadêmico.

A minha benção por exorcizar e libertar os meus pensamentos.

“O todo das partes, as partes do todo”. Este trabalho tem as mãos, os dedos, os pensamentos, os olhos, o sono, o cansaço, as alegrias e as tristezas das minhas grandes amigas Geovânia Toscano e Lenina Silva, que, além de tudo, tiveram que suportar o meu mau humor e a minha intransigência, não permitiram, assim, que eu andasse na contramão. Vocês são: o início e o meio: o processo dessa grande

conquista. Toda a beleza, o romantismo, a sutileza e a unicidade do luar do sertão para vocês. A minha benção.

À benção ao Prof. Dr. José Willington Germano - meu orientador e grande exemplo de pessoa e profissional – pela simplicidade e competência, e, ainda pela beleza em nos mostrar que é possível uma ciência, uma sociedade e, principalmente, uma educação pautada no respeito e na ética.

À benção aos meus familiares,

À benção à minha irmã e minha mãe, Gildeci Santos e Teresinha Cursino, respectivamente, às raízes da minha árvore, cujos ensinamentos e companhia são indispensáveis.

Não creio que o tempo
Venha comprovar
nem negar que a História
Possa se acabar
[...]

É como se o livro dos tempos pudesse ser lido de trás pra frente, de frente pra trás.
Vem a História, escreve um capítulo cujo título pode ser "Nunca Mais".
Vem o tempo e elege outra história, que escreve outra parte, que se chama "Nunca
é Demais"
"Nunca Mais", "Nunca é Demais", "Nunca Mais" "Nunca é Demais",
e assim por diante, tanto faz
Indiferente se o livro é lido de trás pra frente ou lido de frente pra trás.

(O fim da história. Composição: Gilberto Gil)

RESUMO

Estuda-se o Movimento das Professoras Primárias da Rede Estadual de Ensino, em Salvador/BA como um movimento social responsável pela criação da entidade representativa da categoria a Sociedade Unificadora de Professores Primários (SUPP). Parte-se do pressuposto de que os interesses pela valorização profissional constituem fatores fundamentais para a sua eclosão. Recorre-se a um referencial teórico, acerca de memória, para sedimentar a pesquisa empírica realizada através da rememoração das professoras primárias que participaram do Movimento, porque ela coaduna lembranças individuais e coletivas. Aborda-se as condições sociais, políticas, econômicas e educacionais que viabilizaram o surgimento desse movimento e delimita-se o intervalo temporal compreendido entre os anos de 1947 a 1951. Saliencia-se que foram necessários recortes históricos os quais antecedem e prosseguem esse período, devido à relevância do contexto histórico-social para a compreensão do que foi e onde se situava o objeto desta pesquisa. Identifica-se três marcos: o primeiro refere-se às motivações em defesa da valorização profissional situado num contexto de reformas educacionais e de pensamento democrático, o segundo vinculado à criação da entidade representativa, fomentado pela necessidade de criação de uma instituição representativa que pudesse zelar pela categoria. Sendo assim, delinea-se a construção histórica do Movimento das Professoras Primárias utilizando as categorias de docência e movimento social, de forma interpretativa. Articulam-se aos fatos e acontecimentos que marcaram esse movimento e sua importância para a História da Educação da Bahia. Embora, a luta pela valorização salarial tenha sido o possibilitador da criação da SUPP, constatou-se que o movimento foi uma mobilização política e social que procurou evidenciar o sentido e o significado do que venha a ser docência com ações que visavam à integração do professorado primário baiano (do interior com os da capital) e promover o desenvolvimento cultural aliado à conscientização da categoria.

Palavras-chave: Docente - Memória, Professores Primários, História da Educação na Bahia, Organização Docente

RESUMEN

Se estudia el Movimiento de las Profesoras Primarias de la Red Estadual de Enseñanza, en Salvador/BA como un movimiento social responsable por la creación de la entidad representativa de la categoría la “Sociedade Unificadora de Profesores Primários” (SUPP). Se parte del presupuesto de que los intereses en la valorización profesional constituyen factores fundamentales para su eclosión. Se recurre a un referente teórico para sedimentar la investigación empírica realizada a través de las profesoras primarias que participaron del Movimiento; una vez que reúne recuerdos individuales y colectivos. Se abordan las condiciones sociales, políticas, económicas y educativas que viabilizaron el surgimiento de dicho movimiento y se delimita el intervalo temporal entre 1947 al 1951. Se destaca que fueron necesarios hacer recortes históricos, los cuales han antecedido y proseguido a ése período, en función al relieve del contexto histórico-social para la comprensión de lo que fue y dónde se ubicaba el objeto de la investigación. Se identificaron tres marcos: el primero se refiere a las motivaciones en defensa de la valorización profesional, situado en un contexto de reformas educativas y pensamiento democrático; el segundo vinculado a la creación de la entidad representativa, fomentando por la necesidad de creación de una institución representativa que pudiese resguardar la categoría. Por lo tanto, se delinea la construcción histórica del Movimiento de las Profesoras Primarias, utilizando las categorías de docencia y movimiento social, de forma interpretativa. Se articulan a los hechos y acontecimientos que marcaron ése movimiento y su importancia para la Historia de la Educación de Bahía. Aun que la lucha por la valoración salarial haya sido el posibilizador de la creación de la SUPP, se constato que fue una movilización política y social buscó el sentido y el significado de lo que sea docencia con acciones que intentaban la integración del profesorado primario baiano (del interior con los de la capital) y promover el desarrollo cultural aliado a la concientización de la categoría.

Palavras-chave: Docente - Memoria, Profesores Primarios, Historia de la Educación en Bahía, Organización Docente.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1: BAÍA DE TODOS OS SANTOS – SALVADOR/BA.....	14
ILUSTRAÇÃO 2: HOMENAGEM AOS FUNDADORES DA SUPP.....	30
ILUSTRAÇÃO 3: LÚCIA BARRETO DE ALMEIDA SOUZA.....	31
ILUSTRAÇÃO 4: LUZIA MARTINS DE SOUZA.....	32
ILUSTRAÇÃO 5: ESMERALDA MARIA DE ARAGÃO.....	33
ILUSTRAÇÃO 6: CLARICE FORTUNA.....	34
ILUSTRAÇÃO 7: CLAUDEMIRA RIBEIRO DE MOURA.....	35
ILUSTRAÇÃO 8: MISSA PELA PASSAGEM DO DIA DOS PROFESSORES, 26 DE JULHO EM FRENTE À IGREJA DE NOSSA SENHORA DE SANTANA, EM SALVADOR/BA.....	36
ILUSTRAÇÃO 9: ESCOLA MARIA QUITÉRIA.....	62
ILUSTRAÇÃO 10: PROFESSORES EM FRENTE AO PRÉDIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, NO CAMPO GRANDE – SALVADOR/BA.....	79
ILUSTRAÇÃO 11: PORTARIA DE PROMOÇÃO DOS AUXILIARES DE PORTARIA (Diário Oficial do Estado da Bahia, de 21 de setembro de 1947).....	94
ILUSTRAÇÃO 12: PORTARIA DE PROMOÇÃO DOS AUXILIARES DE PORTARIA (Diário Oficial do Estado da Bahia, de 18 de setembro de 1947).....	95
ILUSTRAÇÃO 13: ATA DA 1ª SEMANA DO PROFESSOR.....	132
ILUSTRAÇÃO 14: SESSÃO DE POSSSE DA 3ª DIRETORIA DA SUPP.....	138
ILUSTRAÇÃO 15: REVISTA COMEMORATIVA DO 1º DECÊNIO DA SUPP (1947 – 1957).....	145
ILUSTRAÇÃO 16: SALA DE REUNIÕES DA SUPP.....	157

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: LISTA DOS PROFESSORES QUE PARTICIPARAM DO MOVIMENTO DAS PROFESSORAS PRIMÁRIAS - 1947	25
QUADRO 2: Nº DE PROFESSORES DA REDE BÁSICA DE ENSINO DO ESTADO DA BAHIA – ANO DE 1947	73
QUADRO 3: DADOS GERAIS DO ENSINO PRIMÁRIO NO ESTADO DA BAHIA – 1945 a 1951	75
QUADRO 4: VENCIMENTO DOS PROFESSORES DA REDE BÁSICA DE ENSINO DO ESTADO DA BAHIA – 1947 E 1951	76
QUADRO 5: INDICADORES ECONÔMICO-NACIONAIS – 1943/1952.....	77
QUADRO 6: Nº DE PROFESSORES DA REDE BÁSICA DE ENSINO DO ESTADO DA BAHIA – POR SEXO – 1945 a 1949.....	85
QUADRO 7: COMPOSIÇÃO DA 1ª DIRETORIA DA SUPP – 1947 a 1949.....	115
QUADRO 8: COMPOSIÇÃO DA 2ª DIRETORIA DA SUPP – 1949 a 1951.....	130

SUMÁRIO

1 ABRINDO CAMINHOS	14
2 SUJEITOS EM DIÁLOGO.....	30
3 SOCIEDADE, POLÍTICA E EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE O PERÍODO DE REDEMOCRATIZAÇÃO (1946 – 1951).....	36
3.1 BAHIA: TEMPO DE DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	41
3.2 A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO E A POLÍTICA NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. EM 1947	48
3.3 A EDUCAÇÃO PÚBLICA NA BAHIA.....	54
3.4 OS PROFESSORES PRIMÁRIOS DURANTE O GOVERNO DE OCTÁVIO MANGABEIRA (1947 – 1951).....	72
4 MEMÓRIAS DA ORGANIZAÇÃO DOCENTE: A ESCRITA DE UMA HISTÓRIA.....	79
4.1 CRUZANDO OLHARES: MULHER E PROFESSORA	81
4.2 DESVELANDO O MOVIMENTO DAS PROFESSORAS PRIMÁRIAS	90
4.3 AÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS DAS MULHERES PROFESSORAS NA ORGANIZAÇÃO DOCENTE.....	107
5 CRIANDO POSSIBILIDADES	138
REFERÊNCIAS	145
ANEXOS	157

1

*A*BRINDO CAMINHOS

ILUSTRAÇÃO 1 - BAÍA DE TODOS OS SANTOS - SALVADOR/BA



FOTO: Alcides Leão Santos Júnior

1 ABRINDO CAMINHOS

Ó tempo rei. Transformai as velhas formas do viver. Ensinai-me, ó, pai, o que eu ainda não sei. (Tempo rei – Composição: Gilberto Gil)

Uma sociedade é marcada pelos movimentos que produz. Dessa forma, pode ser entendida também enquanto produto desses movimentos. Sendo movimento, ela é mutável e metamórfica no seu agir e no seu pensar. Essas características que ora se apresentam de maneira diferenciada, em cada instância dos seus elementos constitutivos, estão presentes nos ideais que produzem a ambigüidade entre solidificar e transformar ações e pensamentos.

Assim, o universo de tensões que se instaura no cotidiano de uma sociedade permite aos sujeitos encontrarem seu lugar no cosmos. Esse dinamismo incentiva práticas de inserção dos indivíduos para conviverem e co-habitarem em espaços comuns. Em tais espaços, o binômio Sociedade e Educação reveste-se de relações multirreferenciais e nos conduz a refletir que as vozes silenciadas dos sujeitos sociais, calados pela História em um determinado tempo-histórico, podem ser memoradas e expressas no tempo presente. No âmago dessa discussão, interessamos estudar o Movimento das Professoras Primárias, da Rede Estadual de Ensino, na cidade de Salvador, no Estado da Bahia, no período de 1947 a 1951, como uma mobilização que culminou na criação da entidade representativa da categoria: a Sociedade Unificadora de Professores Primários (SUPP).

Tomando como expressão principal à criação da SUPP, nosso olhar emergiu do contato que tivemos com essa Instituição por ocasião do seu cinquentenário, na cidade de Salvador, em 1997. Ao estudar esse movimento, retorno à minha condição de professor primário com todas as excitações que movem este ofício. Tal

retorno está cheio de história de idéias, de fatos e de vidas, eis o tríplice olhar pelo qual a presente pesquisa investiga o Movimento das Professoras Primárias e o motivo por que o tema foi selecionado. Lembramos que o uso do termo no gênero feminino é para destacar a participação de mulheres professoras desde a idealização até a sua oficialização enquanto entidade representativa. Ao longo do trabalho, faremos uso dos termos professor e professores para generalizar a categoria.

A preocupação com a temática “Mulheres Professoras” nasceu do desejo de relatar a história desses atores sociais, que venceram as barreiras de seu tempo e expressaram seus sentimentos trazendo à tona o significado do que venha a ser “professor”. Esse nosso olhar foi sendo fomentado quando freqüentávamos os encontros do Grupo de Estudos em Filosofia, Gênero e Educação (GEFIGE), da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia (FACED-UFBA).

Esta pesquisa constitui-se em um momento de diálogo e reflexão sobre a forma como percebemos a práxis educativa e social. Em primeiro lugar, identificamos a falta de referências sobre o tema, daí porque, como professor da disciplina História da Educação, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias (FAC), na cidade de Candeias/BA, percebemos o número reduzido de referências bibliográficas acerca dos acontecimentos que marcam a história educacional baiana, tendo os professores como sujeitos. Em segundo lugar – a reflexão, decorrente dos estudos sobre memória que nos levou a crer na inexistência de temáticas de estudos situadas nessa época de criação da SUPP. Dessa maneira, ao longo da pesquisa procuramos, também, respostas às nossas inquietações sobre a História da Educação no Brasil, especificamente, na Bahia.

Acreditamos que “[...] não há História da Educação sem um pensamento e um olhar específico sobre a realidade educativa e pedagógica”. (NÓVOA, 2005, p. 9). Assim sendo, a pesquisa baseia-se, fundamentalmente, no período de 1947 a 1951, partindo do processo de criação da SUPP até a sua institucionalização.

Em face ao exposto, é importante salientar a necessidade de fazermos recortes históricos, que antecedem e prosseguem esse período, devido à relevância do contexto histórico-social para a compreensão do que foi e onde se situava o Movimento das Professoras Primárias para que pudéssemos responder aos seguintes questionamentos: Quais as condições sociais e políticas que viabilizaram a articulação das professoras primárias na implantação do movimento que culminou na criação da SUPP? Quais as contribuições que o movimento das professoras primárias ofereceu para a construção e consolidação da organização representativa da categoria?

Buscamos na literatura as referências daqueles que vêm trilhando caminhos em pesquisa e na tentativa de responder a esses questionamentos, encontramos em Bosi (2003, 2004), Halbwachs (2004), Freitas (2002), Caldas (1996, 1997, 1998, 1999), e Ferreira (1996) os aportes teóricos para dialogar com memória; em Romanelli (2005), Teixeira (1947, 1949, 1954, 1959, 1967, 1999) e Ribeiro (2003) a fundamentação em História da Educação no Brasil; em Tavares (2001), Sampaio (1980) e Risério (2004) os subsídios para o entendimento da História da Bahia; em Ianni (1996) Delgado e Ferreira (2003) a exposição clara da História Política e Social do Brasil; em Gohn (2001, 2003 e 2004) o estímulo para explorarmos as questões referentes aos movimentos sociais e em Arroyo (2000) e Fagundes (2003, 2005) a discussão sobre docência.

Com essas referências, fomos levados a acompanhar o olhar por onde a História da Educação Brasileira e Baiana revelam suas inquietudes, suas promessas, suas aspirações, seus desejos e seus sonhos. Mas, também vimos que essas histórias desnudam, evidenciam e nos fazem debruçar em mobilizações, lutas, vitórias e derrotas. Nessas leituras, foi possível identificar três marcos históricos significativos: o primeiro diz respeito às motivações em defesa da valorização profissional situado num contexto de reformas educacionais e de pensamento democrático; o segundo, vinculado à criação da entidade representativa, fomentado pela necessidade de aproximação e união da categoria; e, o terceiro, através da necessidade de criação de uma instituição representativa que pudesse zelar pela categoria, acompanhando as idéias estimuladas pelos pensamentos da época. Esses marcos estavam em sintonia com a abertura política possibilitada pela Constituição Federal de 1946. Esse momento é, também, caracterizado através do clamor pela democratização do país em oposição à ditadura existente durante o Estado Novo (1937 – 1945).

Buscando o parentesco intelectual com nosso tema, encontramos na pesquisa de Costa e Conceição (2005) a análise do movimento das professoras da Rede Municipal de Ensino de Salvador, em 1918. Essas autoras mostram que as mulheres representavam mais de oitenta por cento do corpo docente municipal, na época, sendo um dos fatores decisivos para que a sociedade exercesse sobre elas, na condição de mulher e professora, a exigência de comportamentos e condutas rígidas. Diante desse cenário, o município de Salvador mantém o controle dessas profissionais através das péssimas condições de trabalho, salários baixos e atrasados. Angustiadas com essa situação, as professoras da Rede Municipal

organizam-se e deflagram a paralisação das atividades docentes, em janeiro de 1918.

O governo municipal, em abril de 1918, após empréstimo junto à União, que interveio na situação, paga os salários atrasados dos professores. Esse movimento resulta na criação do Centro de Defesa do Professorado Primário Baiano (CDPPB). Em setembro, do mesmo ano, após terem sido pagos todos os salários pelo município, o movimento se enfraquece e, com ele, o CDPPB se extingue. Em síntese, esse foi um movimento de professores com características que se aproximam das do nosso tema. Isso será constatado, na nossa pesquisa, ao reconstruirmos os acontecimentos que marcaram a criação da Sociedade Unificadora de Professores Primários (SUPP), já que essas mobilizações originam-se de uma necessidade de pensar o coletivo.

Para a trilha metodológica, foi fundamental a compreensão que ela segue uma “[...] perspectiva polifônica de diálogo, apreensão, compreensão, reconstrução, imaginação, criação e destruição de realidades, políticas, experiências, falas e vidas”. (CALDAS, 1999, p. 69). Por conseguinte, o método para as pesquisas que tenham a memória, como metodologia, não deve ser entendido como um sistema lógico e organizado para pesquisar um objeto de estudo, mesmo porque em memória e em história oral, conforme Caldas (1999) não tem “[...] um objeto de estudo, mas um sujeito em diálogo”. (CALDAS, 1999, p. 70). Partindo dessa premissa, passaremos a ver o Movimento das Professoras Primárias, em Salvador/BA, através dos olhos dos nossos “sujeitos em diálogo”, entendidos, também, enquanto sujeitos da memória.

Avaliando que todo conhecimento histórico nasce da ebulição de compreensão do momento tempo-espço, a memória passa a ser resultante do

processo, da tentativa de responder às questões que demandam uma nova forma de compreensão e apreensão de um espaço-tempo-histórico vivido. Para Bosi (2003), a memória é “[...] parte do presente, de um presente ávido pelo passado, cuja percepção é a apropriação veemente do que nós sabemos que não pertence mais”. (BOSI, 2003, p. 20).

A memória compõe o processo organizador da historicidade de um sujeito, que procura (re)juntar pensamentos ditos “contrários”, através do diálogo entre tempo-espaço presente e tempo-espaço passado que busca, nas profundezas do olhar dos sujeitos, as obscuridades e as clarezas das cenas vividas e escondidas na (in)consciência. Nessa perspectiva, um “sujeito em diálogo” é um sujeito da contradição: um ser unidual e duplo, da racionalidade e da irracionalidade, do real e da ilusão. Enfim, um sujeito que vive o presente com o olhar no passado, para projetar o futuro.

Nessa pesquisa em que o campo empírico é a memória, os sujeitos revelam um olhar hologramático, contemplando a sua trajetória. Entende-se que o presente não é uma negação do seu passado, mas uma auto-afirmação da sua identidade. Nesse sentido, um sujeito é construtor de memória individual e coletiva.

A memória é uma apropriação singular que ocorre em um momento de intuição do passado-presente, de forma não-linear. Essa afirmação nos leva a compreender que o passado não é homogêneo, porque o presente promove a re-ligação entre os fatos e acontecimentos distanciados pelo tempo. Nesse entendimento, e, a partir do diálogo com BOSI (2003, 2004) e HALBWACHS (2004), é possível percebermos que a memória também tem função coercitiva e age num tempo presente; ao ser evocada pelas percepções passa a ser operada na instância da consciência. A memória é ativa, é oculta e invasora.

A memória tece uma história que deve “[...] reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxado por outros dedos”. (BOSI, 2004, p. 90). Fazer história através da memória não significa apenas transcrever depoimentos orais. É preciso seguir o itinerário dos sujeitos e vivenciar o espaço-tempo em análise, através de outras fontes memorialísticas.

A memória existe a partir do vivido. Nesse sentido, ela traz à tona lembranças pessoais e tatuadas nos sujeitos. Halbwachs (2004) comenta que, ao evocarmos nosso passado, necessitamos das lembranças do outro. O ponto de referência do lembrar só existe fora dele e, desse modo, definido pela sociedade. Para esse fim, contamos com a memória individual e a memória coletiva. Segundo o autor, o funcionamento da memória individual só é possível através dos códigos de comunicabilidade que não são do sujeito, mas a eles emprestados pela sociedade.

Existe uma relação muito estreita entre o passado e o presente, nas memórias, tendo em vista que os vestígios de um espaço-tempo-vivido estão impregnados na identidade do sujeito. Nesse aspecto, a memória bloqueia sentimentos e experiências que estão sendo operadas no campo do esquecimento, mas que podem vir à tona assim que forem referendados.

É preciso deixar claro que a memória deve ser entendida como uma reconstrução psíquica, social e intelectual de um passado, vista pelo olho do presente, levando em consideração seu caráter temporal e histórico. Com esse direcionamento, a metodologia deste trabalho privilegiou o cruzamento de vivências do pesquisador e dos sujeitos em diálogo com os aportes bibliográficos e documentais. Esse será o ponto de partida para reconstruirmos a história do

Movimento das Professoras Primárias para a criação da sua entidade representativa. Assim, significa dizer que: negamos qualquer tentativa de pensar e agir no presente esquecendo o passado. A pesquisa com memória é um trabalho de resistência, porque o ser humano é histórico. Ela considera o momento e o lugar dos acontecimentos, que são apropriações singulares dos que vivenciaram os atos e ações; muitas vezes, ao serem narrados, sua fidelidade pode ser contestada dando-lhes a dimensão social.

A proposta de pesquisar o Movimento das Professoras Primárias a partir do cruzamento de olhares, de interpretações e de subjetividades resultará na construção de uma escrita polifônica, que também consistirá da interação entre o pesquisador e os sujeitos. As Professoras Lúcia Barreto de Almeida Souza, Luzia Martins de Souza, Esmeralda Maria de Aragão, Claudemira Ribeiro de Moura e Clarice Fortuna apresentam-se como representantes do Movimento das Professoras Primárias que relataram, através de informações verbais, suas trajetórias e o itinerário do movimento nas categorias de análise que direcionam esta pesquisa: Docência e Movimentos Sociais. Vale lembrar que, as informações os depoimentos são creditados aos informantes através de autorização escrita.

Compreendemos a docência como uma ação política realizada pelo professor enquanto sujeito social, cruzando memórias e identidades sendo ao mesmo tempo parte desse cruzamento. Segundo Arroyo (2000),

Ser mestre, educador é um modo de ser e um dever ser. Ser pedagogos de nós mesmos. Ter cuidado com nosso próprio percurso humano para assim podermos acompanhar o percurso das crianças, adolescentes e jovens. É uma conversa permanente com nós mesmos sobre a formação. (ARROYO, 2000, p. 42).

No seu “fazer pedagógico”, o professor é parte integrante porque o seu ofício não acontece, apenas, na escola. É uma prática política e cultural. A docência passa a ser compreendida como um processo multirreferencial de representações sociais, um processo de consciência do papel desempenhado na formação dos indivíduos e na construção da história social. Assim, se define como uma forma de interlocução entre as relações individuais e sociais que seguem da escolha pela profissão, na junção da identidade pessoal, social e profissional até a relevância social do seu papel. Postula-se que a docência vai além do ato de ensinar e envolve vidas e histórias de vida.

Entender essa mobilização de docentes implica compreender como ocorreu a articulação para a sua gênese. Para tanto, analisaremos a origem da SUPP enquanto movimento social que, segundo Gohn (2004), são:

[...] ações sóciopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados. (GOHN, 2004, p. 251).

Para a rememoração dos “sujeitos em diálogo”, recorreremos à entrevista estruturada, pois estamos trabalhando com “[...] uma memória emprestada e que não é minha”. (HALBACHS, 2004, p. 86). A escolha desse instrumento deu-se porque comungamos com o pensamento de Freitas (2002), quando diz que a entrevista é:

[...] uma troca de experiências entre duas pessoas. É uma relação que se estabelece entre pessoas com experiências, formação e interesses diferentes. São pessoas que [...] estarão dialogando e interagindo sobre uma mesma questão. (FREITAS, 2002, p. 84 – 85).

Para a concretização desse diálogo, um fator que corroborou com a estruturação da entrevista foi o encontro que tivemos com a Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza, em agosto de 2003, quando estávamos elaborando o anteprojeto para concorrer à Seleção ao Mestrado. Esse contato foi importante para nos apropriarmos do objeto da pesquisa, tendo em vista a escolha da metodologia. As informações adquiridas, nesse encontro, transformaram-se na assunção de um desejo, de uma paixão, de um compromisso em reconstruir e registrar a Memória da Organização Docente porque o não registro dessas memórias seria um arranhão na minha identidade profissional. Vale ressaltar que iniciei minha atividade docente como professor primário, na cidade de Boquira/BA.

Para os próximos encontros utilizamos a entrevista que não se configurou como uma “camisa de força” que aprisionasse o diálogo, pois elas aconteceram num clima descontraído sem o formalismo ou sem a preocupação com o uso da linguagem culta. Para perseguir os nossos objetivos, utilizamo-nos das seguintes questões: Como se tornou professora? Que recordação traz da sala de aula? Como se deu a criação da SUPP? Como foi o encontro com os professores primários e a adesão ao Movimento? Como o Movimento se organizou? Como o Movimento era visto pela sociedade civil? Como a família via sua participação no Movimento? Qual a grande contribuição da SUPP para a sociedade e para os professores primários? Que recordações tem do Movimento?

Em novembro de 2003, a partir das leituras das Atas de Posse da SUPP - único documento encontrado relativo à origem da Instituição, e das informações da

Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza - elaboramos uma lista contendo os nomes das professoras primárias que participaram do Movimento de criação da Sociedade Unificadora de Professores Primários, em setembro de 1947, na cidade de Salvador/BA.

QUADRO 1 - LISTA DAS PROFESSORAS QUE PARTICIPARAM DO MOVIMENTO DAS PROFESSORAS PRIMÁRIAS SALVADOR/BA - 1947

PROFESSORES	
01	Abelita Gomes da Paixão
02	Alzira de Lourdes Assis
03	Antonieta Leite
04	Deolinda da Silva Lemos
05	Edite de Araújo Vidal
06	Esmeralda Maria de Aragão
07	Ester Castro Silva Reis
08	Helena Cardoso Maia
09	Helena Sampaio Cruz
10	Herondina Boaventura
11	Irene de Araújo Falcão
12	Isabel Falcão
13	Isaura Dulce da Rocha
14	Lúcia Barreto de Almeida Souza
15	Luzia Martins de Souza
16	Oneida Mendonça de Paula
17	Zilda Carvalho

FONTE: SUPP, 1947, p. 1 – 7.

A partir da organização dessa lista, o próximo passo foi o contato com essas professoras. Através de informações verbais, tivemos a infelicidade de saber que dez deles já haviam falecido; duas não se sabe o paradeiro; e, após contato com os demais, ficou perceptível que outras duas professoras não tinham condições de rememorar os acontecimentos. Assim, nosso diálogo se restringiu às Professoras

Esmeralda Maria de Aragão, Lúcia Barreto de Almeida Souza e Luzia Martins de Souza.

Com o propósito de fazer dessa pesquisa um diálogo polifônico e multirreferencial, em nossas conversas formais e informais durante os momentos em que íamos à Sede da SUPP, na Avenida Carlos Gomes, em Salvador, éramos apresentados, pela Vice-Presidente, Professora Helenita de Santana, aos associados. E numa dessas conversas, com o apoio de Valdemiro Cruz, funcionário da SUPP, chegamos aos nomes da Professora Clarice Fortuna, que, na década de 1940, era estudante da Escola Normal da Bahia e da Professora Claudemira Ribeiro de Moura, à época professora primária do interior.

Dessa forma, ao escolhermos a memória como ponto de partida para a (re)construção de um fato histórico, faz-se necessário o confronto com os diferentes atores sociais pois “[...] as histórias narradas pelo grupo pesquisado não são representações exatas do seu passado, mas trazem vestígios desse passado, moldados para que se ajustem à identidade e às aspirações atuais de cada um”. (CARVALHO, 2000, p. 73). Diante dessa situação, nosso quadro de “*sujeitos em diálogo*” estava formado por quatro professoras primárias da capital e do interior e por uma aluna do Ensino Normal.

Munido da entrevista e da relação nominal dos sujeitos para o diálogo, começamos a agendar os encontros. O primeiro passo foi buscar uma forma de contactar com essas educadoras. Com a Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza, conseguimos os números dos telefones das Professoras Esmeralda Maria de Aragão e de Luzia Martins de Souza. Com a Professora Helenita de Santana, os das Professoras Clarice Fortuna e Claudemira Ribeiro de Moura.

Após conversas ao telefone explicando os objetivos da pesquisa, as entrevistas aconteceram individualmente em tempo e espaços diferenciados, conforme determinação dos entrevistados diante das suas disponibilidades para as entrevistas. Ao partir para o encontro com nossos sujeitos, levamos em conta que:

As representações do tempo e a ordem específica de cada narrativa diz respeito à mais íntima estrutura, tanto da singularidade como da coletividade. É, antes de tudo, *representação coletiva de tempo, de ritmos, de acontecimentos e histórias*; é como o indivíduo, a fala e o mundo se tornaram o que são. Ao mesmo tempo, essa temporalidade específica é profundamente delicada. (CALDAS, 1999, p. 101).

Na construção desse passado, fomos aos encontros munido de um bloco de notas, canetas, de um microcassete, além de uma carta de cessão de direitos autorais – conforme está em anexo. Os diálogos aconteceram em locais de trabalho, em residências, obedecendo a essa ordem: Professoras Lúcia Barreto de Almeida Souza, Luzia Martins de Souza, Esmeralda Maria de Aragão, Clarice Fortuna e Claudemira Ribeiro de Moura.

Esses encontros nos deixaram atentos para os vestígios de um passado moldado pelas representações das aspirações atuais; e pelas memórias que foram encaminhadas ao esquecimento por não terem tanto significado no presente. Uma memória é carregada por histórias agradáveis e desagradáveis. Assim, Carvalho (2000) comenta:

Os sentimentos e experiências perturbadores que ocasionaram um desequilíbrio na identidade são reprimidos da memória consciente e só trazidos a público pela memória involuntária, pelas respostas incisivas do entrevistador. Estas memórias ocupam o espaço do esquecimento (CARVALHO, 2000, p. 74).

É preciso postular que um trabalho de rememoração é uma ação tecida em conjunto e operada pelas instâncias psíquicas e sociais. Portanto, é uma reflexão sobre uma mudança de um tempo e de uma sociedade. A memória passa a ser entendida, também, como uma fonte de informação pessoal, que ao longo dos anos, vão sendo atualizadas a partir das experiências socializantes. Halbwachs (2004) deixa evidente que lembrar não é reviver, mas (re)construir com pensamentos e imagens atuais. Todavia, na relação entre homem e sociedade lembrar passa a ser uma ação coletiva porque a memória sustenta-se no interior do grupo e objetiva o registro de experiências individuais inseridas num contexto social. Assim, precisamos deixar claro que, durante a transcrição, alguns acontecimentos posteriores ao tempo espaço dessa pesquisa, 1947 – 1951, e alguns vícios de linguagem foram retirados do texto para torná-lo mais coloquial.

Ainda dentro do nosso propósito, para a interpretação dessas memórias aqui transcritas, selecionamos Docência e Movimento Social enquanto categorias de análise, formando um eixo temático que articula as questões da entrevista com a construção histórica das memórias. Isso porque uma história é escrita a partir de vestígios e registros deixados de uma geração para outra.

Intencionou-se a formulação dessa pesquisa a partir do intercruzamento de memórias porque nossa pretensão é construir uma história através delas, tendo em vista que a utilizaremos como fonte e conhecimento. Nessa perspectiva, como forma de filtragem de informações procederemos a uma reflexão, levando em conta o conhecimento histórico, para que possamos pensar sobre a situação das professoras primárias durante a mobilização até a criação da sua entidade representativa e suas ações coletivas posteriores.

Sendo assim, a pesquisa foi estruturada em duas partes obedecendo à cronologia dos acontecimentos. Em *Sociedade, Política e Educação: um olhar sobre o período de redemocratização (1946-1951)*, primeiro capítulo, identificamos as condições sociais e políticas que viabilizaram o surgimento do Movimento das Professoras Primárias, em Salvador/BA. Por essa fresta, faz-se uma abordagem da sociedade brasileira, especificamente a baiana, dos anos de 1947 a 1951. Este capítulo visa tão somente focar os marcos sócio-político-econômico e educacional, da época em questão, para podermos entender o conjunto de situações que motivaram as professoras primárias a organizarem seu movimento.

No segundo capítulo, *Memória da Organização Docente: a escrita de uma história*, objetivamos estudar a mobilização das professoras primárias, da rede estadual de ensino, na cidade de Salvador, como um movimento social que retrata o papel da professora primária como estímulo para a criação da sua entidade representativa.

Ao estudarmos esse movimento, pensamos em contribuir para o delineamento e construção da história do Movimento das Professoras Primárias em Salvador. Enfatizamos que nossa pretensão é não tratá-la como uma história local, visto que estamos ligando o local ao global, o particular ao coletivo.

2

SUJEITOS EM DIÁLOGO

ILUSTRAÇÃO 2 - HOMENAGEM AOS FUNDADORES DA SUPP



FONTE: SUPP, 1957, p. 02.

LÚCIA BARRETO DE ALMEIDA SOUZA

ILUSTRAÇÃO 3 - LÚCIA BARRETO DE ALMEIDA SOUZA



FOTO: Alcides Leão Santos Júnior

A Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza nasceu em 6 de agosto de 1922, na cidade de Salvador, é viúva, professora aposentada pelo Estado da Bahia. Fundadora da SUPP e da Sociedade Beneficente Dom Edilberto Dinkelborg. Atualmente é Diretora da Escola Dom Edilberto Dinkelborg (como voluntária), em Salvador.

LUZIA MARTINS DE SOUZA**ILUSTRAÇÃO 4 - LUZIA MARTINS DE SOUZA**

FOTO: Alcides Leão Santos Júnior

A professora Luzia Martins de Souza nasceu em 13 de dezembro de 1924, em Salvador, é viúva, professora aposentada pelo Estado da Bahia, atualmente participa da Faculdade Livre da Pituba (direcionada à terceira idade) em Salvador.

ESMERALDA MARIA DE ARAGÃO**ILUSTRAÇÃO 5 - ESMERALDA MARIA DE ARAGÃO**

FOTO: Alcides Leão Santos Júnior

A Professora Esmeralda Maria do Aragão nasceu em 19 de outubro de 1924, em Salvador, é professora aposentada da Universidade Federal da Bahia, Jornalista e Bibliotecária. Atualmente é Diretora da Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em Salvador.

CLARICE FORTUNA**ILUSTRAÇÃO 6 - CLARICE FORTUNA**

FOTO: Alcides Leão Santos Júnior

A Professora Clarice Fortuna nasceu em 21 de janeiro de 1930, é viúva, professora aposentada pelo Estado da Bahia e pela Prefeitura Municipal do Salvador. Atualmente é proprietária e administra uma loja de roupas feminina em Salvador.

CLAUDEMIRA RIBEIRO DE MOURA**ILUSTRAÇÃO 7 - CLAUDEMIRA RIBEIRO DE MOURA**

FOTO: Alcides Leão Santos Júnior

A Professora Claudemira Ribeiro de Moura é natural de Salvador, é solteira, professora aposentada pelo Estado da Bahia. Atualmente exerce as funções de Professora e Diretora da Escola Presidente Roosevelt – de sua propriedade.

3

SOCIEDADE, POLÍTICA E EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE O PERÍODO DE REDEMOCRATIZAÇÃO (1947 – 1951)

ILUSTRAÇÃO 8 - MISSA PELA PASSAGEM DO DIA DOS PROFESSORES, 26 DE JULHO, EM FRENTE À IGREJA DE NOSSA SENHORA DE SANTANA, EM SALVADOR/BA



FOTO: Luzia Martins de Souza.

3 SOCIEDADE, POLÍTICA E EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE O PERÍODO DE REDEMOCRATIZAÇÃO (1947 – 1951)

Um país como o nosso tinha que ter o sentido maior de democracia e não de tirania. (Esmeralda Maria de Aragão)

Acreditamos que o “fazer” pedagógico de um professor não se concretiza distanciado de um olhar múltiplo sobre a realidade. É nessa ação de colheita e de amparo das percepções vivenciadas, das identidades e das memórias, que ele projeta o processo de ensino-aprendizagem e apreende o vivido.

O conhecimento produzido, nessa perspectiva, promove o desenvolvimento de um caráter particular e específico porque é organizado através de atos e ações individuais e coletivas. Sendo assim, a construção ou reconstrução de um processo histórico cria ou restaura um sentimento de domínio de um conhecimento teórico que vai sendo tecido, num processo complexo, por intermédio de experiências identitárias (étnicas, de gênero, profissional, etc).

Nesse sentido, a partir de experiências pessoais de professoras, as memórias do Movimento das Professoras Primárias, na cidade de Salvador/BA, no período de 1947 – 1951, serão trazidas à tona. Isso se constitui um dos pontos enfáticos do nosso trabalho, tendo em vista que utilizamos a memória dos sujeitos como fonte produtora de conhecimentos sobre um tempo, um momento e um espaço histórico e sociocultural. Para tanto, faremos uso concomitantemente de recursos bibliográficos a fim de inter cruzar as subjetividades expressadas como registros de uma multiplicidade de vozes (das entrevistas, dos autores, do pesquisador e do leitor) que comporá esse texto.

A importância dessa trajetória reside no fato de que a memória passa, assim, a construir e se afirmar dentro de um espaço-temporal sem negar o contexto e as experiências vividas. Frisamos, no entanto, que quando ela é trazida à baila, para o espaço e tempo presentes, segue caminhos de acúmulos de experiências que se confundem com as atuais. Dessa forma, acreditamos ser importante para a recuperação de memórias termos referências que tratem desse mesmo tempo-espaço histórico para filtrar algumas informações. Entre elas, selecionamos as contribuições de: Tavares (2003), Sampaio (1980), Dantas Neto (1996), Oliveira (1992) e Fagundes (2003, 2005).

Neste capítulo, objetivamos fazer um estudo da sociedade brasileira, com enfoque específico no Estado da Bahia, a fim de apontarmos alguns marcos sociais, políticos, econômicos e educacionais necessários à compreensão do conjunto de situações que fomentaram a organização dos professores primários, em Salvador, no movimento social e docente em estudo.

Para compreendermos o que levou as professoras primárias a empreenderem o Movimento que culminou na criação da sua entidade representativa, a Sociedade Unificadora de Professores Primários (SUPP), essa pesquisa centra-se na segunda metade do século XX, marcada pelo fortalecimento do pensamento democrático, pela importância e necessidade da paz mundial, pelos sentimentos de igualdade, de liberdade, de solidariedade e de luta pelos direitos fundamentais. Nesse período, a sociedade brasileira, num contexto movimentado pelo final da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), começava a mobilizar-se através de entidades organizadas contra as forças autoritárias que reprimiam e desviavam os olhares e desejos democráticos da população.

Acompanhando essa tendência mobilizadora, as professoras primárias da Rede de Ensino do Estado da Bahia, em Salvador/BA, por se encontrarem imersas num contexto sócio-profissional favorável a demanda por melhorias nas condições de trabalho, lutavam por direitos coletivos. Nessa empreitada, são representantes do Movimento das Professoras Primárias, no período de 1947 a 1951, as professoras Lúcia Barreto de Almeida Souza e Luzia Martins de Souza não satisfeitas com as condições de trabalho e de salário demandadas pelo Governo do Estado da Bahia, resolveram mobilizar as colegas professoras primárias para fundar uma Sociedade que as representasse junto à sociedade civil e política. Assim, foi criada a Sociedade Unificadora de Professores Primários (SUPP).

Essa Sociedade surge num contexto em que a sociedade brasileira estava passando por um processo de redemocratização, após a ditadura do Estado Novo (1937 – 1945), tempo em que os trabalhadores almejavam, segundo Negro e Silva (2003), justiça e liberdade:

Esperança de justiça não era o mesmo que esperar justiça. A volta à democracia implicava invenção de direitos, que por sua vez implicava exigências de seu cumprimento, que dependia da organização e participação dos trabalhadores. (NEGRO; SILVA, 2003, p. 51).

Grande parte dos trabalhadores brasileiros através dos movimentos sindicais vinham adquirindo a consciência de seus interesses, deveres e direitos e passavam a assumir um papel político nesse período de transição democrática, ao mesmo tempo que projetavam no então ditador Getúlio Vargas (1937 – 1945) a garantia de preservar as leis sociais e trabalhistas, alcançadas em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Na prática, os trabalhadores respondendo aos apelos de Vargas, sem uma crítica ao contexto político-social, dão apoio ao seu candidato à Presidência do Brasil, o General Eurico Gaspar Dutra.

No entanto, contrário aos ideais dos trabalhadores a principal marca representativa do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946 - 1951) foi provocar a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro, despertar a livre iniciativa e a igualdade de oportunidades para as empresas, independente da origem do capital. Argumentava-se, à época, que essa atitude tinha como objetivo conduzir as políticas desenvolvimentistas ao distanciamento da visão nacionalista difundida pelo Estado Novo (1937 -1946). Santos (1995), ao comentar esse período histórico, nos ajuda a pensar que:

O processo histórico brasileiro, a partir de 1946, anuncia-se como uma nova fase, em que as forças econômico-sociais, surgidas desde antes de 1930, com base na industrialização, criaram condições efetivas de mudanças no quadro geral da sociedade brasileira [...]. (SANTOS, 1995, p. 11).

O Brasil estava, agora, mais aberto ao capital internacional seguindo os caminhos do “liberalismo econômico” nos quais as empresas brasileiras associavam-se às estrangeiras. Completa Ianni (1996) que “[...] ao recusar o nacionalismo econômico, como princípio básico de política econômica, recusava-se também a possibilidade de um capitalismo de tipo nacional”. (IANNI, 1996, p. 93). Sendo assim, o governo de Dutra (1946 -1951) passa a ser (re) conhecido como aquele que provocou o rompimento das políticas econômicas, de cunho nacionalista, do governo de Getúlio Vargas (1937 – 1945).

Certamente, o contexto de mudança de governo, de internacionalização da economia, de reclame pelos direitos fundamentais e; acima de tudo, de reconstrução democrática, nos anos de 1940, corroboraram para que as professoras primárias baianas se organizassem e criassem a sua entidade representativa, a fim de reclamar por melhores condições de trabalho e valorização salarial e profissional em um espaço local.

3.1 BAHIA: TEMPOS DE DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Considerando as múltiplas variáveis que interferem no processo de redemocratização de uma nação, dentre elas as econômicas e as sociais, o Brasil sob o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951), após a ditadura do Estado Novo (1937 – 1945), enfrentaria uma nova fase na trajetória histórica do país. Apesar das inúmeras situações que favoreciam esse caminho, a democracia era, mundialmente, a palavra de ordem, no período posterior à Segunda Guerra (1939 – 1945). Sobre esse momento a Professora Esmeralda Maria do Aragão comenta que “[...] um país como o nosso tinha que ter o sentido maior de democracia e não de tirania”. (Informação verbal)¹. Conforme citamos na epígrafe inicial.

Após as efervescências político-partidárias, eleitorais e constitucionais, condutora de Dutra à Presidência da República, as expectativas centravam-se nas eleições estaduais para a escolha dos governadores e deputados estaduais, os quais tinham, também, como tarefa elaborar as Constituições Estaduais.

Na Bahia, os acordos políticos marcaram a campanha eleitoral para o executivo e legislativo, em 1947. De um lado, Octávio Mangabeira² surge candidato através de um acordo interpartidário para representar a coligação da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Democrático (PSD) que, também, foi apoiada pelo Partido Republicano (PR), pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB)

¹ ARAGÃO, 2004.

² Octávio Mangabeira nasceu em 27 de agosto de 1886, em Salvador/BA. Professor da Escola Politécnica da Bahia. Sua carreira política iniciou-se em 1908, como vereador em Salvador, aos 21 anos de idade. Prosseguiu em cinco mandatos sucessivos de deputado federal, entre 1912 e 1926 quando, convidado por Washington Luís, tornou-se Ministro das Relações Exteriores. É exilado pelo Estado Novo, indo morar em Nova York (1938 – 1945), com a anistia retorna ao Brasil e é eleito presidente nacional da União Democrática Nacional (UDN) em 1945. Retorna aos cargos políticos sendo constituinte na Câmara Federal (1946 – 1947), governador da Bahia (1947 – 1951), deputado federal (1955 – 1959) e senador vndo a falecer durante o mandato, em 29 de novembro de 1960.

e pelo Partido de Representação Popular (PRP). De outro lado, Antônio Garcia de Medeiros Neto lançava-se candidato pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido do ex-presidente Getúlio Vargas (1937 – 1945). Para esclarecer esse momento político, diz Tavares (2001):

Realizadas as eleições a 19 de janeiro, Otávio Mangabeira foi eleito governador com 211.121 votos, contra 92.629 dados ao candidato do PTB, Medeiros Neto, que, todavia venceu na capital do Estado: Medeiros Neto, 28.823; Mangabeira, 21.596. (TAVARES, 2001, p. 455).

Sampaio (1980) completa a informação nos mostrando que Octávio Mangabeira:

Só perdeu quatro dos 150 municípios da Bahia: três pequenas comunas do interior de eleitorado insignificante (Alcobaça, Laje e Mata de São João) e na capital que sempre foi reduto petebista [...] E a diferença de Medeiros Neto não foi grande mesmo em Salvador: 26.823 votos contra os 21.596 de Otávio Mangabeira (SAMPAIO, N. 1980, p. 120 – 121).

A vitória de Octávio Mangabeira já era esperada devido aos acordos políticos. Sua estratégia política foi marcada por “[...] um estilo de campanha, quase sem viagens ao interior e, na capital, preferindo o rádio aos comícios [...]” (DANTAS NETO, 1996, p. 175). Possivelmente, assim estaria mais próximo do eleitorado baiano já que durante seu exílio, em Nova York (1938 – 1945), tornou-se um desconhecido, para as novas gerações, pois seu nome foi proibido de ser citado na imprensa pela censura do Estado Novo (1937 – 1945). Sobre o que Mangabeira (1951) desabafa:

Não foi uma certa mágoa íntima que, ao reencontrar-me com a Bahia, sem que dela, em coração, nunca houvesse estado ausente, senti que, não obstante a benevolência geral de que me via cercado era, em todo o caso, recebido com uma tal ou qual cerimônia, como se tratasse de um hospede. A ditadura tinha movido, além do mais, contra mim, a hostilidade do silêncio. (MANGABEIRA, 1951, p. 5 – 6).

Em 10 de abril de 1947, Octávio Mangabeira é eleito para administrar um Estado com mais de quatro milhões de habitantes, falido e distante das transformações industriais que seguiam os Estados das regiões sul e sudeste do país.

Nos primeiros meses de seu governo, Octávio Mangabeira, que carregava a bandeira da democracia, teve que governar por decretos até que fosse promulgada a Constituição Estadual. Contudo, esse fato não arranhou sua reputação de democrata, porque para ele, em entrevista ao Jornal “O Estado da Bahia”, em 24 de maio de 1945, “[...] toda democracia que não resolve os problemas das classes proletárias, é uma democracia manca”. (MANGABEIRA apud SAMPAIO, N. 1980, p. 131). Assim, as expectativas depositadas em seu governo levaram-no a escolher um secretariado “a ponto de dizer que parecia um ministério”. (SAMPALIO, N. 1980, p. 121). Ao que parece, foi, também, uma forma de contemplar a coligação partidária que o elegeu. Do PSD integrou Oliveira Brito (Segurança Pública), enquanto João da Costa Pinto Dantas Júnior (Fazenda), Albérico Fraga (Interior e Justiça) representavam a UDN, Nestor Duarte (Agricultura), Epaminondas Berbert de Castro (Secretário de Governo) e Wanderlei de Araújo Pinho (Prefeito de Salvador) eram autonomistas e como convidados Anísio Teixeira³ (Educação e Saúde) e Arnaldo Pimenta da Cunha (Viação e Obras Públicas).

³ Anísio Spinola Teixeira nasceu em Caetité/BA, em 12 de julho de 1900, bacharel em Direito. Era considerado um experiente no cargo porque no governo de Francisco Marques de Góes Calmon (1924 – 1928) foi Inspetor Geral da Instrução. Em 1928 fez pós-graduação na Columbia University, em Nova York, aproximando das idéias educacionais do filósofo norte-americano John Dewey, retorna à Bahia como Professor da Escola Normal da Bahia. Em 1931, é convidado por Pedro Ernesto, prefeito do Distrito Federal, para assumir o cargo de diretor da Instrução Pública e depois secretário de Educação do Distrito Federal cargo que lhe deu projeção nacional, pois cria um sistema de ensino que vai da pré-escola à Universidade. Em 1935, ao receber ameaças de morte pede exoneração do cargo e retorna para Caetité. Em 1942 retorna a Salvador para ser um dos consultores da UNESCO para elaborar planos e metas para a educação do mundo após a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). Em 1947 assume a Secretaria Estadual de Educação e Saúde e em seguida o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP – órgão do Ministério da Educação. Após escrever várias obras morre em 1971.

Devido ao exílio em Nova York (1938 – 1945), Octávio Mangabeira não conhecia a fundo a realidade social do Estado da Bahia. Ao assumir o Governo, ficou perplexo com a situação de pobreza na qual vivia a grande maioria dos baianos. Tavares (2001) informa que:

Uma das situações mais traumáticas que o governo Mangabeira encontrou foi a crise urbana na cidade do Salvador, provocada pela migração de milhares de famílias do interior do estado para a capital, fenômeno causado pela concentração da propriedade da terra e da falta de presente e futuro para os que trabalhavam. As invasões em áreas desocupadas resultaram do movimento migratório. A primeira foi o Corta Braço, no bairro da Liberdade. Seguiu-se a área alagada da Massaranduba, à margem do Caminho de Areia, hoje avenida Tiradentes. Aí se formou a vila Ruy Barbosa. Depois de um período de conflitos entre invasores e polícia, o governo Mangabeira concordou em desapropriar, “por motivo social”, as terras invadidas. (TAVARES, 2001, p. 461).

Circunvizinha a essa área estava a Escola 2 de Julho, no bairro da Fazenda Grande do Retiro, marcando o início das atividades docentes das Professoras Luzia Martins de Souza, em 1942, e Esmeralda Maria de Aragão em 1943.

A Professora Esmeralda Maria de Aragão nos informa que:

[...] morava em Brotas e trabalhava na Fazenda Grande do Retiro. Em 1943 o transporte era bonde. Pegava o bonde de Brotas e saltava em Sete Portas e ia a pé subindo uma ladeira terrível. Foi uma experiência, assim, muito interessante. Sofridal! (Informação verbal)⁴.

A Professora Luzia Martins de Souza, iniciando suas atividades em 1942, na Escola 2 de Julho relembra que:

A Escola 2 de Julho estava recém-construída. Ainda existe essa Escola. Já tem mais de sessenta anos. Na época ela só tinha duas salas grandes onde eram duas classes em uma sala. [...] maioria dos alunos eram moradores da periferia. Filhos de "magarefes"; como se chamavam os empregados do Retiro. Onde se matava boi na época. (Informação verbal)⁵.

⁴ ARAGÃO. 2004.

⁵ SOUZA, Luzia, 2004.

A realidade da Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza não era distante ou diferente daquela das suas colegas, mesmo porque em 1941, iniciava suas atividades docentes na Escola Duque de Caxias. Ela comenta:

Mal tinha começado a Escola num bairro totalmente abandonado. Essa Escola contribuiu muito para o desenvolvimento do bairro da Liberdade. Nós professores tínhamos dificuldades em ensinar os alunos a usarem os vasos sanitários. Eles não sabiam usar. Foi uma trabalhadeira muito grande. (Informação verbal)⁶.

Podemos observar que, mesmo distante das condições sanitárias, as Escolas Primárias chegavam à população menos favorecida da periferia soteropolitana. De acordo com as informações do IBGE (1990, p. 120), na década de 1940, a cidade de Salvador tinha 290.443 habitantes. Com déficit de moradia, a cidade passou a conviver com a carência de saneamento básico, de água, de iluminação pública e de transporte. A Professora Luzia Martins de Souza rememora:

[...] eu trabalhava à tarde, a Escola terminava às aulas às cinco horas da tarde para não perder esse bonde da Calçada que passava para nos trazer de volta. Passava cinco horas a gente tinha que descer a Ladeira da Fazenda Grande correndo. Naquele tempo a gente trazia os cadernos para corrigir em casa naquela ânsia, naquela vontade toda. Nós descíamos a Ladeira correndo, os meninos segurando a bagagem correndo junto com as professoras. Tudo novinho. Todas as oito que trabalhavam lá tinham, a mesma idade. Era uma festa. (Informação verbal)⁷.

Segundo a Professora Esmeralda Maria de Aragão:

Tudo que a gente sofre na vida fica marcado. Sofria porque primeiro era o bonde que demorava a chegar, dias de chuva a gente pegava lama e chegava ao Colégio todo cheio, sapato, as roupas, tudo. Era um transtorno ensinar lá. (Informação verbal)⁸.

⁶ SOUZA, Lúcia, 2004.

⁷ SOUZA, Luzia, 2004.

⁸ ARAGÃO, 2004.

Além de todas essas deficiências, a população baiana ainda sofria, como muitos brasileiros com o alto custo de vida. No Brasil, conforme Munhoz (1997), a década de 40, do século XX deve ser vista em:

[...] duas fases, cada qual com características distintas e opostas: a primeira, até 1944, com taxas de inflação elevadas e crescentes, sob influência dos reflexos econômicos decorrentes das restrições próprias do conflito mundial; a segunda, a partir de 1945, com taxas moderadas de inflação, quando o governo manteve congelados os preços das moedas estrangeiras, evitando assim maiores impactos internos por força dos aumentos nos preços das importações no pós-guerra. (MUNHOZ, 1997, p.62).

Com a fala de Munhoz (1997) acrescida à informação contida no Diário Oficial do Estado da Bahia (D.O.E. BA) de 28 de setembro de 1947, percebemos que o Governo Estadual, através da Comissão Estadual de Preços estipulava “preço teto” para os gêneros alimentícios. O texto oficial alertava:

A presente tabela se aplica a todos os negociantes varejistas os quais deverão mantê-la afixada no Estabelecimento Comercial, em lugar que a torne de fácil leitura para o público, sob pena de multa, prevista no art. 25 do Decreto-Lei n. 9.125 de 4 de abril de 1946. – Quinzenalmente os preços dos gêneros alimentícios serão revistos. (D.O.E. BA, de 28 de setembro de 1947, p. 5223).

O Governador Octávio Mangabeira inquietava-se com essa situação porque não compreende “[...] como um Estado potencialmente rico, com terras propícias às mais diversas culturas, com grande rebanho bovino, de clima ameno e de povo inteligente, jazia em tal estagnação econômica”. (SAMPAIO, N. 1980, p. 123). Advém daí, o planejamento e a instauração de inquéritos para investigar o funcionamento das empresas estatais, nominado, de “enigma baiano” porque as atuações dessas empresas não eram conhecidas.

Com o desvendamento dos segredos do “enigma baiano” e sob a orientação do economista Inácio Tosta Filho, Octávio Mangabeira estabeleceu o Plano de Ação Econômica. Um conjunto de programas de desenvolvimento do Estado da Bahia que se orientava pela tomada de consciência desenvolvimentista e pelo superávit na arrecadação estadual sem perder de vista o caráter social.

Por esses encaminhamentos, o Estado investiu na construção do Fórum Ruy Barbosa, do Hotel da Bahia, do Teatro Castro Alves (Lei nº 432 de 2 de julho de 1948 com as obras iniciadas em 1957), da Biblioteca Monteiro Lobato (1950) e do Estádio da Fonte Nova. Em cooperação com o Governo Federal constrói a Refinaria de Petróleo, em Mataripe (1949), a Hidroelétrica de Paulo Afonso (1948), conclui a Rodovia Rio-Bahia e amplia a Universidade da Bahia⁹ incluindo a inauguração do Hospital das Clínicas, em 1949.

Sobre a economia baiana da época, Sampaio (2005) comenta:

[...] a Bahia tinha uma economia (e sistema de tributação) instável, porque dependente tanto do mercado exterior como do interno, e sensível às flutuações da política cambial e monetária do Governo Federal. Em plena metade do século XX, a economia da Bahia ainda guardava nítido ranço colonial: cerca de um quarto da sua renda provinha do comércio de exportação que, por sua vez, dependia, em mais de 60%, de um único produto, o cacau. (SAMPAIO, C. 2005, p.25).

Observando-se o todo, ressaltamos também que, nesse período, o cacau, o fumo e a mamona eram as principais atividades agrícolas exportadoras do Estado. O cacau melhorou o preço no mercado internacional, só que esse fato não melhorou a situação econômica do Estado porque ele trazia “[...]” mais divisa ao país” do que à Bahia [...]”. (TAVARES, 2001, p. 461).

⁹ Com a Lei Nº. 1.254 de 4 de dezembro de 1950, a Universidade da Bahia passou a compor o sistema federal de ensino superior, sendo mantida diretamente pela União e de acordo com a Lei Nº. 4.759 de 20 de agosto e 1965, passa a chamar-se Universidade Federal da Bahia.

Na política, o governo de Mangabeira (1947 – 1951) foi considerado um calmante, no entanto, foi marcado pelo acordo partidário e pela boa relação entre o Estado e a União. Isto não significou uma paralisia nas disputas entre as elites da política baiana, pois ao longo do seu governo conseguiu conviver com as pressões dos grupos conservadores da política baiana e ganhou popularidade com o povo. Segundo Dantas Neto (1996):

[...] isso significa apenas que o estranhamento diminuiu em relação à sua pessoa. Quanto ao conjunto da elite dirigente, ele estava, ao contrário, ganhando corpo na penumbra. (DANTAS NETO, 1996, p. 176).

Ainda que essa trégua fosse um paliativo para que o Estado retornasse ao desenvolvimento socioeconômico, setores da política conservadora baiana desdobravam-se para retornar ao poder. Em suma, os quatro anos de governo de Octávio Mangabeira foi um período de realizações para a retomada da Bahia ao desenvolvimento socioeconômico.

3. 2 A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO E A POLÍTICA NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA

No cenário político baiano, entre 1947 e 1951, o poder executivo, representado por Octávio Mangabeira, atuou sem uma liderança política no Legislativo Estadual, para evitar os possíveis confrontos entre os parlamentares. O governo foi considerado um “[...] processo contínuo no qual ausentes às crises políticas, inexistiram também reformulações ou correções de rumo dignas de nota”. (DANTAS NETO, 1996, p. 178). Esse fato marcou a boa relação entre o Executivo e o Legislativo no Estado da Bahia.

A Assembléia Legislativa da Bahia entre compromissos e alianças com o Executivo centra seus trabalhos na redação da Constituição Baiana de 1947, promulgada em 02 de agosto do mesmo ano. Sobre esta Constituição do Estado da Bahia, interessa-nos o Título V: Dos Direitos Fundamentais, especificamente o Capítulo II, referente à Educação e a Cultura, inicialmente escrito pelo então Secretário Estadual de Educação e Saúde, Anísio Spinola Teixeira, a pedido do Governador. O referido pedido atendia a indicação de que os Sistemas Educacionais seriam descentralizados seguindo a determinação da Constituição Federal de 1946. Assim, Teixeira propôs a criação de um conselho para a administração educacional que seria o Conselho Estadual de Educação da Bahia.

Clarifica-se que esse Conselho absorveria a Secretaria Estadual de Educação e teria plenos poderes para administrar o Sistema Educacional Baiano e inviabilizaria qualquer prática político-partidária no cotidiano dos Sistemas Educacionais. Nas palavras de Anísio Teixeira (1947):

O Conselho administra o fundo de educação, estabelece as regras para as despesas educacionais, fixa salários e orça a despesa e promove a receita da educação. Tudo isto não é para que se liberte de freios, cuidados e normas no dispêndio do dinheiro público, mas para que se liberte da dualidade de autoridades com que se impede, entre nós, toda e qualquer eficiência do serviço público. Quando o dever de realizar está com uma autoridade e o poder de pagar com outra quando o dever de construir está com uma autoridade e o poder de construir com outra e o poder de pagar com uma terceira, não há serviço que funcione. A Bahia é um triste exemplo dessa multiplicidade de autoridades. Tudo isto seria possível, talvez, com um pequeno governo de pequenas iniciativas e escassos serviços públicos. (TEIXEIRA, 1947, p. 100).

Pela compreensão dessa proposta, notamos que, para o Secretário Estadual de Educação e Saúde, o problema da educação está na ordem das políticas públicas. Mesmo sendo aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, houve na plenária, da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, reações contrárias,

iniciadas pelos deputados Joel Presídio, José Bonifácio Abreu Mariani (UDN) e Rubem Rodrigues Nogueira (PRP), à proposta do Secretário Estadual de Educação e Saúde, Anísio Teixeira. Em seu discurso, na sessão de 27 de maio de 1947, publicado no D.O.E. BA, em 15 de outubro de 1947, o deputado Joel Presídio aborda:

Quando terminei a sua leitura cheguei à conclusão de que os dois Capítulos Finais absorveram toda a obra constitucional por que estabelecem, na Bahia, a ditadura do ensino. Será uma ditadura de dez anos, a maior que já tivemos no Brasil. A ditadura do Estado Novo, que tão assinalados serviços prestou ao país, foi de oito anos, e dizem que a dita do Senhor Gaspar Dutra, vai ser apenas de cinco anos. Mas a ditadura do ensino, se vingar a inovação do Projeto, será de dez anos, prorrogáveis por períodos iguais. (BAHIA, 1947, p. 3079 – 3082).

Complementa sua fala ilustrando que:

O brilhante parecer do Sr. Deputado Antonio Balbino, relator Geral da Comissão de Constituição afirma ter sido de síntese o espírito que presidiu aos trabalhos da Comissão. E, efetivamente, esse espírito de síntese é notado em todos os Capítulos exceto o de Educação, que se tornou analítico. Felizmente, o nobre Deputado Antonio Balbino procurou deixar bem claro, no seu Relatório, que, na verdade, esse famoso Capítulo é revolucionário. Mas, S. Excia tirou de si e de seus companheiros de Comissão toda responsabilidade, nessa tentativa de revolução, para jogá-lo inteira, nas costas largas do eminente Sr. Secretário da Educação e Saúde. (BAHIA, 1947, p. 3079 – 3082).

Enfim, torna claro o porquê do seu posicionamento:

[...] S. S. Excias, com as suas luzes, poderão me esclarecer, tirando-me da terrível duvida em que me encontro. Diz o Artigo 114, que a função de educação e ensino será exercida pelo Conselho Estadual de Educação e Cultura, nomeado pelo Governador, renovando-se o mandato dos seus membros, de três em três anos, pelo terço.

Pergunto: esses membros do Conselho Estadual de Educação e Cultura vão ser nomeados por 9 anos? É isso que o Sr. Relator Geral nos diz no seu parecer. Poderá a Comissão permitir que o Sr. Governador nomeie membros desse Conselho por 9 anos, quando S. Excia, e nós mesmos recebemos delegação do eleitorado, apenas por 4 anos? Então o povo nos confiou um mandato de 4 anos, e nós vamos conceder mandatos de 9 anos?

Parece-me que vamos passar adiante aquilo que não recebemos dos nossos representados. Iremos delegar o que não nos foi delegado.

Encarando-se o problema pelo seu aspecto realista, veremos qual temerária que se pretende realizar no ensino, em nosso Estado. Hoje, é Secretario da Educação e Saúde o Sr. Anísio Teixeira e esse Conselho vai ser nomeado para os 9 anos próximos. Quando chegarmos ao fim do governo do Sr. Octavio Mangabeira, a renovação do Conselho ficará a cargo de outro Governador, que poderá ter outro Secretario de Educação, o qual poderá não ter os mesmos métodos de ensino adotados pelo Sr. Anísio Teixeira. (BAHIA, 1947, p. 3079 – 3082).

O discurso do deputado Joel Presídio deixa clara a preocupação com quem e por quanto tempo o Conselho de Educação seria gerido. Essa preocupação se dá pela facilidade na captação de recursos e na disponibilidade de vagas para aliados políticos. Convocado para esclarecer o funcionamento do Conselho por ele idealizado, Anísio Teixeira, em seu discurso na Assembléia Legislativa, na tarde de 17 de julho de 1947, expressa que um regime democrático reclama por uma educação com princípios e fins democráticos. Uma educação democrática é aquela em que as práticas de liberdade e de autonomia procuram gerar a igualdade de oportunidades para homens e mulheres. Enfatiza a educação como sendo a “própria justiça social” e comenta que as despesas do Estado com a educação pública são irrisórias, pois, “[...] a polícia, a cadeia foram sempre mais importantes do que a escola pública”. (TEIXEIRA, 1947, p. 93), e vai mais longe ao pronunciar que no Estado “[...] gasta-se mais com suas forças de terra do que com todo o professorado primário, secundário e normal”. (TEIXEIRA, 1947, p. 93). Com essa informação, o Secretário de Educação e Saúde admitia os baixos salários pagos aos professores da Rede Estadual de Ensino.

Teixeira (1947) acrescenta que a Constituição Federal de 1946 consagrou duas grandes conquistas à educação: a sua autonomia nos Estados e os níveis percentuais que lhes são destinados pela União, pelos Estados e pelos Municípios. A sua proposta sobre a atuação do Conselho Estadual de Educação seria a de um órgão que acabaria com a irresponsabilidade e a omissão dos governos com a

educação e essa passaria a ser autodirigida. Finaliza o discurso enfatizando que: “A obra da educação é uma obra que pede ‘tempo limpo, céu claro, mais bonança...’ É isso que lhes vai dar a Constituição Bahiana” (TEIXEIRA, 1947, p. 93).

A proposta de criação do Conselho Estadual de Educação pelo Secretário Anísio Teixeira não teve respaldo dos constituintes baianos. Sob orientação do Governador Octávio Mangabeira (1947 – 1951) um substitutivo foi preparado pelo deputado Antonio Balbino e a idéia do Conselho Estadual de Educação foi aprovada sem as funções que Anísio Teixeira lhe atribuiu.

O Artigo 117, parágrafos 1 e 2, da Constituição do Estado da Bahia, de 1947, expressa:

§ 1º - O Conselho Estadual de Educação e Cultura se comporá, além de seu presidente, de seis membros, nomeados pelo Governador com aprovação do Poder Legislativo, dentre pessoas de reputação ilibada, renovando-se, de dois em dois anos, pelo terço. O Conselheiro perderá o mandato nos casos previstos na lei orgânica do ensino.

§ 2º - O Conselho, cujas atribuições serão especificadas na lei orgânica do ensino, funcionará sob a presidência do Secretário de Estado encarregado dos negócios da educação, seu membro nato, ao qual, além das funções definidas na mesma lei, competirá:

- I - fiscalizar o fiel e exato cumprimento da lei orgânica do ensino;
- II - velar pela boa marcha dos negócios da educação e ensino, de acordo com as deliberações do Conselho;
- III - apresentar, anualmente, ao Governador, e, por intermédio deste, à Assembléia Legislativa, completa exposição sobre os negócios da educação e do ensino. (BAHIA, 2005).

Assim de gestor, o Conselho passou a ser um órgão consultivo da Secretaria Estadual de Educação e Saúde.

O Artigo 108, da Constituição Baiana de 1947, declara que o Estado deveria intervir na ordem econômica. Diante dessa perspectiva, foi criado no Artigo 119, parágrafos: 2, 4 e 5, o Fundo de Educação a ser mantido com doações do Estado,

dos Municípios e por qualquer cidadão que estivesse interessado em proceder com doações.

§ 2º - O Fundo de Educação será constituído com os recursos provenientes das dotações orçamentárias do Estado e dos Municípios, além de outros que a lei orgânica lhe atribuir e de quaisquer contribuições ou doações.

[...]

§ 4º - O Conselho manterá os serviços que lhe incumbem com os recursos do Fundo de Educação a cujos cofres serão recolhidas as dotações orçamentárias do Estado e dos Municípios nos termos da lei orgânica do ensino que regulará, também, as atividades financeiras do Conselho e estabelecerá as condições e normas de aplicação dos seus recursos, bem como, na proposta que deverá ser encaminhada à Assembléia, a especificação das verbas de suas despesas que devam ser incluídas no orçamento geral do Estado, no sentido de assegurar o rigor e a perfeita fiscalização dessa aplicação e a inviolabilidade desses recursos, de exclusiva destinação à obra de educação e cultura.

§ 5º - Constituirão reserva patrimonial do "Fundo de Educação" cinco por cento dos seus recursos anuais. (BAHIA, 2005).

O Artigo 119 declara que a educação passa a ter uma reserva de verbas destinadas à melhoria e manutenção das unidades escolares. Esse crédito se estivesse sob a gerência do Conselho proposto por Anísio Teixeira possivelmente, poderia de forma inquestionável quanto aos preceitos legais, ter seu destino garantido à educação.

Com a promulgação da Constituição Estadual, em 2 de agosto de 1947, as ações práticas do Governador, da época, passam a ser norteadas pela nova legislação, que não trouxe grandes inovações, mas que seguiam e reforçavam as Diretrizes da Carta Magna Brasileira, de 1946.

A relação entre a educação e a política na Constituição do Estado da Bahia não obteve considerável avanço democrático porque os políticos, ainda, viviam num espaço “oligárquico por tradição” e temiam que uma “nova educação”, na esfera da vida pública, implicasse uma nova concepção de prática política. Isso porque as idéias de Octávio Mangabeira e de Anísio Teixeira não combinavam com os interesses das políticas tradicionais e oligárquicas porque obedeciam aos interesses daqueles que trabalhavam em educação e a viviam cotidianamente, nesse caso, os

professores primários. Os dois administradores supracitados eram considerados inovadores para a “velha, tradicional e oligarca” Bahia, da época. Em suma, a Constituição de 1947, apesar de estar inserida em um cenário de idéias democráticas, manteve a educação baiana articulada aos interesses políticos partidários tradicionais.

3.3 A EDUCAÇÃO PÚBLICA NA BAHIA

A educação primária, na Bahia, foi entregue ao Estado através do Decreto Lei nº 917, de 16 de dezembro de 1946, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia (D.O.E. BA), em 18 de dezembro de 1946, e assinado pelo Interventor Federal¹⁰ Gal. Cândido Caldas (1946 – 1947). Através dessa Lei, os professores primários municipais (diplomados ou não) passaram a receber apoio técnico do Estado; mas seus vencimentos continuaram sendo pagos pelos municípios.

Nesse contexto, ao analisarmos o conjunto de situações que favoreceu a eclosão do referido movimento e na tentativa de descrever os marcos das mudanças na educação na década de quarenta, no século XX, partiremos da legislação educacional para entender como se construía a práxis social das professoras primárias.

¹⁰ Esse era o título [...] dado a um governador de nomeação federal e que era também investido de poderes legislativos. Quando os Estados se rebelavam, Vargas recorria a militares, como interventores [...] (SKIDMORE, 1982, p. 60).

As Professoras Lúcia Barreto de Almeida Souza e Luzia Martins de Souza concluíram a Escola Normal, no período em que o Estado da Bahia estava sob Intervenção Federal. O Interventor Federal, Landulfo Alves (1938 – 1942) tinha na Secretaria da Educação, Saúde e Assistência Pública do Estado, o educador Isaias Alves (1938 – 1942) como Secretário.

Enquanto Secretário Isaias Alves (1938 – 1942) promoveu reformas no sistema educacional baiano, criou o Curso Pedagógico, na Escola Normal da Bahia e instituiu a Reforma do Ensino Normal no Estado, através do Decreto Lei nº 11.234, de 1939, que passou a ser ministrado em nível secundário com duração de cinco anos e em nível pedagógico com duração de dois anos.

As professoras Luzia Martins de Souza e Lúcia Barreto de Almeida Souza, respectivamente, rememoram saudosamente ao educador e ex-Secretário de Educação, Saúde e Assistência Pública, Isaias Alves:

A professora Luzia Martins de Souza lembra que:

Quando acabamos de nos formar fizemos logo concurso. Era Secretário de Educação o Dr. Isaias Alves que deu uma assistência enorme a essa turma que concluiu em 1941. Ele acompanhou essa turma o ano inteiro. Reclamava até da caligrafia. Por causa dele eu fiquei com essa caligrafia até hoje [...]. (Informação verbal)¹¹.

A professora Lúcia Barreto de Almeida Souza reitera:

Isaias visitava as escolas e tinha muito contato com os professores. Dr Anísio não” Dr. Anísio era muito distante. Na época tinha o Secretário de Educação e Saúde, o diretor de Instrução e o Diretor de Saúde. Ele era o Secretario de Educação e Saúde, o diretor de instrução era o Dr. Tobias Neto. Tobias Neto uma vez por outra aparecia na Escola. (Informação verbal)¹².

¹¹ SOUZA, Luzia. 2004.

¹² SOUZA, Lúcia, 2004.

Nessa discussão, merece destaque a Lei Orgânica do Ensino Normal, Decreto-Lei nº. 8.530, de 2 de janeiro de 1946, quando o país estava sendo presidido por José Linhares (1945 - 1946), e Raul Leitão da Cunha (1945 - 1946) respondia pelo Ministério da Educação, por regulamentar nacionalmente Ensino Normal e instituir em seu Artigo 1 que:

Artigo 1: O ensino normal, ramo de ensino do segundo grau, tem as seguintes finalidades:

1. Promover à formação do pessoal docente necessário às escolas primárias.
2. Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas.
3. Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas à educação da infância.

Outro destaque, dessa Lei é que ela, ainda, enfatizava o processo de ensino-aprendizagem articulado ao “fazer pedagógico”, tarefa atribuída aos docentes, conforme o:

Artigo 20: Para admissão ao curso de qualquer dos ciclos de ensino normal, serão exigidas do candidato as seguintes condições;

- a) qualidade de brasileiro;
- b) sanidade física e mental;
- c) ausência de defeito físico ou distúrbio funcional que contra-indique o exercício da função docente;
- d) bom comportamento social;
- e) habilitação nos exames de admissão.

Esses Artigos nos levam a pensar que, ao concluir o Ensino Normal, essa Lei direcionava os estudantes à ação docente oferecendo subsídios pedagógicos necessários à formação e ao exercício do magistério. É preciso evidenciar que no Brasil, na época, 60% dos professores primários possuíam apenas formação secundária.

Concretamente, essa Lei quanto à carreira, formação e remuneração docente não chegou a efetivar-se pela falta de força política que pudesse influenciar na

realidade educacional brasileira e baiana. A ausência de uma política que tratasse de cargos e salários docentes deixava os professores primários relegados a uma categoria trabalhista sem grande atrativo financeiro, por outro lado, seriam profissionais importantes aos governos que desejassem formar “bons cidadãos”, ou seja, sujeitos comprometidos com o desenvolvimento da Nação.

A análise da estrutura do Ensino Normal, proposta pela Lei Orgânica já referida, nos permite inferir que ela contemplava a cultura geral e não apenas a formação didática. A proposta curricular foi organizada a fim de atender à formação específica para atuação no 1º Ciclo - curso de regente do Ensino Primário, com duração de quatro anos que seria ministrado na Escola Normal Regional - e, no 2º Ciclo - curso de formação de professor primário, com duração de três anos e ministrado na Escola Normal.

A Professora Esmeralda Maria de Aragão lembra que: “[...] na época eu estava com dez anos e ia fazer onze anos quando eu fiz esse cursinho para fazer o Curso de Suficiência na admissão da Escola Normal [...]”. Na Lei Orgânica do Ensino Normal, essa informação é confirmada quando esta estabelece a idade mínima de treze e quinze anos, respectivamente, para o ingresso no 1º e no 2º Ciclo.

A Lei já mencionada regulamentava a formação dos profissionais, que atuavam, na docência e na administração escolar subsidiando-os com conhecimentos e habilidades específicas. Constatamos, entretanto, que essa lei não favoreceu a qualificação dos professores que estavam em serviço, isso porque, o Artigo 21 determinava que não fossem admitidos no Ensino Normal alunos com mais de 25 anos.

Os professores primários baianos, na sua grande maioria, eram formados na Escola Normal, que podia oferecer também o Curso Ginásial do Ensino Secundário.

A primeira Escola Normal brasileira foi fundada em Niterói em 1830. Em Salvador/BA, foi implantada através da Lei nº 37, de 14 de abril de 1836, assinada pelo presidente da Província da Bahia, Francisco de Souza Paraizo.

A Escola Normal da Bahia através do Decreto Lei nº 11.234, de 25 de fevereiro de 1939, passou a ser denominada Instituto Normal da Bahia transformando-se, pela Lei nº 1.629, de 23 de fevereiro de 1962, no Instituto de Educação Isaías Alves, por fim, através da Lei nº 2.463, de 13 de setembro de 1967 passou a denominar-se Instituto Central de Educação Isaías Alves (ICEIA).

Quanto à criação da Escola Normal da Bahia, em Salvador/BA, Tavares (2001) informa que ela começou a funcionar:

[...] numa casa da antiga Rua do Colégio. Tinha duas cadeiras. Cadeira de Ensino Mutuo e Cadeira de Leitura, Caligrafia e Gramática Filosófica da Língua Portuguesa. [...] O ensino seria teórico e prático, a escola dividida em dois turnos, um só para homens e outro só para mulheres, matrícula compulsória para os professores de primeiras letras das freguesias de São Pedro, Santana e Santo Antônio Além do Carmo (TAVARES, 2001, p. 270).

Com o seu funcionamento pedagógico e administrativo legalmente definida, a idéia concebida, na época, é que o ensino baiano começaria a seguir seu itinerário de forma planejada com a finalidade de não só formar professores primários como também de ser um espaço de aprendizagem específica para as meninas economicamente mais favorecidas, da sociedade baiana, como atesta a Professora Esmeralda Maria Aragão ao afirmar; “[...] na Bahia a Escola Normal na época [...] era a única escola, assim, que dava formação para mulheres. As moças da sociedade naquela época só tinham mesmo a Escola Normal”. (informação verbal)¹³.

Assim, após a formação, os concluintes da Escola Normal da Bahia podiam submeter-se a concurso público para o preenchimento de vagas na capital e no

¹³ ARAGÃO, 2004.

interior. A Professora Luzia Martins de Souza relembra: “[...] nós fizemos o concurso logo após a formatura e as dez primeiras foram logo nomeadas para a capital e eu estava no meio”. (Informação verbal)¹⁴.

Essa afirmação é observada quando a Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza depõe:

Eu me formei em 1940, tornei-me professora primária. Como se chamava antigamente. Em dezembro de 1940, submeti-me a concurso público. Naquela época dependia da média que se tirava. Se tirássemos a média oito ficava na capital e menos de oito iria para o Interior. Eu tirei acima de nove. Eu nem sei quantos décimos; sei que foi mais de oito, e, fui automaticamente nomeada aqui para a capital e fiquei na Escola Duque de Caxias quando era apenas escola primária. Antes de sair o resultado do concurso eu trabalhava numa escola particular, uma escola de freiras, lá na Cidade Baixa. Fiquei ensinado lá enquanto aguardava o resultado do concurso. Só que o resultado do concurso foi publicado no dia 24 de maio de 1941 com a minha nomeação para a Escola Duque de Caxias, que era exclusivamente escola primária. Fiquei, ao mesmo tempo, ensinando em dois lugares: de manhã ensinava na escola particular e à tarde na escola pública que era a Escola Duque de Caxias.

O primeiro ano em que ensinei para o Estado foi um ano muito difícil. Mas, no ano seguinte, deram uma Segunda Série, veio uma Orientadora, uma pessoa muito distinta, uma senhora de mais idade, experiente que me deu certa orientação. Eu pude tomar outro ânimo, tomei gosto. Porque no primeiro ano, para mim, foi um fracasso. Estive muito desgostosa no primeiro ano em que entrei no Duque de Caxias, isso foi em 1941. Foi um ano muito difícil para mim.

Deram uma classe com setenta crianças na Primeira Série de todos os tipos: tinham mocinhas, quase da minha altura, quase da mesma idade, tinha criança de todos os tamanhos. (Informação verbal)¹⁵.

Após alguns anos a dinâmica do concurso é modificada. O candidato opta por vagas na capital ou para o interior. Sobre essa informação a Professora Esmeralda Maria de Aragão acrescenta:

Eu fiz concurso para a capital que era um concurso mais difícil, inclusive, era prova escrita e didática fui bem classificada. Não quis fazer para o interior porque meus pais não consentiam que eu fosse para o interior. (Informação verbal)¹⁶.

¹⁴ SOUZA, Luzia. 2004.

¹⁵ SOUZA, Lúcia. 2004.

¹⁶ ARAGÃO, 2004.

Sobre as professoras que iam e estavam no interior, Teles (2003) comenta:

Naquela década, (1940 a 1950) como Inspetor de Ensino no interior, viajando a cavalo por ínvios e difíceis caminhos, por lá encontramos lecionando em cidades, vilas e escolinhas isoladas dos lugarejos mais distantes, remotos e de acesso precário, - a professora diplomada pela já centenária Escola Normal ou pelas suas equiparadas: **N.S. Auxiliadora, N.S. da Soledade, Educandário dos Perdões**, ou, ainda, pelas de **Feira de Santana, Caetité, Barra, Ponte Nova**. (TELES, 2003, p. 12 – 13. Grifo do autor).

Visualizamos através de Teles (2003) que as professoras primárias disseminavam “as letras” aos quatro cantos da Bahia deslocando-se da capital ou das grandes cidades para aquelas de pequeno porte. “O transporte era sofrido, o destino longínquo; a comunicação ainda muito precária e demorada: mas elas chegavam lá” (TELES, 2003, p. 14). Essa situação é percebida no relato da professora Claudemira Ribeiro de Moura, que concluiu em 1937 o Curso Normal no Educandário dos Perdões, escola particular, ao ser aprovada em concurso público, no ano de 1948, vai trabalhar em Cercado, distrito do município de Santa Teresinha/BA.

As professoras da Rede Pública Estadual, lotadas na capital, também seguiam itinerários tortuosos para poder exercer suas atribuições docentes. E nessa tentativa de encurtar distâncias entre a residência e o local de trabalho, as Professoras Luzia Martins de Souza, em 1945, Lúcia Barreto de Almeida Souza, em 1943 e Esmeralda Maria de Aragão, em 1947, solicitam remoção para a Escola Maria Quitéria.

A história de Maria de Quitéria de Jesus inicia-se quando interessada em alistar-se no Exército foge de casa, se traveste de homem, cortando os cabelos e vestindo a farda do seu cunhado, ingressa, em 1822, no Exército Brasileiro. Participou do Regimento de Artilharia porque na época o Recôncavo Baiano lutava contra o Exército Português; o qual se negava a reconhecer a Independência do

Brasil. Ela participa, ainda, dos combates da Pituba e de Itapuã. Tornou-se referência de heroísmo da mulher brasileira.

A respeito do pedido de remoção para a Escola Maria Quitéria a Professora Esmeralda Maria de Aragão relata esse momento:

[...] estava lecionando numa escola bem distante do meu bairro. Eu fiquei lá por dois anos depois eu tive um problema de saúde. Pedi minha transferência, consegui a duras penas essa transferência. Sai da Escola Dois de Julho, na Fazenda Grande do Retiro, e fui para a Escola Góes Calmon, nos Barris. No Góes Calmon fiquei por três anos. Depois fui para Brotas e depois fui para a Maria Quitéria, onde fiquei por seis meses. (Informação verbal)¹⁷.

Percebe-se que, pela comodidade em trabalhar próximo à residência, as professoras, em tempo e espaços diferentes, encontram-se na Escola Maria Quitéria. Sobre essa escola, a Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza faz o seguinte comentário:

Em 1942 eu saí do Duque de Caxias e fui ensinar na Escola Maria Quitéria por causa de mudança de endereço. Fui morar em Brotas, na casa do meu irmão, então fui ensinar na Escola Maria Quitéria, que fica em Pitangueiras, só saí da Maria Quitéria em 1950 quando me casei. Era uma escola organizada, com muita paz, com muita ordem em tudo, sem aborrecimentos. A Diretora era uma pessoa boníssima Dona Isaura Dulce da Rocha era fina, educada e ao mesmo tempo enérgica. Soube conduzir muito bem não só as professoras, mas, também, os alunos. (Informação verbal)¹⁸.

A Professora Luzia Martins de Souza complementa:

A Escola Maria Quitéria era uma casa antiga. Ela hoje está modificada, mas por fora a arquitetura ainda é a mesma. Mas é uma casa simples. Na época. Ela já foi reformada quando eu estava lá mudaram as nossas salas. Esta fachada está hoje do mesmo tempo em que eu lecionei. Ela fica em Pitangueiras, ali na subida dos Galés, vizinha ao Hospital Militar. A Maria Quitéria foi à escola em que eu trabalhei mais tempo. Depois da Maria Quitéria eu trabalhei na Manoel Vitorino e depois passei para a Supervisão. E então, eu guardo as melhores recordações dessas duas porque foram as que eu demorei mais.

¹⁷ ARAGÃO, 2004.

¹⁸ SOUZA, Lúcia. 2004.

Eu guardo a melhor das recordações da Escola Maria Quitéria. A escola do nosso amor. Nós vivíamos em família, a Diretora, Dona Isaura muito amiga, muito consciente. Mantinha a posição de Diretora. Mas sem trazer ninguém embaixo dos pés. A escola era uma organização belíssima. (Informação verbal)¹⁹.

ILUSTRAÇÃO 9 - ESCOLA MARIA QUITÉRIA

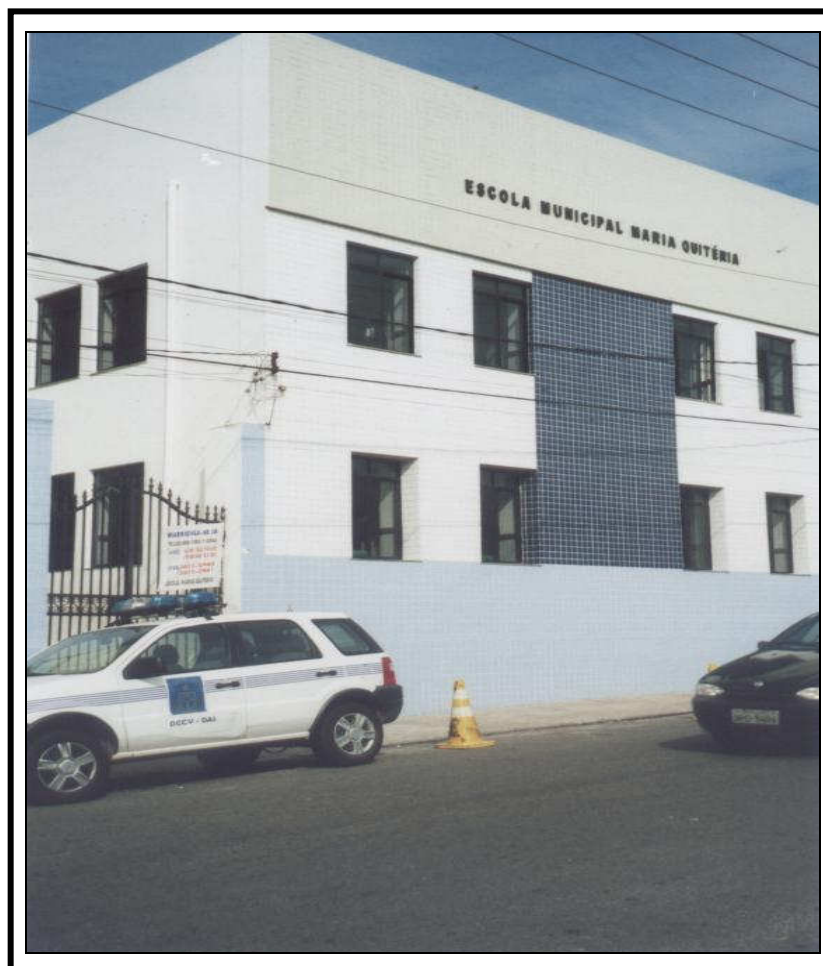


FOTO: Alcides Leão Santos Júnior

A história dessa Unidade Escolar não tem registro junto à Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Salvador (SEMEC), a Secretaria da Escola não sabe precisar a data de sua fundação; alegam que, por ter sido municipalizada há pouco tempo, essas informações poderiam ser encontradas na Secretaria Estadual de Educação (SEC).

¹⁹ SOUZA, Luzia. 2004.

Ao nos dirigirmos à SEC fomos informados que devido a um incêndio em 22 de outubro de 2003, os arquivos que continham essas informações foram destruídos. No entanto, conseguimos encontrar na Proposta Pedagógica da Escola (2004) as seguintes informações:

Escola Municipal Maria Quitéria, Portaria 13.039 D.O.E. BA de 23 de dezembro de 1983, foi municipalizada em 03 de fevereiro de 2003, situada à Rua Agripino Doréa, Nº 101, Bairro de Brotas, em Salvador/BA, originou-se de uma grande fazenda, que pertencia ao coronel Antônio José de Lima, dividida em três partes. A maior parte foi vendida ao Ministério da Defesa (Exército Brasileiro – CMUE 6ª Região Militar). A parte menor foi vendida ao governo do Estado da Bahia no dia 30 de abril de 1872, por escritura, pela importância de R\$ 70.000\$000 pelos herdeiros do prédio denominado “Pitangueiras”. Nestes termos foi construída a Escola denominada Maria Quitéria em homenagem a bravura da “Mulher – Soldado Medeiros” [...] A Escola é de médio porte, fácil acesso, dois pavimentos, ocupada com ações educativas em 03 (três) turnos: matutino com 175 alunos, vespertino com 170 alunos e noturno com 235 alunos, totalizando 580 alunos, possui 1 Diretoria, 1 Secretária, 1 sala para coordenação de professores, 6 salas de aula, 1 sala de leitura, totalizando 19 classes, 3 sanitários, 1 cozinha, 2 depósitos para merenda, e material de limpeza, 1 área para recreação. Na parte pedagógica funcionam 02 classes de Educação Infantil (Pré 2), 06 Classes do CEB²⁰, 02 classes de 3ª séries e 02 classes de 4ª séries – Educação para Jovens e Adultos – 02 classes do PEB I²¹, 2 classes de PEB II e 3 classes de Telecurso 2000 (5ª à 8ª Série). Os alunos são na grande maioria pertencentes à famílias de classes populares, pais desempregados, alguns vendedores de rua, outros de famílias mais abastados, vindos de escolas particulares e possuem acompanhamento da família, embora a escola esteja próxima ao centro da cidade com 580 alunos, 13 professores, 1 Secretária escolar, 4 funcionários terceirizados, 1 agente de portaria e 2 vigilantes, 4 amigos da escola (reforço escolar, música, religião e esporte) trabalhando sob regime de parceria, desenvolvendo ações relacionadas com o exercício da cidadania. (PROPOSTA PEDAGÓGICA da Escola Municipal Maria Quitéria, 2004, p. 5)

Em 1947, Anísio Teixeira, Secretário Estadual de Educação e Saúde convidado por Octávio Mangabeira, já tinha consciência da caminhada e dificuldades dos professores para realizar suas atividades docentes e sabia que medidas imediatas seriam necessárias para reestruturar o Sistema Educacional do Estado da Bahia. Nessa direção, observa Tavares (2001):

²⁰ Ciclo de Educação Básica.

²¹ Programa de Educação Básica

Em quatro anos de trabalho, passaram a existir na Bahia escolas de nível elementar, ginásios e colégios de nível secundário que se distanciavam dos anteriores não só em instalações, prédios e salas de aulas, mas sobretudo no professorado concursado com títulos e provas orais e escritas, em boa parte diplomados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [...] (TAVARES, 2001, p. 462).

Embora com um saldo positivo, as mudanças na estrutura educacional aconteceram paulatinamente e com um ano de governo foram inaugurados “[...] 258 novos prédios escolares [...]” (TAVARES, 2001, p. 461). Investiu-se na criação de cinco novas escolas de Ensino Secundário na cidade de Salvador - no centro da cidade, e nos bairros da Liberdade, Itapagipe, Nazaré e Brotas - para tornar essa modalidade acessível à parcela mais pobre da população. Ao final do governo de Octávio Mangabeira “[...] o número de unidades de ensino passou de 3.484, em 1947, para 4.569 em 1950 [...]”. (OLIVEIRA, 1992, p. 76).

Vemos que quantitativamente os números revelam uma evolução no Sistema Educacional da Bahia porque, conforme Freitas (2001):

[...] o Secretário Anísio Teixeira encontrou uma situação precária em relação às instalações; às condições de trabalho dos professores e do funcionalismo, tendo feito sérias críticas à “... improvisação dos meios aplicados para atingir os supostos objetivos educacionais”. (FREITAS, 2001, p. 171).

A situação das escolas, no entanto, não evoluiu de forma significativa conforme endossa a Professora Esmeralda Maria de Aragão:

Muitas escolas não tinham nem giz para trabalhar era um clima, assim, que o professor para não deixar de trabalhar ou para não se desleixar do trabalho ele trazia seu material para a escola: o giz e tudo que precisasse para compor uma aula. Para fazer uma aula. (Informação verbal)²².

²² ARAGÃO, 2004.

A Professora Clarisse Fortuna acrescenta: "As escolas primárias eram muito precárias. O mobiliário velho, a casa era alugada. O prédio não era construído. As classes superlotadas". (Informação verbal)²³.

Essas versões confirmam um período de ostracismo e sucateamento que vinha sofrendo a Bahia e, conseqüentemente, a educação desde o final do século XVIII, quando Salvador deixou de ser a capital do país. Dessa forma, em 1947, as ações de estruturação da Secretaria Estadual de Educação e Saúde foram realizadas tendo, de antemão, uma revisão no plano de subvenção aos estabelecimentos particulares de ensino em nível secundário. Observamos que esses estabelecimentos recebiam um auxílio anual que oscilava entre 600,000 a 1.000,000 Cruzeiros, moeda corrente da época, por alunos matriculados nos Cursos: Ginásial e Comercial acordo proposto pela Lei nº 130, de 14 de janeiro de 1948 num momento em que a Rede Oficial de Ensino não mantinha Cursos no Ensino Comercial (modalidade profissional).

Ainda nesse período, após apresentação do relatório, publicado no D.O.E. BA, em 9 de março de 1949, do superintendente do Ensino Secundário e Profissional, Jayme Abreu, e do Superintendente do Ensino Normal, Tobias Neto, a Secretaria Estadual de Educação e Saúde cancelou a bolsa de estudos dos alunos nos Cursos Secundário e Normal em estabelecimentos particulares, em Salvador. Esse cancelando teve como justificativa a de que os estabelecimentos oficiais já possuíam capacidade para atender aos pedidos de matrícula. Assim, nesse período, os diretores das unidades de ensino deviam comunicar diariamente o número de alunos matriculados à Assistência de Ensino Elementar da Capital.

²³ FORTUNA, 2004.

Conforme Freire (1961): a matrícula e permanência de um aluno na escola estão acopladas a fatores situados na ordem socioeconômica e educativa. Sobre o que comenta:

Em conjunto com as condições de subdesenvolvimento que dificultaram intensamente a permanência de meninos em uma escola, na base da massa, pela necessidade que tem de ajudar os pais – ainda será a sua inadequacidade que explicará o seu já hoje alarmante desprestígio. Dos 2.244.342 alunos que se matricularam em 1949 nas primeiras séries das escolas brasileiras, apenas 834.045 tiveram promoção à segunda (FREIRE, 1961, p. 22).

MOYSÉS (1954) compactua com essa visão e acrescenta:

Desde que a escola primária se fez uma escola universal para todos, deveria a mesma adaptar-se aos alunos e não forçar estes a se adaptarem aos seus padrões rígidos e uniformes e os problemas de promoção ser resolvido pela classificação dos alunos em seus respectivos grupos e não por aprovação ou reprovação (MOYSÉS, 1954, p. 53).

No conjunto das políticas de desenvolvimento socioeconômico e educacional do governo de Octávio Mangabeira (1947 – 1951), a freqüência escolar teve uma elevação de 45%. Assim, contando com o apoio do Ministro da Educação, o baiano Clemente Mariani Bittencourt (1946 - 1950), vimos através do D.O.E. BA, de 6 de setembro de 1947, que foram celebrados convênios entre o Governo Federal e o Estadual para o (re)aparelhamento das escolas primárias e para a “[...] construção de 862 escolas rurais. Em 1951, dessa programação, havia 546 escolas construídas”. (OLIVEIRA, 1992, p. 77).

Destacamos a criação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR), também conhecido como Escola Parque, inaugurado em outubro de 1950, que compreende um conjunto de quatro escolas (Escola Classe) onde seriam ministradas, em dois turnos, aulas regulares para cerca de mil alunos em cada turno,

e uma escola (Escola Parque) com capacidade para atender a dois mil alunos, em cada turno, que teriam aulas de música, dança, teatro, desenho artístico e industrial. Esse espaço continha uma biblioteca, um ginásio para educação física e um restaurante.

A Professora Claudemira Ribeiro de Moura, após aprovação no Concurso para Professor da Capital é nomeada para o CECR e, sobre essa escola, ainda, acrescenta que:

No Carneiro Ribeiro eu trabalhava com a Quarta e a Quinta Séries. Você pegava quarenta (40) alunos e tinha quinze (15) da Quarta Série e vamos dizer vinte e cinco (25) da Quinta Série. E trabalhava com a maior satisfação. Os meninos aprendiam nas oficinas e nas Escolas 1, 2 e 3 eles tinham aula. Nós ensinávamos até o primeiro turno e eles tinham a merenda e depois o almoço era sopa, pão, leite, doce e depois eles íam para as oficinas. Quando a gente chegava em suas casas às mães diziam: “esse menino está comendo demais na escola. Quando chegam aqui eles não querem comer”. Porque os meninos eram alimentados. (Informação verbal)

²⁴.

Com uma edificação e proposta pedagógica inovadora, o CECR. foi criticado. Na inauguração dessa unidade de ensino, o Secretário de Educação e Saúde, Anísio Teixeira desabafou:

Tudo isso soa como algo estapafúrdio e visionário. Na realidade, estapafúrdios e visionários são os que julgam que se pode hoje formar uma nação pelo modo porque estamos destruindo a nação. (Discurso de inauguração da Escola Parque, em outubro de 1950).

Para Anísio Teixeira, uma escola primária reduzida a quatro anos de curso e ministrada em apenas um turno não tinha tempo suficiente para ensinar o básico. Uma educação escolar só seria possível em tempo integral. Pensava na

²⁴ MOURA, 2004.

possibilidade de uma escola que não atendesse à ilustração e ao verbalismo.

Fazendo uma crítica aos métodos de ensino comenta:

[...] a nossa resistência aos métodos ativos e de trabalho sempre foi visível na escola primária, que, ou se fazia escola apesar de ler, escrever e contar; ou descambava para um ensino literário, com os seus miúdos sucessos de crianças letradas. (TEIXEIRA, 1999, p. 32).

Teixeira (1999) faz críticas ao Sistema Educacional Brasileiro tendo em vista que ao mesmo tempo organiza a educação primária, o ensino normal e direciona a educação para o trabalho. Anula seu interesse por esses níveis de ensino ao não assegurar vantagens para eles. Pois, é para esses espaços que “[...] iriam os alunos que não pudessem freqüentar o secundário preparatório ao superior” (TEIXEIRA, 1999, p. 58). Essa argumentação sustenta a hipótese, do autor, de que o sistema educacional brasileiro bem como sua expansão obedece a critérios excessivamente seletivos.

Nesse caso, o Sistema Educacional Brasileiro, na visão de Anísio Teixeira, é descontextualizado e possui um currículo uniformizante impedindo assim, o desenvolvimento do ensino. Um Sistema de Ensino deve ser descentralizado. Essa reflexão constata que a centralização do ensino, pelo Estado, passa a ser um exercício de poder, de domínio de uma classe/instituição sobre outra(s). Anísio Teixeira propôs fazer do Sistema Escolar “[...] um sistema de formação do homem para os diferentes níveis da vida social” (TEIXEIRA, 1999, p. 131).

Pensando educação vinculada à cultura, o governador Octávio Mangabeira (1947 – 1951) e o Secretário de Educação e Saúde, Anísio Teixeira realizaram políticas de apoio e incentivo à cultura baiana.

Através da Lei Orgânica de Educação e Cultura do Estado da Bahia, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia (D.O.E. BA) em 26 de outubro de

1947, as Escolas deixaram de ser exclusivamente um local de produção e disseminação de conhecimento científico e transformaram-se em um espaço cultural:

[...] a escola primária nos centros urbanos com mais de 3.000 habitantes transformará em Centro Cultural da Comunidade com uma biblioteca e se possível um auditório (para rádio difusão e cinema), cursos de adultos e de extensão cultural; se a escola estiver inserida num espaço rural terá uma biblioteca para fins escolares e uma área suficiente para trabalhos agrícolas. (BAHIA, 1947, p.3268 – 33273).

A política adotada agora era a de promover a cultura e o acesso à informação, conforme notifica o D.O.E. BA, seção da Secretaria de Educação e Saúde, publicada em 5 de setembro de 1949, sobre um curso de Auxiliar de Biblioteconomia apenas para os professores da capital e dos municípios onde seriam instaladas as futuras sedes dos Centros Regionais de Educação.

A Professora Esmeralda Maria de Aragão fez parte desse grupo e presta a seguinte informação:

[...] as candidatas fizeram a pré-seleção, fiz o curso e voltei como encarregada da Biblioteca da Escola e depois a Secretaria da Educação me designou para mais outras duas. A intenção do Anísio Teixeira era fazer uma rede de Bibliotecas Escolares, de possibilitar o maior número de crianças as Bibliotecas das Escolas. Como eram três escolas em Brotas ele achou que se deixasse em uma escola só uma pessoa que foi preparada as outras duas escolas seriam prejudicadas porque não teria essa vantagem de uma pessoa orientada. Depois, ele criou a Biblioteca Central de Educação que preparava os livros para as Bibliotecas Escolares. A gente já recebia os livrinhos nas bibliotequinhas já preparados. Agora a outra idéia de comunicação com a criança nós tivemos um curso. E aí dependia só, também, da criatividade da professora, da evolução do conhecimento dela sobre a Biblioteca [...] (Informação verbal)²⁵.

E ainda completa,

[...] eu saí por seis meses porque estava fazendo um curso promovido pelo Anísio Teixeira que era de encarregados em Bibliotecas. E esse curso me

²⁵ ARAGÃO, 2004.

levou para outra profissão que foi a Biblioteconomia. Inicialmente eu fiquei trabalhando na Escola Maria Quitéria e mais duas escolas de Brotas. As duas outras escolas de Brotas eu trabalhei também encarregada da Biblioteca Escolar. Nesse período eu trabalhei dois dias na Maria Quitéria, dois dias na Manoel Vitorino e dois dias na outra escola. Então nesse dia as minhas atividades eram de estimular a leitura, de contar histórias, de conversar sobre assuntos, vamos dizer assim, acontecimentos de certas datas cívicas. (Informação verbal) ²⁶.

A designação de professores para as atividades de incentivo à cultura era autorizada através de portarias assinadas pelo então Secretário de Educação e Saúde. A Portaria nº 2.818, de 6 de setembro de 1949, que designou a Professora Esmeralda Maria de Aragão era assim redigida

[...] designa a professora para dirigir as Instituições Extra-classe nas Escolas Públicas da capital, sem prejuízo dos trabalhos de classe.
2º Setor
Escola Visconde de Cairú
Família Escolar: Consuelo Meireles de Souza Dantas
Jornal Escolar: Esmeralda Maria de Aragão
Clube de Leitura: Helena Elza Cantreiras de Almeida
(BAHIA, 1949).

O Estado da Bahia que sempre conviveu com a miscigenação cultural (do europeu e das várias nações africanas e dos indígenas que aqui viviam) tinha agora, nas escolas públicas a esperança da preservação. Dessa forma, com a criação do Departamento de Cultura, subordinado à Secretaria Estadual de Educação, a Bahia tornava-se pioneira na produção de incentivos à cultura local. Esse Departamento incrementou as artes promovendo o 1º Salão Baiano de Belas-Artes²⁷; o Clube do Cinema e o III Congresso Brasileiro de Escritores. Mas o que foi realizado em termos de política cultural e educacional para a valorização do trabalho docente?

Entendemos que essas ações não se constituíram, apenas, como uma política de valorização das tradições locais, pois, estava implícito que cada

²⁶ (Id. 2004)

²⁷ (BAHIA, 1949)

linguagem artística carregava “[...] um pensamento profundo sobre a condição humana” (MORIN, 2004, p. 45) porque viver com a arte “[...] exige, de cada um, lucidez e compreensão ao mesmo tempo, e, mais amplamente, a mobilização de todas as aptidões humanas” (Id. p. 54). Todavia, compreendemos por outro lado que para as professoras primárias, na Bahia, era difícil o acesso ao lazer com os escassos recursos financeiros. Conforme aponta a Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza:

Naquele tempo nós não tínhamos vale-transporte não. Eu não podia ir ao cinema, a festa. Eu dancei o que queria dançar. Não tínhamos nada! Não tínhamos assistência médica. Não tínhamos nada!. (Informação verbal) ²⁸.

Curiosamente, enquanto os professores primários da rede estadual de ensino reclamavam do baixo salário e da impossibilidade de recursos financeiros para participarem de atividades de lazer, no dia 14 de outubro de 1947, há uma publicação, no Jornal “A Tarde” que uma excursão estaria sendo organizada pela Associação dos Professores Particulares da Bahia, para os seus associados, à cidade de Paulo Afonso/BA.

Por outro lado à educação pública no Estado da Bahia, no período de 1947 a 1951, mesmo com os baixos salários obteve um desenvolvimento considerável porque seus dirigentes pensavam que:

[...] só existirá uma democracia no Brasil no dia em que se montar à máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a escola pública. [...] rica e eficiente, destinada a preparar o brasileiro para vencer e servir com eficiência dentro do país. (TEIXEIRA, {s.d}, p. 04).

Efetivamente a educação pública baiana estava, nesse período, adequando-se à exigência de uma nova ordem desenvolvimentista a qual o país estava sendo

²⁸ SOUZA, Lúcia. 2004.

posto. Uma educação que deveria preparar seu povo para o exercício da cidadania e para atuar no mercado de trabalho. Enquanto isso, como vimos observando ao longo do texto, eram as professoras primárias que figuravam como responsáveis pela formação desse cidadão que atuaria nessa sociedade. Assim, a reforma proposta pelo Governo conseguiu melhorar consideravelmente a educação pública baiana – duplicou-se o número de escolas, de matrículas e de professores – entretanto, não melhoraram as condições de trabalho nem tampouco foi valorizado como deveria e desejavam os professores primários baianos.

3. 4 OS PROFESSORES PRIMÁRIOS DURANTE O GOVERNO MANGABEIRA (1947 – 1951)

A ausência de uma política de qualificação e de valorização profissional fez com que os professores sejam eles próprios responsáveis por sua formação. A partir dessa compreensão a consciência da contradição entre o que é direito e o que é dever parece que se acentua na educação pública porque o professorado entende que o Estado deva ser responsável pela sua qualificação e por seu salário e por suas condições concretas de trabalho.

Para as inovações no ensino primário baiano, propostas por Anísio Teixeira na década de 1940, era necessário um investimento na qualificação do corpo docente. Teixeira (1959) comenta que a maior dificuldade seria “[...] obter um professor primário que pudesse atender a todos os requisitos de cultura e aptidão para um ensino tão vasto e tão diversificado”. (TEIXEIRA, 1959, p. 84).

Com um quadro, no “cargo permanente”, de aproximadamente 3.500 professores a situação dos serviços de educação, no Estado, resume-se em um corpo docente, no Ensino Elementar, aglomerados nas grandes cidades, ou dispersos pelas vilas e povoados, quase todos em um único prédio, sem instalações adequadas e assistência técnica. Ao final de 1947, a Secretária Estadual de Educação e Saúde já previa, no orçamento, um aumento do quadro de docentes, através de concurso público, com atuação na rede básica de ensino, que era estruturada na seguinte ordem:

QUADRO 2 - Nº DE PROFESSORES DA REDE BÁSICA DE ENSINO DO ESTADO DA BAHIA – ANO DE 1947

Referência	Especificação	Nº de Cargos	
		Existentes	A serem criados
B	Professor do Interior	1755	270
C	Professor do Interior	585	90
D	Professor do Interior	195	30
E	Professor do Interior	65	75
B	Professor da Capital	300	00
C	Professor da Capital	150	00
D	Professor da Capital	50	00
E	Professor da Capital	20	05

FONTE: BAHIA, 1947, p. 331.

Ao observarmos o quadro de Professores da Rede Pública de Ensino percebemos que o interior do Estado estaria sendo contemplado com o aumento do número de professores primários e em consequência o aumento do número de salas de aulas e na oferta de vagas para os alunos. É nesse cenário que se dá o ingresso da Professora Claudemira Ribeiro de Moura no ensino público através dessa oferta de vagas para o interior:

O ingresso no Estado, como professora primária, foi em 1948. Primeiro fui interina para o interior e depois fiz concurso para me estabelecer como professora trabalhando como professora do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, na gestão do grande educador que o Brasil já teve: Anísio Teixeira. Em 1948 eu fui para Santa Teresinha, num lugar denominado Cercado onde eu fiz grandes amigos. Passei lá dois anos e fiz concurso para a Capital. (Informação verbal)²⁹.

Ainda sobre a ampliação do número de professores Batalha (2002) completa informando que [...] passou de 3.327 para 6.232 em 1949”. (BATALHA, 2002, p. 53). No depoimento da Professora Claudemira Ribeiro de Moura fica claro que o seu ingresso em 1948, no Magistério Público se deu através de Concurso Público atendendo à demanda de salas de aulas criadas no interior do Estado. Esse concurso não foi para o preenchimento de vagas que compõem o quadro de professores permanentes do Estado da Bahia.

A Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza informa como funcionava esse concurso:

[...] A Secretária Estadual de Educação todo ano fazia concurso. Os professores faziam concurso, começavam a trabalhar em março e em dezembro eram desligados. Não ganhavam às férias. Às vezes no outro ano tinham de submeter há concurso novamente [...]. (Informação verbal)³⁰.

Sabemos que a contratação de trabalhadores temporários é uma das formas entre as quais os empregadores evitam o pagamento de garantias trabalhistas. A saber, as férias remuneradas são instituídas, no Estado da Bahia, a partir de 6 de setembro de 1947. Parece-nos estranho que o Estado que legisla, regulamenta e fiscaliza utilize-se dos mesmos mecanismos para burlar a legislação trabalhista.

Do entusiasmo reformista vivenciado pela educação pública baiana, durante o governo de Octávio Mangabeira (1947 – 1951) presenciamos também o florescer da

²⁹ MOURA, 2004.

³⁰ SOUZA, Lúcia. 2004.

consciência do professorado baiano, especificamente os professores primários; tendo em vista que, para Anísio Teixeira, a “[...] educação é cara, tem de custar muito dinheiro, porque é somente com a educação que nós podemos construir o Brasil e fazer dele o grande país que todos desejamos”. (OLIVEIRA, 1992, p. 161 – 162).

QUADRO 3 - DADOS GERAIS DO ENSINO PRIMÁRIO NO ESTADO DA BAHIA – 1945 a 1951

ANO	Unidade de Ensino				Matricula Geral	Corpo Docente
	Comum	Supletivo	Localização			
			Sede	Rural		
1945	2035	50	2268	818	145.080	3239
1946	3107	183	2322	785	153.157	3327
1947	2326	1519	2493	959	248.770	5084
1948/49	2450	1996	2608	1045	296.714	5748
1951	4156	2110	-----	-----	362.997	7731

FONTE: IBGE (1947-48, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954)

O “**Quadro 3**” nos mostra que a ampliação do quadro de professores primários, da matrícula e das unidades de ensino demarca uma tentativa de solução de um problema desestruturante na educação que vem de encontro às formas de pensar, agir e com os valores e as expectativas dos professores dentro do espaço escolar. Esse conflito acentua-se quando o professor percebe o aumento das suas atribuições, ao mesmo tempo em que a oferta do trabalho pode determinar a desvalorização salarial. Sendo assim, pensamos que esse pode ser a chama que acende o estopim de uma crise entre empregados e empregadores; no nosso caso, entre os professores e o Estado da Bahia pela valorização salarial.

QUADRO 4 - VENCIMENTOS DOS PROFESSORES DA REDE BÁSICA DE ENSINO DO ESTADO DA BAHIA – 1947 e 1951

Especificação	VENCIMENTOS			
		1947		1951
Professor do Interior	B	800,00	D	1.400,00
Professor do Interior	C	900,00	D	1.400,00
Professor do Interior	D	1050,00	E	1.500,00
Professor do Interior	E	1.150,00	F	1.600,00
Professor da Capital	B	800,00	D	1.400,00
Professor da Capital	C	900,00	D	1.400,00
Professor da Capital	D	1.050,00	E	1.500,00
Professor da Capital	E	1.150,00	F	1.600,00

FONTE: BAHIA, 1948, p. 1943 – 1950.
 BAHIA, 1951, p. 20314 – 20316.

Se observarmos o “**QUADRO 4**”, parece em princípio, que existiu um grande aumento nos salários dos professores. Em 1947, a moeda corrente era o Cruzeiro, e o Salário-mínimo estava estipulado em Cr\$ 300,00. Isso nos leva a analisar que o salário de um professor primário, Classe B, estava então com um piso de 2,60 salários e, em 1951, o salário-mínimo passa a 700,00 cruzeiros. Esse mesmo professor tem seu piso salarial reduzido a menos de 2,00 salários-mínimos. Para termos uma idéia do poder de compra do salário de um professor primário, basta dizer que na época, um saco com cinqüenta quilos de açúcar cristal custava CR\$ 148,50 e o de arroz agulha, CR\$ 220,00. Um permanente nos cabelos das mulheres custava CR\$ 70,00. Quem desejasse assistir “A felicidade não se compra” ou “A noite sonhamos” (filmes em cartaz no mês de setembro de 1947) teria que pagar CR\$ 2,20. Isso comprova a perda de poder aquisitivo do professorado baiano diante de uma sociedade que estava vivendo uma crise inflacionária, na ordem de 47.7%, conforme ilustra o “**QUADRO 5**”:

QUADRO 5 - INDICADORES ECONÔMICO-NACIONAIS – 1943/1952

INDICADORES	1943	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Inflação	16,6%	9,0%	5,9%	8,1%	12,4%	12,3%	12,7
Salário Mínimo	Cr\$ 300,00	Cr\$ 300,00	Cr\$ 300,00	Cr\$ 300,00	Cr\$ 700,00	Cr\$ 700,00	CR\$ 1.200,00

FONTE: IBGE (1947-48, 1949, 1950, 1951, 1952)

A partir da seleção de dados do IBGE (1947-48, 1949, 1950, 1951, 1952), o “**QUADRO 5**” mostra que, no período de 1943 a 1949, não houve aumento no salário-mínimo. Essa ausência de reajuste é compreendida porque na época, os salários tinham uma vigência regional e, somente, em 1952 ele passa a ter valor único para o país. Os “**QUADROS 4 e 5**” nos permitem analisar que, durante o período governado por Octavio Mangabeira (1947 – 1951) o Brasil vivia um fenômeno inflacionário devido à manutenção de uma economia internacionalizada em que o comércio (interno e externo) foi profundamente afetado em consequência da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) que favoreceu a insegurança nas rotas marítimas.

O fato é que o Governo baiano, da época, não tinha a valorização do funcionalismo público como meta. Esse procedimento desencadeou o surgimento do Movimento das Professoras Primárias, em Salvador, no mês de setembro de 1947. Essa mobilização provocou uma série de ações visando à valorização da categoria em nível estadual.

Entende-se que mudanças na educação não podem ser realizadas sem considerar o professor como um dos agentes vitais desse processo. Mudança se faz com valorização tanto salarial como de qualificação profissional e não com leis e discursos.

Por fim, pensamos que o governo de Octávio Mangabeira proporcionou ao Estado da Bahia a retomada do desenvolvimento econômico, do social e da educação que estava estagnado desde a transferência da capital do país para o Rio de Janeiro. Contudo, a criação da Sociedade Unificadora de Professores Primários (SUPP) é entendida como parte de uma necessidade das mulheres professoras em protestarem contra a insensibilidade do Governo para com os professores primários que estavam colaborando diretamente com o desenvolvimento do Estado da Bahia, a curto e longo prazo, pela manutenção desse ideal reivindicando melhorias.

4 *MEMÓRIAS DA ORGANIZAÇÃO DOCENTE: A ESCRITA DE UMA HISTÓRIA*

ILUSTRAÇÃO 10 - PROFESSORES EM FRENTE AO PRÉDIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, NO CAMPO GRANDE – SALVADOR/BA.



FOTO: Luzia Martins de Souza

4 MEMÓRIAS DA ORGANIZAÇÃO DOCENTE: A ESCRITA DE UMA HISTÓRIA

A gente andava a cavalo para atingir os municípios que não tinham acesso fácil para atingir o nosso objetivo. O que era a SUPP? Uma unificação da capital com o interior. (Clarice Fortuna)

Ao construir uma investigação partindo-se do passado de uma organização, não podemos perder a perspectiva sócio-histórica e educativa em que se insere o campo de análise. O olhar fixo e encantado de Narciso, vendo sua imagem refletida no espelho, nos leva a crer que além de sedutor ele é revelador. Um espelho nos diz aquilo que os “outros” vêm sobre nós e quando ficamos diante dele passamos a ver aquilo que eles sabem/conhecem sobre nós.

Baseando-nos nessa interpretação, revelamos as memórias, como um aparelho óptico e operador para construir a história do Movimento das Professoras Primárias, em Salvador/BA, 1947 a 1951, porque acreditamos que ele é a práxis social dessas educadoras.

Em função disso, objetivamos, neste capítulo, delinear e construir a história da criação da SUPP, utilizando as categorias analíticas de movimento social e docência, buscando confirmar a importância do Movimento das Professoras Primárias, na década de 40, do século XX, como a primeira entidade representativa dessa categoria no Estado da Bahia.

4.1 CRUZANDO OLHARES: MULHER E PROFESSORA

O olhar é revelador de histórias que estão escritas nas nossas memórias. Um tempo presente é o registro de memórias, de acontecimentos concretizados. Sendo assim, intencionamos que a (re)construção de uma história deva ser pensada com sentimentos comunitários, pautados pelas ações solidárias consigo e com os outros. Essa relação entre partilha de ações sociais, em busca do comum, é o eixo indicador do processo de educação que tem conceito polissêmico e comporta múltiplas interpretações dependendo, portanto, do contexto no qual está inserido.

Os modos e maneiras como a sociedade brasileira, especialmente a sociedade baiana, foi se organizando, leva-nos a compreender que ser professor foi o caminho encontrado pela mulher, principalmente, da classe média, para ter acesso ao mercado de trabalho. Passos (Apud. Fagundes, 2005) suscita que:

[...] a situação de escolha profissional ultrapassa as relações de gênero e penetra as relações de classe, uma vez que os cursos de formação de professores são considerados menos exigentes, menos dispendiosos e podem ser cumpridos em menos tempo que os de outras áreas. Essas condições asseguram às mulheres, por uma necessidade de ascensão profissional e financeira a possibilidade de mais rapidamente engajarem no mercado de trabalho [...] (PASSOS apud FAGUNDES, 2005, p. 63).

Esse caminho se deu, também, pelo processo tardio de escolarização e pela escolha profissional das mulheres brasileiras, relacionada à vontade, ao desejo de aprender e executar determinadas profissões.

A abordagem de gênero enfatiza como as relações entre os sexos são geridas, pela sociedade, nas práticas de (re)produção social desempenhada e desenvolvida por homens e mulheres. Dessa forma, entendemos que as relações de

gênero são uma categoria destinada a abranger um conjunto complexo de relações sociais, bem como de se referir a um conjunto mutante de processos sociais e historicamente variáveis. Gênero é uma concepção teórico-analítica, por isso compreendemo-la como uma construção histórica, cultural e social.

O ser humano na divisão social é uma complementaridade. Descrevendo dessa maneira, e em estreitos termos biológicos, o ser homem e o ser mulher seguindo seu desenvolvimento é uma produção cultural e social. Acreditamos, porém, que tal fato não justifica os diferentes tratamentos dados a homens e mulheres nas relações econômicas, sociais e trabalhistas. Isso porque, no plano físico e em nossos corpos, circulam características comuns. Contudo, em determinados momentos, as especificidades das funções biológico-anatômicas marcam as diferenças entre os sexos.

Culturalmente, é essa a relação que tem sido ensinada aos sexos opostos, a mulher presa à preservação da espécie, ligada às amarras da maternidade, num fazer considerado e sem criatividade, o homem livre para criar instrumentos poderosos, preparar o futuro e forjar sua identidade. (PASSOS, 1991, p. 23).

É evidente que quando o sujeito assume o seu “eu” sexual, boa parte de sua experiência vivida retrata o (re)conhecimento que sustenta a construção da sua identidade, a qual não será representada na totalidade, já que sua imagem somente representa uma parte do seu todo. Assim, o homem se mostra com aparência viril e a mulher, frágil. No processo de afirmação da identidade, são atribuídos mecanismos de socialização e determinados valores e regras que especificam cada sexo. Esse processo se apresenta conforme uma sucessão de diferentes níveis de conscientização que não permite a (re)construção do processo de (de)formação da sua identidade sexual.

A idéia do magistério primário como uma atividade feminina deu-se, também, a partir da criação da Escola Normal de Niterói, em 1830, que, inicialmente, tinha como objetivo formar homens e mulheres para o exercício profissional. Todavia, para Fagundes (2005), essas escolas passaram a receber um número maior de mulheres porque:

Por um lado, essa tendência foi atribuída uma concepção de magistério como extensão da maternidade, destino primordial das mulheres, mas por outro, à série de intervenções de controle do Estado sobre a docência, que passou a determinar conteúdos e níveis de ensino, exigir credenciais dos educadores e horários livres para o ensino que, por certo, associadas a condições como baixo salários, afastaram os homens dessa carreira e os conduziram a profissões mais rentáveis. (FAGUNDES, 2005, p. 57).

Nessa perspectiva, Mello (1995) esclarece:

[...] a sexualidade do magistério como ocupação feminina, decorrente de determinantes econômicos, revela-se, ou aparece, como fator natural em função de exigências que essa ocupação apresentaria e que supostamente se adequam mais ao sexo feminino. Essa adequação baseia-se, em geral, em estereótipos sobre o que é natural no homem e na mulher, ou em características femininas e aprendidas ou induzidas pela socialização (MELLO, 1995, p. 70).

No século XX, a presença da mulher torna-se bastante significativa na esfera educacional, predominantemente no ensino primário. Isso é ratificado na fala de Arroyo (2002):

[...] a imagem de professora primária é dominante, com traços bastantes feitos, onde predomina a competência para o ensino das primeiras letras e contas, mas, sobretudo o carinho, o cuidado, a dedicação e o acompanhamento das crianças (ARROYO, 2002, p. 30).

A atividade docente passa a ser vinculada aos cuidados e à afetividade que o professor deve manter na relação com o aluno. O predomínio dessa visão fez do magistério primário uma profissão feminina dificultando, assim, a conscientização

profissional. Sob essa influência, a educação passa a ser concebida como uma extensão da família. A sociedade reserva, então, às mulheres a profissão de professora, por entendê-la como uma “[...] atividade de amor, de entrega e doação, para a qual ocorreria quem tivesse vocação (LOURO, 1997, p.78)”. A esse respeito, acrescenta SAFFIOTI (Apud. LOURO, 1997):

[...] a entrada das mulheres no exercício do magistério – o que, no Brasil, se dá ao longo do século XIX (a princípio lentamente, depois de forma assustadoramente forte) – foi acompanhada pela ampliação da escolarização a outros grupos ou, mais especialmente, pela entrada das meninas nas salas de aula. (SAFIOTTI, apud LOURO, 1997, p. 78).

No Estado da Bahia, o ingresso das mulheres no ensino primário deu-se:

[...] em virtude da falta de professores para o provento de vagas nas escolas de Primeiras Letras, devido aos baixos salários e a dificuldade de fiscalização das atividades docentes, fazendo com que o Curso se tornasse uma ocupação feminina (LIMA, 1996, p. 101).

Essa não foi, de forma alguma, uma entrada tranqüila. Objeto de muitas disputas e polêmicas, a possibilidade das mulheres exercerem o magistério foi contestada através de diferentes discursos, especialmente a partir do momento em que as moças (em meados do século XIX) passaram a ter presença muito maior do que se suponha ou se desejava. Passos (1991) comenta o trilhar das mulheres na sua inserção no processo educacional.

Em 1940, 56% das mulheres sabiam ler e escrever contra 62% dos homens. Poucas possuíam Curso Superior e quando isto acontecia, quase sempre, era na área do magistério, da medicina ou da odontologia, com consultórios montados em suas próprias residências. Além destas, a área das “letras” também era uma inserção possível. Contudo, o desenvolvimento intelectual, quase sempre, não representava possibilidades de notoriedade pública [...] (PASSOS, 1991, p. 6)

As condições que direcionam a docência como profissão seguem por vários caminhos, dentre eles: o da vocação, da necessidade econômica, da ausência de opções, de ser um curso fácil de concluir, da demanda do mercado, das condições de trabalho e até mesmo o do acaso. Dessa maneira, conforme ilustra o “**Quadro 6**” o magistério primário, no Estado da Bahia, passa, ao longo do tempo, a ser uma profissão quase exclusivamente feminina, devido aos baixos salários e ao desprestígio profissional que afastaram os homens.

QUADRO 6 - Nº DE PROFESSORES DA REDE BÁSICA DE ENSINO DO ESTADO DA BAHIA – POR SEXO – 1945 a 1949

ANO	SEXO				ESPECIALIDADE			
	Masculino		Feminino		Normalista		Não-Normalista	
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
1945	139	4,5	2947	95,5	2644	85,7	442	14,3
1946	156	5,0	2951	95,0	2668	85,9	439	14,1
1947	156	4,5	3296	95,5	2931	84,9	521	15,1
1948/49	136	3,7	3517	96,3	3303	90,4	350	9,6

FONTE: IBGE (1947-48, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954)

O “**Quadro 6**” revela a superioridade numérica de professores primários do sexo feminino. É importante frisar que, na leitura do Diário Oficial do Estado da Bahia, de 24 de março de 1949, tomamos conhecimento da relação nominal dos professores primários da Rede Estadual e notamos o número aproximado de 10% de professores primários, do sexo masculino, com lotação no interior. Acreditamos que esse número deva justificar-se pelas dificuldades geográficas do Estado.

Acreditamos que a construção da identidade profissional não se faz, apenas, no período de formação. As imagens da constituição e do significado do que é ser professor insere-se numa noção de pertencimento de uma categoria trabalhista que

passa a ser vista enquanto assalariado. A esse propósito, Fagundes (2005) comenta:

Etimologicamente, a palavra professor, do latim *professore*, se refere ao ator de uma profissão de fé, alguém que é detentor de uma ciência, de uma arte, de uma técnica ou disciplina, sendo capaz de transmitir o saber, configurado-se essa capacidade como uma missão. Vale ressaltar, também, a conotação religiosa do termo, uma vez que o professor é aquele que *professa* publicamente uma verdade. (FAGUNDES, 2005, p. 80).

Ao ser questionada como se tornou professora primária, a Professora Clarice Fortuna declarou:

Por vocação logicamente. Eu fiz o Curso Normal, no Instituto Normal da Bahia, e me apaixonei pela profissão. Terminei o Curso em 1950. Naquela época, não tinha na Universidade o curso de Pedagogia. Fui professora por vocação. Desde os quatorze anos que eu começava a ensinar em casa. (Informação verbal)³¹.

A vocação e a indicação familiar foram os caminhos que levaram a Professora Claudemira Ribeiro de Moura a decidir pela profissão.

Ser professora foi vocação porque meu pai era autodidata. Ele ficava observando o que os filhos gostavam de fazer. Eu por exemplo só queria brincar de ser professora. Ele achou que eu devia ser professora. E até hoje ensino. Sou regente de classe até hoje. Para mim não tem profissão melhor, mais importante do que ser professora, do que ensinar. Não existe profissão melhor e não tão menos importante quanto à de professora. Infelizmente isto não é considerado pelas autoridades. Eu dava banca porque o meu ideal era esse: enquanto todo mundo estava brincando de outras coisas eu estava brincando com minhas colegas de ser professora. (Informação verbal)³²

Por sua vez, a Professora Luzia Martins de Souza teve um caminhar parecido ao da colega Claudemira Ribeiro de Moura:

³¹ FORTUNA, 2004.

³² MOURA, 2004.

Como eu desde pequena, desde criança, tive aquele interesse em ser professora. Brincava com as bonecas com as cadeiras e as companheiras vizinhas; eu era a professora e todo mundo tinha quer ser meus alunos. E então, brincava de ser professora e fui crescendo nessa. Tive uma professora, Professora Estela, que foi minha professora primária. Achava uma coisa linda ser professora e achava a professora muito bonita. Eu falei que queria ser professora. Ela dizia que queria ter uma filha professora. Eu fiz o Curso de Admissão para a Escola Normal.

Na época professor era bem reconhecido. Basta lhe dizer que, na minha família, só quem estudou fui eu. Os outros três não quiseram estudar. Então eu era rainha em casa. Eram dois homens e duas mulheres, um já estava no terceiro anos ginasial, como se chamava na época, e eu já estava na Escola Normal. A minha irmã foi ser doméstica. Eu era a rainha porque fui estudar.

Adorei ser professora. Adorei. Eu acho que hoje eu não seria. Não sei! Acho que sim. Porque é uma coisa que sai de dentro da gente e na época que eu fui professora foi bom. Com todas as dificuldades que nós enfrentamos, dentro da escola era uma vivência muito gostosa. Muito gostosa mesmo. Ser professora não parar de estudar. (Informação verbal)³³.

A imagem do professor como profissional que já traz consigo a vocação e dons para a transmissão de conhecimentos e de saberes se faz presente nos depoimentos, dos “*sujeitos em diálogo*”. Essa idéia de professor como sacerdote vem, contraditoriamente, desde a Reforma Pombalina, em meados da década de 1750, quando a educação chega às camadas populares, mas sem os Jesuítas que, até então, mantinham o domínio sobre a educação e a formação escolar dos brasileiros. Assim, a escassez de professores exigiu um trabalho voluntariado.

A participação das mulheres na construção da identidade do “ser professora” marca um processo de luta à medida que vai rompendo com o pensamento machista. Dessa forma, ao tomar consciência do seu papel enquanto professora e mulher, qual seria a visão de trabalho para as professoras primárias que participaram do movimento de criação da SUPP?

O depoimento da Professora Luzia Martins de Souza enfatiza que:

[...] aquela vontade de realizar aquele trabalho quase que sacerdotal porque o salário sempre foi baixo, mas a dedicação superava todas as dificuldades da vida e se vivia na escola, assim, como uma família. A gente vivia na

³³ SOUZA, Luzia. 2004.

escola como uma família. Todos se amavam. Todos se queriam muito. (Informação verbal)³⁴.

A Professora Esmeralda Maria de Aragão suscita que:

[...] a responsabilidade de um professor, no meu modo de ver, é muito maior porque ele vai abrir a cabeça da criança para levar os conhecimentos. E não só isso, formar a personalidade da criança no plano fundamental [...]. (Informação verbal)³⁵.

Para a Professora Lúcia Almeida de Souza Ferreira, o professor desenvolve uma ação mais direta na sociedade porque:

[...] o professor tem uma importância tão grande que ele pode modificar a sociedade. Tem o poder de modificar, vamos dizer assim, até a sociedade se ele souber bem usar esse poder pode concorrer para o bem da própria humanidade. É uma alegria muito grande. Eu me sinto muito feliz em ser professora. Sou professora por vocação. Vocação que começou aos quatro anos de idade. Eu nunca mudei de idéia. Eu não estou arrependida. Sou professora mesmo. Toda a vida tenho sido mal remunerada. Mas, eu acho que é uma profissão linda porque a gente consegue atuar na sociedade. (Informação verbal)³⁶.

Na interpretação das memórias julga-se que as visões acerca do papel social do professor são expressas sob o prisma da entrega à profissão como ato de amor, como responsável pela ampliação de conhecimentos do aluno e pelo caráter de agente social. Essas idéias são expressões inscritas no processo de formação profissional. Toda ação docente é decorrente da concepção de ensino e de aprendizagem, bem como do contexto no qual está inserida. Pensamos que ser professor pode ser entendido como um profissional com todas as incompletudes de um ser dotado de conhecimentos e saberes cuja missão é (re)juntá-los e socializá-los com um grupo de sujeitos que estão consigo dialogando.

³⁴ SOUZA, Luzia. 2004.

³⁵ ARAGÃO, 2004.

³⁶ SOUZA, Lúcia. 2004.

Para o enfrentamento da práxis educativa, a Professora Esmeralda Maria de Aragão comenta que professor:

[...] é além de tudo uma vocação, de tratar o ser humano como alguma coisa, como maleável, como sensível. De muita sensibilidade. E que o professor deve ser sensível com aquele ser que ele está formando, ou seja, passar a sua sensibilidade, a sua maneira de ver as coisas, de sentir para uma pessoa ou um grupo de pessoas que está ao seu encargo de aprender. (Informação verbal)³⁷.

O contexto sócio-político e educacional em que aconteceu o processo de formação, no geral dessas professoras primárias que criaram a SUPP, estava situado numa época em que a educação brasileira, conforme a ideologia estadonovista, formada sob o ideário getulista de construção de uma nação forte e poderosa, precisava formar um indivíduo para atuar segundo os interesses do Brasil: um homem qualificado para o trabalho, o qual fosse capaz de atuar na agricultura, na indústria, no comércio e no serviço público.

Verificou-se que, no espaço escolar, o trabalho docente, nos primeiros anos de 1940, é caracterizado uma atividade vital, em que a despolitização começa a ser parte integrante do processo e organização da ação docente. Isso está presente, na legislação educacional, nas atitudes organizacionais dos docentes mediados pelo controle interno, no espaço escolar, representado pelos conteúdos didáticos, disciplinas, sistemática de avaliação, e pelos externos (currículo, dos programas dentre outros).

A ação docente diz respeito à concepção de trabalho na qual o professor, enquanto profissional, deve estar articulado com os seus pares, com seus alunos e com as instâncias empregatícias. Podemos considerar que bem antes do século XX já estava estabelecido um perfil profissional para atuar no Ensino Primário, ou seja, a

³⁷ ARAGÃO, 2004.

figura de uma mulher com características dóceis e, ao mesmo tempo, reprimida pela sociedade quando “[...] exigia das educadoras regras de conduta que iam além da sua atividade de ensinar: o professor deveria ser exemplo de padrão moral e deveria ter comportamento exemplar e, assim, assegura a imagem que lhe era digna”. (CAVALCANTE, 1999, p. 48).

Tomando como base esse perfil feminino, era desconsiderada qualquer tentativa de questionamento às normas sociais porque se supunha estar sendo edificada a imagem de mulher paciente, zelosa, humilde, feliz, enfim uma figura passiva, letárgica, inerte. Contudo, esses valores passam a ser questionados pelas professoras primárias, a partir dos anos de 1945, considerando o processo de redemocratização do Brasil, que permitia a quebra de paradigmas econômico, social e político.

4.2 DESVELANDO O MOVIMENTO DAS PROFESSORAS PRIMÁRIAS

O que faz diferir um movimento social dos outros é o tipo de ação social que os envolve. E isso é importante registrar. Dessa maneira, na tentativa de encontrar movimentos semelhantes, à Sociedade Unificadora de Professores Primários (SUPP), no Brasil, as pesquisas nos apontam o Movimento das Professoras Primárias, da Rede Municipal de Ensino, da cidade de Salvador, em 1918, situadas num contexto em que a presença feminina nos espaços de luta não favorecia qualquer tentativa de força política e social para reivindicar seus direitos. É importante salientar que, em 1918, as mulheres brasileiras ainda não gozavam do

direito ao voto, e isso pode ter contribuído para a indiferença do governo com a categoria.

Sobre as associações docentes, na década de 1940, o professor Francisco de Sá Teles³⁸ em entrevista realizada em 5 de novembro de 2005, nos informa:

[...] nesse tempo não havia as associações de professores. As associações de professores estavam iniciando, estava começando a surgir às idéias. Quando eu estava na própria Secretaria, no período de Isaias, dentre autoridades de ensino da própria capital, a idéia de criar uma sociedade que seria a UDAPP – União, Defesa e Assistência dos Professores Primários. Mas, morreu no nascedor. Não vou nem dizer nada porque não precisa. Eu vi o Estatuto, vi tudo. Mas não tinha como funcionar porque faltava aquela base principal que era partir do professorado primário. Eu acho que se parte de alguém que trabalha na Secretaria ou que está lá direta ou indiretamente ligado ao comando do ensino não dá. Então morreu no nascedor. Foi uma tentativa que frustrou-se, não vou dizer que não tivesse requerido, não. Também não teve mobilização e não havia motivo. (Informação verbal)³⁹.

Nesse período, tem-se a criação da Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo (APESNOESP), em 1945, e a União dos Professores Primários do Distrito Federal (UPP/DF). O Distrito Federal, na época, era a cidade do Rio de Janeiro, em 1948. Vale aqui ressaltar que no Rio Grande do Norte foi fundada em 1920, por professores primários e secundários a Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN). De outro lado, o patronal, temos em 20 de outubro de 1944, a criação do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Primário da Bahia (em 18 de agosto de 1988, passa a ser denominado Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado da Bahia - SINEPE/BA).

A criação dessas entidades representativas da categoria é decorrente de processos diferenciados, dadas as condições sociais e econômicas nas quais

³⁸ José Francisco de Sá Teles, nascido em 19 de setembro de 1915, em Seabra/BA, casado, atualmente aposentado exerceu as funções de professor primário e universitário, inspetor de ensino e deputado estadual.

³⁹ TELES, 2005.

encontravam-se os respectivos Estados. Ressaltamos que é importante considerar os caminhos encontrados para a formulação de estratégias as quais passam a ser utilizadas pelos sujeitos em práticas reivindicatórias.

O surgimento dessas associações evidencia as ações de setores da sociedade civil numa construção de histórias de lutas por melhoria da qualidade de vida. Uma ação que requer “fazer” e “pensar” em conjunto, isso é, em uma práxis que mantém suas especificidades, situadas em um espaço-tempo histórico determinado. Dessa forma, Gohn (2004), considera os movimentos sociais como sendo:

[...] expressões de poder da sociedade civil, e sua existência, independente do tipo de suas demandas, sempre se desenvolve num contexto de correlação de força social. Eles são, portanto, fundamentalmente, processos políticos-sociais. (GOHN, 2004, p. 251).

Apesar de todas as dificuldades e entraves, os movimentos sociais com origem nos anos quarenta, tinham suas práticas reivindicatórias situadas em conexões que partiam tanto da esfera pública, quanto da esfera privada. Práticas estas decorrentes da ausência de políticas de valorização profissional, principalmente do funcionalismo público, e pelo processo de desenvolvimento industrial que aglutinou uma classe de trabalhadores assalariados. É preciso salientar que o desenvolvimento industrial foi um dos mecanismos facilitadores da união de profissionais em sociedades, associações e sindicatos.

Examinando o processo de fundação da SUPP, as informações, abaixo, da Professora Esmeralda Maria de Aragão ilustra a preocupação com o direcionamento que o Movimento teria e enfatiza que:

Se fosse só uma campanha apenas para reivindicar um salário parecia que nós éramos umas pessoas que só visávamos dinheiro. Que só queríamos mais dinheiro. Não era isso! Nós queríamos respeito pela profissão! Não só o respeito. Mas, consideração! A profissão era, na época, como uma profissão de elite. (Informação verbal)⁴⁰.

Um movimento social deve refletir sobre as origens e ações dos seus participantes. O objetivo primordial de um movimento tem em vista a construção de um sujeito coletivo, de uma identidade coletiva visando aglutinar os seus diferentes interesses. Gohn (2001) deixa evidente que “[...] uma organização de categoria social surge para desempenhar o papel de interlocução entre o Estado e uma categoria”. (GOHN, 2001, p. 94). Desse modo, ele não nasce espontaneamente, mas, a partir de um sujeito social que mobiliza outros com pensamentos afins. A Professora Luzia Martins de Souza faz o seguinte comentário:

Lúcia revoltada com o que estava acontecendo com o desprezo, com o descaso, com os medos que faziam do professor na época. Medos políticos que aquilo não podia continuar e começamos a discutir esse assunto; ai, nessas conversinhas da escola. (Informação verbal)⁴¹.

A professora Esmeralda Maria de Aragão complementa:

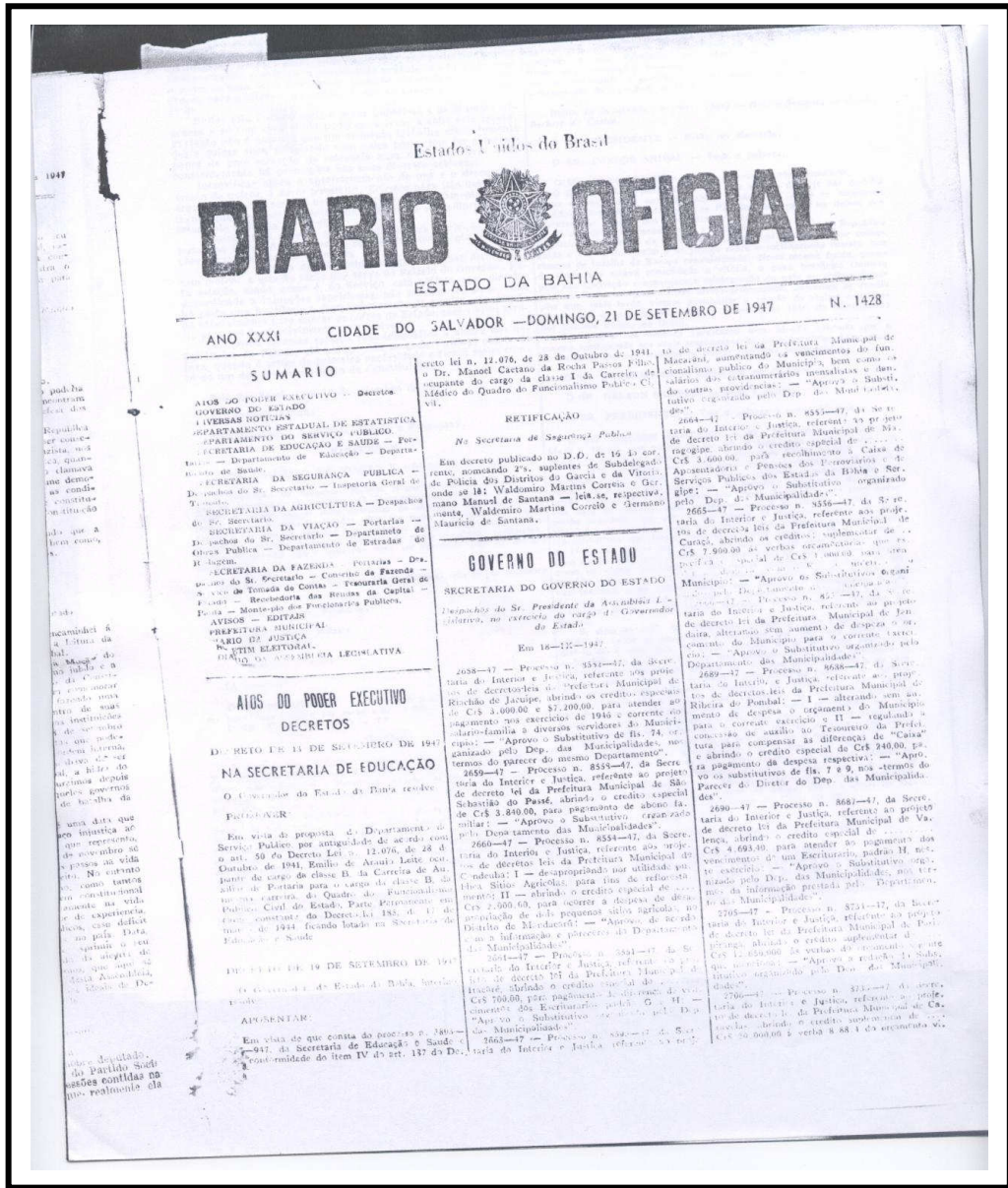
Lúcia chegou na Escola revoltada de ter lido no Diário Oficial que os salários dos faxineiros seriam iguais aos dos professores. Professor tem que ser igual remunerado a um faxineiro? Então, ela falou com a Diretora que queria reunir todos os professores para discutir esse problema. Luzia foi uma líder. Ela começou e apoiou a fala de Lúcia e disse: “não está certo vamos trabalhar”. Na época nós queríamos salários melhores e, também, condições de trabalho que não eram muito boas. Nós tínhamos a responsabilidade de aprender e de ter uma formação adequada, própria para ensinar as crianças e isso era um pré-requisito de reconhecimento desse papel que ao sairmos da escola que nos formou levar para dentro da categoria. (Informação verbal)⁴².

⁴⁰ ARAGÃO, 2004.

⁴¹ SOUZA, Luzia. 2004.

⁴² ARAGÃO, 2004.

ILUSTRAÇÃO 11 - PORTARIA DE PROMOÇÃO DOS AUXILIARES DE PORTARIA I (Diário Oficial do Estado da Bahia, de 21 de setembro de 1947)

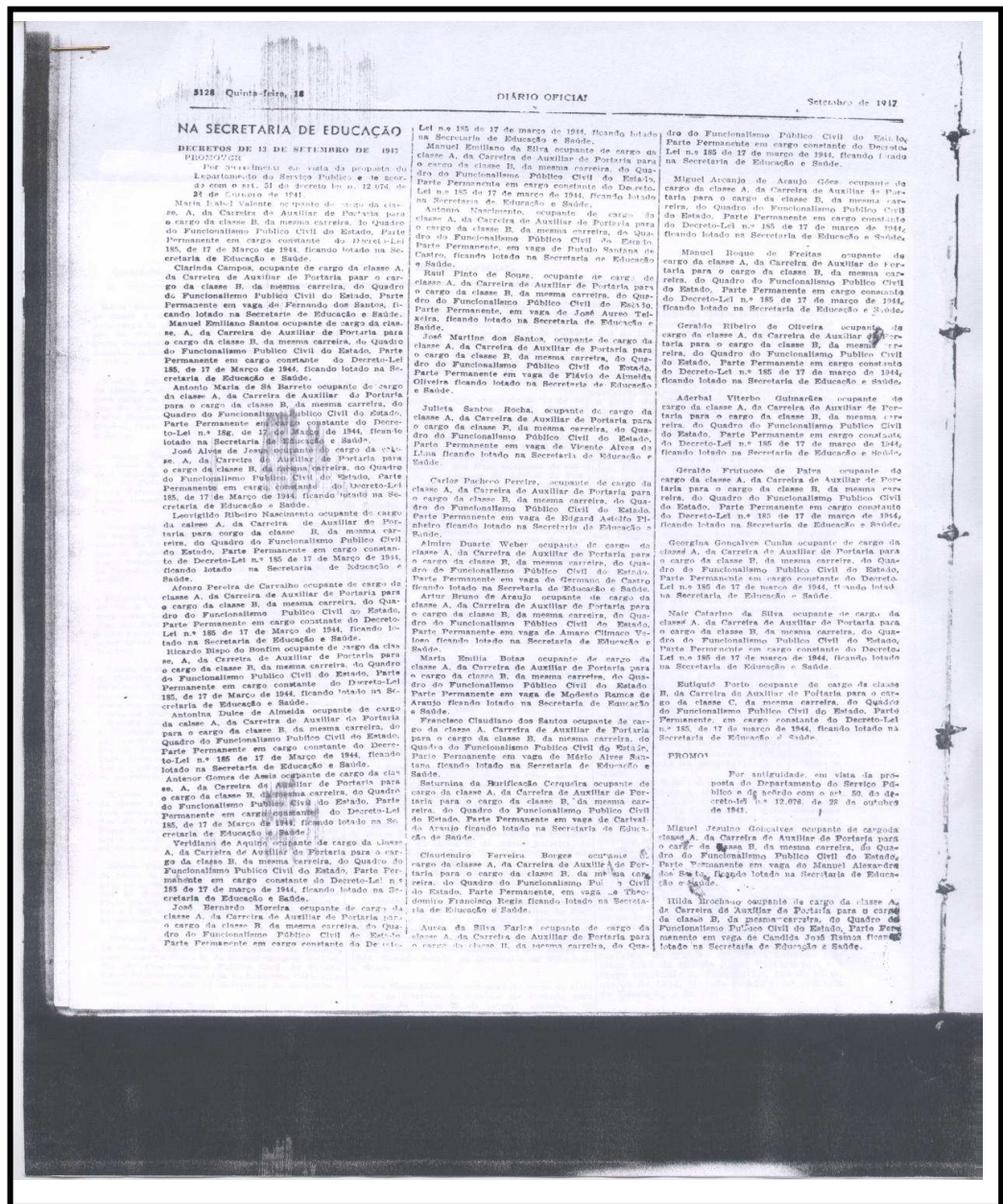


FONTE: BAHIA, 1947, p. 1428

Nas entrevistas, obtivemos a informação de que a Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza procedeu à leitura do Diário Oficial do Estado da Bahia, datado de 21 de setembro de 1947. Entretanto, identificamos a Portaria Sem Número, assinada pelo governador Octávio Mangabeira que “Promove por antiguidade em vista da

proposta do Departamento do Serviço Público e de acordo com o Artigo nº 50 do Decreto Lei nº 12.076 de 28 de outubro de 1941"; sendo publicada em 18 de setembro de 1947 conforme ilustração abaixo:

ILUSTRAÇÃO 12 - PORTARIA DE PROMOÇÃO AOS AUXILIARES DE PORTARIA II (Diário Oficial do Estado da Bahia, de 18 de setembro de 1947)



FONTE: BAHIA, 1947, p. 1917.

No relato abaixo da Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza é possível observar que as idéias de criação da SUPP vinham sendo tecidas antes do nivelamento salarial entre professores primários e auxiliares de portaria.

Eu não achava porque ganhava mal tinha que ensinar mal. Não! As crianças não tinham nada a ver por isso. Eu lutei para que a SUPP pudesse lutar com os poderes públicos para valorizar o professor. Eu sempre achei que o professor brasileiro não era, e não é, valorizado. Os poderes públicos não sabem a importância, não quer dar a importância, ao professor. Seja professor do Curso Primário, Secundário, ou Universitário. Naquele tempo os professores eram mal pagos [...] No dia de receber dinheiro, recebíamos na própria Secretaria de Educação [...] O pagador ia pra lá [...] Todo mundo reclamava, todo mundo brigava e todo mundo se queixava. E eu dizia a uma pessoa e outra: vamos fundar uma instituição para nos defender, não adianta a gente ta reclamando sem defesa. Mas, ninguém tomava a iniciativa. Eu era muito tímida e não me achava capaz. (Informação verbal)⁴³.

O ponto fundamental de um movimento social é a consciência coletiva enquanto geradora da cidadania coletiva. É esse o olhar que estabelece e delimita pontos convergentes e divergentes em interesses comuns. Os sujeitos sociais decidem por construir um vínculo entre si, a partir de uma tomada de decisão e o passo seguinte é coadunar os interesses comuns às “[...] estratégias e táticas de enfrentamento do oponente”. (GOHN, 2001, p. 18).

Esse enfrentamento ocorre porque o exercício democrático da cidadania só se efetiva pela necessidade “[...] do consenso da maioria dos cidadãos e do respeito às regras democráticas” (MORIN, 2000, p. 107). Assim entendido, uma cidadania comporta diferentes exercícios: os sociais, os civis, os culturais, os políticos, os educacionais e os profissionais. Entendemos que a cidadania é “[...] constituída por diferentes tipos de direitos e instituições; é produto de histórias sociais diferenciadas protagonizadas por grupos sociais diferentes” (SANTOS, 2000, p. 244).

⁴³ SOUZA, Lúcia. 2004.

Submetida em permanentes transformações em 10 de novembro de 1943, o Presidente Getúlio Vargas (1937 – 1945) promulga a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Para Negro e Silva (2003), "[...] a CLT regulava as relações trabalhistas em detalhes e prometia justiça social, colocando-se nas mãos da classe operária como escudo contra arbitrariedades patronais". (NEGRO; SILVA, 2003, p. 51). Vale ressaltar que os críticos da CLT dizem que se por um lado a Lei trouxe o direito e a proteção, por outro, a dependência do trabalhador ao Estado.

Entre as professoras primárias, na Bahia, havia um descontentamento e um sentimento de repúdio ao nivelamento dos salários dos auxiliares de portaria (zeladores e faxineiros das escolas), decretada pelo Governador Octávio Mangabeira, aliado aos obstáculos implementados pela perda da representatividade da profissão. Esse passa a ser um dos instrumentos do repertório discursivo do movimento dos professores primários, que vê nas motivações corporativas a valorização profissional como fator fundamental para a eclosão do movimento de criação da SUPP. Sendo assim, acreditamos que o desenvolvimento e o desenrolar das lutas dessas profissionais estarão vinculadas às conquistas decorrentes das negociações entre a SUPP e o governo da Bahia.

A Sociedade Unificadora de Professores Primários tem sua gênese e organização ilustrada pela força e pela necessidade com que as professoras primárias buscaram, sobretudo, sua cidadania como profissionais docentes. Sendo uma entidade associativa de professores é possível postular que ela vive e produz normas próprias da profissão, além de defender os interesses sociais e econômicos da categoria. Isto porque ela se estabelece por meio de uma práxis que envolve ações pensadas e executadas através da sua inserção social.

Um movimento social diz respeito às atitudes pelas quais os homens constroem sua historicidade, no sentido de defenderem seus interesses. Dessa forma, entendemos que esse movimento foi também uma ação de resistência das professoras primárias à proposta de nivelamento salarial entre os professores primários e auxiliares de portaria instituída pelo governo baiano. Gohn (2004) entende

[...] que os movimentos sociais se constituem justamente na contracorrente das relações de dominação-subordinação (tais relações também podem ocorrer entre diferentes grupos membros das elites) e, fundamentalmente, porque eles não são os elementos mais importantes para explicar ou definir um movimento social. (GOHN, 2004, p. 244).

A autora reconhece que o itinerário de um movimento social não se faz apenas sobre o viés de grupos minoritários e economicamente desfavorecidos. Conforme Gohn (2004), é possível afirmar que um movimento é dotado de categorias e parâmetros os quais definem enquanto tal. Cada movimento social tem suas especificidades, são criadores de novos códigos e têm conceitos incompletos. Mas, mantém o objetivo de modificar uma realidade política e social. Sendo assim, ele tem que ser enxergado pelo contexto sócio-político-cultural da sociedade situado num espaço de forças e tensões sociais.

Gohn (2004), problematizando sobre a gênese de um movimento social evidencia que ele nasce a partir de uma ação dos sujeitos sociais em um determinado tempo-histórico; e que essas ações são idealizadas e praticadas num movimento em que se efetiva sua práxis. Nesse sentido, um movimento que nasce em determinado contexto, tem dois caminhantes que seguem rumos diferentes: um pautado pela ausência de paradigmas teóricos, com vida cíclica - vai e volta - e representa as lutas por interesses coletivos de grupos amplos ou minoritários, e um segundo caminhante, representado, por um movimento específico, datado e

localizado num tempo-espaço histórico com estrutura social e reivindicações concretas, estipuladas por um grupo em constante deslocamento.

A partir desse comentário, Gohn (2004) alerta para a necessidade de compreensão de que “[...] nem tudo que muda na sociedade é sinônimo ou resultado da ação de um movimento social”. (GOHN, 2004, p. 248). Dessa maneira, fica evidente que os movimentos sociais podem constituir uma forma possível de impulsionar mudanças sociais.

As mudanças ou transformações sociais se dão num campo de lutas, situado numa relação entre dominantes e dominados. Entre razão e emoção. O campo de luta de um movimento social está inserido numa relação de poder. Os opositores de um movimento não podem ser entendidos apenas como inimigos. A Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza faz elogios ao Secretário de Educação, Anísio Teixeira, pela forma ética como ele se portou diante do movimento dos professores.

[...] o Dr. Anísio Teixeira, nesse ponto eu tenho que louvar, ele foi um homem superior. Nunca me chamou para perguntar nada! Nem me desrespeitou. Ele não perseguiu a Sociedade. [...] O movimento não foi punido pela Secretaria. (Informação verbal)⁴⁴.

A Professora Luzia Martins de Souza corrobora a informação anterior:

O Dr. Anísio era um homem que eu adorei. Eu o achava um espetáculo apesar da gente só viver discutindo. Ele estava no papel dele de Secretário e eu no meu papel de líder da classe. [...] discutíamos de uma forma [...] que eu disse esse homem vai me demitir amanhã! Que nada! Ficou meu amigo [...]. (Informação verbal)⁴⁵.

Um governo dispõe de inúmeros instrumentos para conter os movimentos sociais. Em muitas situações é comum o uso de medidas repressivas através de

⁴⁴ SOUZA, Lúcia. 2004.

⁴⁵ SOUZA, Luzia. 2004.

estratégias de controle, tais como demissão, suspensão de pagamentos, entre outras. Ficou evidente, nas entrevistas, que o Governador Octávio Mangabeira não utilizou tais estratégias.

Partindo-se do pressuposto de que a composição social de um movimento está na origem dos sujeitos que o constitui, é possível definir o Movimento das Professoras Primárias como uma ação local, mas com uma heterogeneidade de sujeitos sociais oriundos das mais diversas camadas da sociedade.

Em suma, de acordo com as informações verbais acreditamos que o estudo da origem de um movimento, para a construção da sua memória, deve partir da compreensão da identidade individual e coletiva dos seus participantes. Nesse sentido as ações político-sociais de um movimento social assumem a função de perseguir objetivos traçados pensando nos interesses coletivos. Ressalta-se que proceder com a criação de associações para dar voz ativa às categorias de trabalhadores foi o caminho encontrado pelos sujeitos sociais, como é o caso das professoras primárias diante das necessidades definidas pelos respectivos grupos sociais de pertencimento.

Essas associações representam o conjunto de ações coletivas, dirigidas tanto à reivindicação por melhores condições de trabalho e de vida, quanto à transformação das condições econômicas e sociais da categoria. Nesse momento histórico, elas poderiam ser operadas tanto no setor público, quanto no privado.

Os movimentos reivindicatórios dos funcionários públicos têm variantes diferentes das dos funcionários do setor privado, embora, compreendidos como respostas a estímulos tanto internos quanto externos. No caso dos funcionários públicos, a história de um movimento social pode ser encontrada não só na fragmentação social, mas também no teor dos temas políticos, das ações

desenvolvidas pelo Estado para seus funcionários, muitas vezes, um fato é capaz de desencadear uma mobilização. De acordo com Vale (2001):

Diferentemente dos sindicatos dos operários, os dos professores constituem-se enquanto de composição não-operária, fato que vem acarretar conseqüências diferenciadas no modo de condução das ações e reivindicações expressas no seu relacionamento com o Estado. (VALE, 2001, p. 240).

Nessa perspectiva, em setembro de 1947, na cidade de Salvador, vamos encontrar a Professora Lúcia Martins de Souza que resolveu tomar uma atitude após ler:

[...] publicado no Diário Oficial que as zeladoras das escolas iriam passar a ganhar mais que as professoras. Essa foi à gota d'água. Lá na Escola Maria Quitéria tinha uma zeladora que morava na Escola. Tinha água, luz e a casa. Tudo! E ia passar a ganhar mais que uma professora. Essa aí passou do limite. (Informação verbal)⁴⁶.

Após a leitura da Portaria publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia de 21 de setembro de 1947, que nivelou os vencimentos das professoras primárias aos dos auxiliares de portaria (zeladores e faxineiros), a Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza acrescenta:

Naquele tempo, vinte e um de setembro era feriado eu passei em casa maquinando. Eu disse: se eu fundasse uma Sociedade para defender o professorado, porque isso é um absurdo. Eu pensei, pensei e idealizei todo o esquema na cabeça. (Informação verbal)⁴⁷.

É uma prática comum nos espaços escolares, antes do início das aulas, os professores se reunirem para conversas sobre os mais variados assuntos. No dia 22 de setembro, a professora Lúcia Barreto de Almeida Souza, munida do Diário Oficial do Estado da Bahia (D.O.E. BA.), comunica aos colegas da Escola Maria Quitéria, o

⁴⁶ SOUZA, Lúcia. 2004.

⁴⁷ (Id. 2004)

teor do decreto do governador Octávio Mangabeira, que nivela os vencimentos dos professores primários aos dos auxiliares de portaria.

Esse momento está descrito na Ata de criação da Sociedade Unificadora de Professores Primários (SUPP), datada de 30 de novembro de 1947, como o início de uma revolta, de uma inquietação das professoras primárias, dessa escola, ao receberem a notícia.

A Professora Esmeralda Maria de Aragão comenta que:

Lúcia chegou na Escola revoltada de ter lido no Diário Oficial que os salários dos faxineiros eram iguais aos dos professores. Então ela se sentiu humilhada. Como é que um faxineiro – não que um faxineiro não tivesse é... Não pudesse receber um salário bom. Mas que não podia ser equivalente ao de um professor. Desde quando o professor tinha uma formação e tinha uma responsabilidade; o problema da responsabilidade social do professor. (Informação verbal)⁴⁸.

Tal fato levou a Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza a articular-se para o que seria o segundo passo, do que já havia planejado, ou seja, a criação de uma instituição que zelasse pelos interesses dos professores primários. Tratando dessa questão, é possível descrever esse momento como sendo uma articulação de uma categoria profissional contra a ação do Estado da Bahia que desvalorizava o trabalho dos professores.

Na segunda parte das ações da Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza estava prevista a articulação com um grupo pequeno de professores, para depois socializar com os demais professores da Unidade Escolar. Ela deixa evidente que “[...] no dia vinte e dois de setembro eu fui para a escola já com a cabeça quente e

⁴⁸ ARAGÃO, 2004.

fui primeiro a Luzia Martins de Souza porque eu vi que, na Escola toda, era a única capaz de levantar problemas”. (Informação verbal) ⁴⁹.

Ainda sobre esse encontro, a Professora Luzia Martins de Souza rememora: “[...] o Movimento era aquela questão do salário nosso ser igual ao dos serventes da escola. A idéia foi de Lúcia. Ela foi sempre muito ativa, muito competente, estudiosa”. (Informação verbal) ⁵⁰.

A decisão de conversar, inicialmente, apenas com a professora Luzia Martins de Souza, sobre a criação de uma instituição representativa da categoria, é, assim, justificada pela Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza:

[...] se eu fosse contar para as outras colegas que eram mais intimas do que elas iriam dizer: “Há Lúcia que bom, mas... não sei o que [...]”. Eu fui a Luzia e contei. Ele comentou: “Ah! É uma ótima idéia!”. Pronto, o negócio pegou fogo! (Informação verbal) ⁵¹.

Podemos observar que a Sociedade Unificadora de Professores Primários (SUPP) nasceu de uma inquietação pessoal e passou a fazer parte de uma ação coletiva. O discurso era que a hierarquia dos professores primários sobre os auxiliares de portaria estava sendo rompida. Dessa forma, a professora Lúcia Barreto de Almeida Souza começou a organizar a implementação do movimento iniciado pelo convencimento dos colegas mais próximos da Escola Maria Quitéria.

Para a Professora Luzia Martins de Souza, a escolha da colega Lúcia Barreto de Almeida Souza deu-se porque:

[...] eu sempre fui assim muito falastrona e em certos momentos quando solto para falar segura a mulher. Então Lúcia trazia as coisas e eu disse que precisávamos partir para uma tomada de decisão. Como vamos fazer? [...] E aí veio à idéia de organizar a instalação da SUPP

⁴⁹ SOUZA, Lúcia. 2004.

⁵⁰ SOUZA, Luzia. 2004.

⁵¹ SOUZA, Lúcia. 2004.

A Irene Falcão não era da Maria Quitéria. Mas, eu não contei a ela com medo dela me desanimar. Nós três éramos revoltadas contra as injustiças, contra as coisas da escola, contra o governo. Mas se falava muito em casa. Muito! Quando eu dizia que ia fazer e acontecer elas diziam: “Que nada! Duvido!” Eu dizia vocês vão ver. Elas me desafiaram, então quando eu pensei em fundar eu fiquei calada. Eu não disse nada. A Isabel Falcão mesmo não foi uma das primeiras a ser comunicada. Não foi uma das primeiras professoras, mesmo, da Maria Quitéria a ser comunicada sobre a SUPP. Agora quando cresceu o entusiasmo dentro da escola ficou sabendo. Espantou-se. (Informação verbal)⁵².

A inserção dos professores em movimentos docentes, na luta pela valorização profissional, favorece a reconstrução da sua práxis social e pedagógica. Gohn (2005) chama atenção para a caracterização de ações de interesse coletivo em movimentos sociais. Salienta ainda que a necessidade de respeitar as singularidades dos fenômenos ao se manifestarem e que a questão das classes sociais não deve ser o único critério que identifique ou classifique os movimentos sociais. Um movimento docente quando “construído a partir da origem social da instituição que apóia ou abriga seus mandatários” (GOHN, 2005, p. 268) e busca seus direitos, sua cidadania e sua identidade coletiva, pode ser entendido como movimento social.

Nessas condições, o professor, descrito como um profissional que tem um papel político a desempenhar, consegue estabelecer relações, no seu “fazer”, entre o espaço escolar e a sociedade. Portanto, um conflito entre a categoria docente e o Estado deixaria de ser ignorado ou reprimido e passaria a fazer parte de uma negociação, tendo em vista que o maior prejuízo, em um possível confronto de forças, seria para a população atendida pela rede pública de ensino.

O terceiro passo dado pela Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza, agora contando com o apoio da colega Luzia Martins de Souza, seria trazer, para dentro da Escola Estadual Maria Quitéria, adeptos ao movimento. Essas ações,

⁵² SOUZA, Luzia. 2004.

segundo a Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza, foram realizadas da seguinte forma:

[...] nós fomos dizendo aos poucos aos colegas que a gente sabia que eram entusiastas. Começamos a nos organizar. Algumas colegas que eram mais, assim, medrosas e tudo só vieram saber depois do movimento adiantado. Teve até uma colega que ficou enciumada. Mas, o fato era que ela iria desanimar os demais. Ela é uma boa pessoa. Mas o fato é que ela é desanimada! Não iria contar uma coisa dessas a uma pessoa desanimada! De jeito nenhum! (Informação verbal)⁵³.

Lúcia Barreto de Almeida Souza comenta, ainda, que, nessa fase, o movimento contou, também com o apoio da diretora da Escola Maria Quitéria, Professora Isaura Dulce da Rocha, a qual, mesmo tendo um cargo comissionado dito de confiança, não mediu forças para auxiliar às professoras primárias.

O apoio de Dona Isaura foi fundamental para a fundação da Sociedade. A gente aproveitava as horas vagas, os recreios, antes das aulas e depois das aulas, nunca prejudicamos as aulas. Para nos reunirmos e aí começávamos a discutir com alegria naquele entusiasmo sobre a Sociedade, a SUPP, e Dona Isaura nos deu muito seu apoio. Ela contribuiu muito e deu força. Para que nos fizéssemos aquilo que era necessário fazer. Sem a força dela, sem o pulso dela talvez a gente não conseguisse fazer nada. (Informação verbal)⁵⁴.

A Professora Luzia Martins de Souza, envolvida e entusiasmada com a educação, com a escola e com a participação da amiga, Isaura Dulce da Rocha, faz o seguinte relato:

Quando da luta pela implantação da SUPP como ela ajudava a gente. Ela me acompanhava. Eu era muito novinha nessa época, estava casada e no princípio da arrumação. Estava grávida da minha filha e D. Isaura, Diretora da Escola, não deixava eu ir para nenhum lugar sozinha; me acompanhava e dizia: “esta menina vai nascer pulando porque você não para. Você não sossega. Eu te acompanho porque não quero que te aconteça nada, não

⁵³ SOUZA, Lúcia. 2004.

⁵⁴ Idem

quero que você leve uma queda, não quero que você se irrite". Era uma mãe para a gente. (Informação verbal)⁵⁵.

Ao terem como aliada a direção da Unidade Escolar as professoras faziam questão de não relacionar as atividades docentes com as atividades do movimento, demonstrando, assim, a relação dicotômica presente nas ações de um professor que vive as responsabilidades com sua sala de aula, com sua categoria e consigo. É evidente que, quando uma professora não participa de atividades que venham a modificar o Calendário Escolar, ela granjeia a simpatia da direção da Escola. Em seu depoimento, a Professora Luzia Martins de Souza explicita:

Nós não misturávamos as coisas. É por isso que Dona Isaura, a Diretora, era tão nossa amiga. Na hora do trabalho não se tratava da SUPP. Nós passávamos a manhã inteira trabalhando na escola e não se tratava do assunto. (Informação verbal)⁵⁶.

É comum, quando ocorrem políticas de desvalorização salarial, os trabalhadores se organizarem e se mobilizarem na luta por melhores remuneração e condições efetivas de trabalho. Organizados podem, também, lutar por melhores condições de trabalho. No caso, dos profissionais em educação, reivindicam, ainda, valorização da educação, enfim, qualidade da escola pública. Para a Professora Esmeralda Maria de Aragão, o movimento também objetivava:

[...] mostrar para a sociedade que o professor não tinha um respeito no seu trabalho e na sua profissão. Então, nós queríamos respeito à profissão e em consequência remuneração adequada. O movimento foi pela dignidade e condições de trabalho. (Informação verbal)⁵⁷.

⁵⁵ SOUZA, Luzia. 2004.

⁵⁶ SOUZA, Luzia. 2004.

⁵⁷ ARAGÃO, 2004.

Através dessas premissas, sustentamos o pressuposto de que as motivações para atendimento a uma valorização profissional, foram fatores fundamentais para a eclosão do Movimento das Professoras Primárias, em Salvador/BA, no período de 1947 a 1951.

4.3 AÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS DAS MULHERES PROFESSORAS NA ORGANIZAÇÃO DOCENTE

A conjuntura social que marcou a criação da Sociedade Unificadora de Professores Primários (SUPP) situam-se num campo em que as motivações para atendimento à valorização e ao respeito profissional transformaram-se no estopim que culminou na Sociedade em apreço. Visando estabelecer uma outra forma de estudar o movimento, questionamos sobre as contribuições do Movimento das Professoras Primárias, da Rede Estadual de Ensino da Bahia, para a construção e consolidação da entidade representativa da categoria a Sociedade Unificadora de Professores Primários (SUPP).

Um movimento social surge para responder a um, ou vários problemas. Objetivando estabelecer formas de organização Lúcia Barreto de Almeida Souza, a idealizadora, escrevia as diretrizes do que viria a ser a SUPP. A Professora Luzia Martins de Souza nos informa que: “[...] ela, às vezes, acordava no meio da noite e escrevia. Escrevia. Quando chegava no outro dia, ela dizia: olha aqui o que eu trouxe para você!”. (Informação verbal)⁵⁸.

⁵⁸ SOUZA, Luzia. 2004.

A Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza, assim, idealizava o que seriam os objetivos da SUPP:

[...] não só unir o professor como reivindicar o que tinha direito e também para melhorar o nível intelectual do professor. Meu interesse não era só econômico era para que o professor fosse respeitado, fosse levado em consideração porque eu não admitia tanta desconsideração, tanto desrespeito em relação para conosco.

Então nós fizemos isso. Depois de muito sofrimento a gente termina tomando coragem. Então nos organizamos e dizemos vamos fazer uma carta convidando as Diretoras das Escolas, aqui de Salvador, para uma reunião e dizendo quais as intenções da reunião. Levantando o professorado para se unir e fundarmos uma Sociedade. (Informação verbal)⁵⁹

A trajetória de lutas da SUPP, enquanto representante de uma categoria, tem seu nascimento em uma unidade escolar cuja patronesse é uma figura lendária na luta pela liberdade. O entrelaçamento entre a história da heroína baiana com o lócus do movimento das professoras nos levou a acreditar que essa coincidência não havia sido utilizada como forma de divulgação e promoção do movimento.

A história nos mostra que Maria Quitéria elaborou e atingiu suas metas até conseguir realizar seu sonho de lutar pela expulsão dos portugueses. Na Bahia de 1947, as metas e estratégias para a criação da SUPP, elaboradas pelas Professoras Lúcia Barreto de Almeida Souza e Luzia Martins de Souza compreendia, convocar outras unidades escolares para o movimento. Sobre esse momento, a Professora Esmeralda Maria de Aragão relata:

Fez-se uma reunião, uma assembléia na escola, depois da escola se convocou outras Assembléias fora da escola em outros prédios escolares e nós fomos levando a idéia de fundar uma sociedade que culminasse e trabalhasse pela melhor remuneração, não só a remuneração. (Informação verbal)⁶⁰.

⁵⁹ SOUZA, Lúcia. 2004.

⁶⁰ ARAGÃO, 2004.

O primeiro passo a ser seguido, para a organização desse convite de adesão seria a identificação das unidades escolares existentes na capital baiana. Como flores, que nos revelam a sutileza ao desabrochar e emanando pelo ar com auxílio das brisas seu perfume, as idéias de fundação de uma sociedade de professores primários invadiam as escolas primárias, em Salvador/BA. Entre as professoras da Escola Maria Quitéria, as tarefas para conseguir adeptos foram divididas. A Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza revela que:

[...] eu me incubi de preparar a tipografia [...] De imprimir a carta. Fui até a Secretaria de Educação buscar nome das escolas, endereços das escolas de todas as escolas públicas daqui, pedindo para que elas dessem uma palavra de apoio. Um exercício de apoio. Começamos a explicar o porque da adesão. (Informação verbal) ⁶¹.

Além da “Carta de Adesão”, outras formas de contatos com o professorado da Rede Estadual de Ensino, na cidade de Salvador, foram estabelecidas. Segundo a Professora Luzia Martins de Souza, as mais comuns foram os avisos:

O Movimento se fez no boca a boca pelas escolas, recados até telefone naquela época nem todo mundo tinha telefone. Então era recado e de uma reunião marcava outra e as pessoas estavam lá interessadas para participar de tudo. Cartas para o interior e sempre tínhamos uma ajudinha gratuita de Jornal, de Revista. Torres Dias sempre dava uma ajudazinha. Um outro funcionário do Jornal “A TARDE”, de vez em quando dava uma colher de chá para a gente e quando tinha os Movimentos mesmos que chamavam atenção eles publicavam como matéria de reportagem. (Informação verbal) ⁶².

Os problemas iniciais das professoras estavam relacionados à ordem financeira. Para a confecção das “Cartas de Adesão” era necessário existirem recursos financeiros. Ao expor essa situação, as colegas da Escola Estadual Maria Quitéria cotizavam-se para as primeiras quinhentas “Cartas de Adesão” logo depois

⁶¹ SOUZA, Lúcia. 2004.

⁶² SOUZA, Luzia. 2004.

impressas e distribuídas nas unidades escolares da capital baiana. A Professora Esmeralda Maria de Aragão comenta:

O contato com professores foi feito através de manifesto. O manifesto foi feito por Lúcia. As inteligências da SUPP eram Lúcia e Luzia. Elas redigiram e conseguiram as impressões grátis e distribuíram. A gente saía e distribuíam nas Escolas para arregimentar o professorado. Essa foi nossa atuação e tivemos também, assim, sedes provisórias a Escola de Eletromecânica foi uma das nossas sedes provisórias e lá foi que nós passamos a nos reunir com mais freqüência. Para recolher o dinheirinho. O dinheiro que recolhia era para fazer as comunicações, era para pagar o correio, as cartas que mandávamos para a sede. Foi assim que começou. (Informação verbal)⁶³.

O Movimento, iniciado pelas Professoras Luzia Martins de Souza e Lúcia Barreto de Almeida Souza ganhou a adesão de Abelita Gomes da Paixão, Irene Falcão, Isabel Falcão, Antonieta Leite, Ester Castro Silva Reis, Zilda Carvalho e Oneida Mendonça de Paula. Esse grupo assume agora a linha de frente do Movimento e, levantando o quadro de professores da Rede Estadual de Ensino, promove a difusão da necessidade da categoria se organizar, tendo como ápice a rejeição à Portaria assinada pelo Governador Octávio Mangabeira (1947 – 1951).

Superadas as primeiras dificuldades, o movimento, conta agora com a adesão de um grupo maior de professoras, a idéia de criação da Sociedade parece que vai adquirindo maior consistência. Os olhos sonhadores passam a perseguir objetivos, como se esses fossem estrelas guias. Após a identificação dos professores da Rede Estadual de Ensino, o envio das “Cartas de Adesão” e de visitas às unidades escolares, era necessário um encontro com todos os professores.

Em 19 de outubro de 1947, acontece na Escola Estadual Góes Calmon a primeira assembléia sendo presidida pela Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza e constando da pauta o repúdio à Portaria publicada no Diário Oficial do

⁶³ ARAGÃO, 2004.

Estado da Bahia, em 21 de setembro de 1947; a eleição de uma diretoria; e a necessidade de união dos professores primários da capital e do interior.

Quanto à diretoria provisória, a Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza nos conta:

Na Direção da SUPP eu fiquei como Secretária; Luzia como Presidente Provisória e Abelita também ficou como Segunda Secretária. Uma Diretoria provisória. Quando foi no dia trinta de novembro foi à aprovação do Estatuto e a eleição da primeira Diretoria. Praticamente em dois meses. (Informação verbal)⁶⁴.

A Professora Esmeralda Maria de Aragão relembra:

Luzia foi líder desde o início, além de ter um marido que era de esquerda e que tinha uma influência, assim, de uma certa forma sobre ela; e aí naquela época os problemas políticos sociais estavam em ascensão [...].(Informação verbal)⁶⁵.

Sobre sua escolha como presidente da diretoria provisória, a Professora Luzia Martins de Souza comenta que sua escolha se deu por causa do:

[...] meu temperamento, desse meu jeito de ser e da minha atuação na escola eu fiquei liderando o movimento sem ser a criadora, sem ser a idealizadora. Eu faço questão de dizer porque as pessoas pensavam que eu era a fundadora da SUPP (Informação verbal)⁶⁶.

A Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza tece o seguinte comentário a respeito da Diretoria Provisória:

Eu fiquei como secretária; Luzia como presidente provisória; Abelita também ficou como secretária, segunda secretária de modo que se deu uma diretoria provisória. [...] Eu fiquei na secretaria porque sempre que tinha uma reunião eu ia para a casa de Luzia e já levava a agenda pronta: “olha Luzia nós precisamos ver isso”. Eu já levava tudo pronto. Na verdade ela só aparecia e eu ficava por trás. Falar a verdade não é pecado, não é? Quem dava as diretrizes era eu. Ela tinha mais hábito de falar. Ela tinha um

⁶⁴ SOUZA, Lúcia. 2004.

⁶⁵ ARAGÃO, 2004.

⁶⁶ SOUZA, Luzia. 2004.

temperamento diferente do meu. Ela era expansiva. Então ela teve muitas condições de levar para frente e eu era muito tímida. [...]. Então eu indicava os caminhos a ela e ia pensando [...]. (Informação verbal)⁶⁷.

No nosso entendimento, a escolha de um líder é uma decorrência da trajetória evolutiva desse sujeito social em relação ao grupo. Articulador, estrategista e administrador são características essenciais de um líder. Também é imprescindível o sentimento de pertencimento à causa do grupo, aliado ao processo de identificação com o entusiasmo dos participantes. Esse era o perfil das Professoras Lúcia Barreto de Almeida Souza e Luzia Martins de Souza enquanto líderes do movimento. Em suma, acreditamos que as ações práticas de um líder devem estar pautadas na manutenção dos ideais que se construíram no processo de luta.

As primeiras ações da diretoria provisória seriam uma audiência com o Secretário de Educação, Anísio Teixeira e a marcação de uma nova assembléia. O primeiro encontro foi pautado pela cordialidade, tendo, inclusive o Secretário de Educação demonstrado solidariedade com o Movimento, prometendo ajudá-las. A Professora Luzia Martins de Souza descreve que:

[...] prontificou-se em cobrir as despesas feitas com avisos aos professores, determinando mesmo, ao seu assistente técnico, Dr. Tobias Neto, que convidasse o professorado através das colunas do jornal "A TARDE", para a reunião. (Informação verbal)⁶⁸.

Sobre a realização da segunda assembléia, a Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza relata:

[...] pedimos à Secretaria de Educação um local para fazermos uma reunião e a Secretaria nos deu a Escola Úrsula Catarino. Fica bem ali, no Centro da Cidade. Nós conseguimos fazer na Escola Úrsula Catarino as primeiras reuniões e aí começou a acontecer o movimento. (Informação verbal)⁶⁹.

⁶⁷ SOUZA, Lúcia. 2004.

⁶⁸ SOUZA, Luzia. 2004.

⁶⁹ SOUZA, Lúcia. 2004.

A segunda assembléia ocorreu no dia 30 de outubro de 1947, aconteceu na Escola Estadual Úrsula Catarino com o objetivo de formar uma comissão para a elaboração do Estatuto da SUPP. Essa comissão era composta pelas Professoras Luzia Martins de Souza, Lúcia Barreto de Almeida Souza, Isaura Dulce da Rocha, Herondina Boaventura e Deolinda da Silva Lemos.

Para se atingir determinados objetivos, é necessária e indispensável uma organização interna. Para tanto, o Estatuto da SUPP deveria garantir sua legitimidade, enquanto entidade, e zelar pela proteção legal dos seus associados. Dessa forma, a Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza demonstra que:

Foi um pouco de entusiasmo. Muita coisa no ar. Muita coisa propriamente no ar porque nós começamos a fazer o Estatuto. A Professora Deolinda fez uma equipe para organizar o Estatuto; depois esse Estatuto passou pelas mãos de um Professor de português, o grande professor de português Dr. Raul Sá, marido de uma professora que aderiu ao movimento, então o Estatuto estava bem organizado porque ele era um ótimo professor de português e, assim, as coisas as reuniões da SUPP eram mais possantes inclusive por causa do Estatuto. Discutir o estatuto, como devia ser [...]. (Informação verbal)⁷⁰.

A segunda assembléia discutiu, também, o Capítulo da Constituição Estadual de 1947, referente à Educação⁷¹, escrito pelo Secretário de Educação, Anísio Teixeira, que havia sido rejeitado pelos Constituintes Baianos. Ainda nesta pauta, é colocado em votação o nome da Sociedade. Durante essa escolha, foram sugeridos também outros nomes para a organização das professoras primárias baianas: Ordem dos Professores Públicos Primários e Movimento Unificador dos Professores; sendo eleito Sociedade Unificadora de Professores Primários (SUPP), e o lema: “Labor Omnia Vincit” (O Trabalho Tudo Vence).

⁷⁰ SOUZA, Lúcia. 2004.

⁷¹ Especificamente sobre a Criação do Conselho Estadual de Educação que absorveria a Secretaria Estadual de Educação e teria plenos poderes para administrar o sistema educacional baiano.

Esse espírito de organização vai produzindo novas formas de olhar para o desenvolvimento da SUPP. Dessa forma, entendemos que um olhar também é histórico. Ele é ligado a um movimento a um tempo, não apenas da humanidade, mas também a um indivíduo que é (re)construído na e pela história. A vida de um indivíduo é composta de memórias. O círculo recursivo nos leva a reconhecer que as professoras, que compuseram a história da SUPP, têm que ser vistas não só enquanto professoras ou agentes de uma ação, mas também, enquanto pessoas que construíram os processos de comunicabilidade humana, para atingirem os objetivos que elencaram, como sendo estes comuns a um grupo social.

As escolhas acontecem a partir de um olhar que reflete sonhos; que, ao serem tecidos em conjunto, realizam-se com maior rapidez. O sonho de ter uma sociedade que representasse o professorado primário baiano, agora com dois meses, teria sua origem oficializada. A Professora Luzia Martins de Souza comenta sobre o período em que esteve à frente da Comissão Provisória:

Foi nessa Comissão Provisória que me colocaram como Presidente, já dentro da Maria Quitéria porque foi lá que surgiu o Movimento. Todas que trabalhavam lá: Lúcia, Esmeralda, Abelita, Euselina, Irene Falcão, Isabel, Gertrudes e outras. Todas eram da Maria Quitéria, do primeiro e segundo turno porque lá funcionava o matutino e o vespertino. Conversávamos no gabinete da Diretora porque ela estava de acordo. Então, eu fiquei como Presidente da Comissão Provisória quando fomos para fundar a Associação de caráter sindical.

Sendo liderado por mim decidimos estabelecer a Instituição. Para que ela tivesse vida própria à primeira coisa seria fazer o Estatuto e depois dele pronto houve a eleição: fui eleita a primeira Presidente. (Informação verbal)

⁷².

Em 30 de novembro de 1947, na assembléia realizada na Escola Estadual Úrsula Catarino é aprovado o Estatuto e eleita a sua primeira diretoria, ficando, assim, constituída:

⁷² SOUZA, Luzia. 2004.

QUADRO 7 - COMPOSIÇÃO DA 1ª DIRETORIA DA SUPP - 1947 a 1949

NOME	CARGO
Luzia Martins de Souza	Presidente
Irene de Araújo Falcão	Vice-presidente
Abelita Gomes da Paixão	Secretário Geral
Lúcia Barreto de Almeida Souza	1ª Secretário
Helena Sampaio Cruz	2ª Secretário
Maria Costa Figueiredo	Tesoureiro
Isaura Dulce da Rocha	Conselho Fiscal
Alzira de Lourdes Assis	Conselho Fiscal
Edite de Araújo Vidal	Conselho Fiscal

FONTE: SUPP, 1947, p. 01 – 03.

Em 14 de dezembro de 1947, no Salão Nobre do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia a primeira Diretoria da SUPP é empossada. A eleição da Diretoria para o biênio de 1947 a 1949, teria como principal missão sensibilizar os professores que não participaram das reuniões e estabelecer contato com os professores do interior do Estado da Bahia. Gramsci (1979) comenta que um instrumento de comunicação como jornal ou revista cria condições suficientes para o desenvolvimento de um “[...] grupo homogêneo de intelectuais, preparados para a produção de uma atividade “editorial” regular e metódica [...]”. (GRAMSCI, 1979, p. 120). As ações da SUPP precisavam chegar a todos os professores baianos. Dessa forma, foi criado um boletim informativo que começou a circular entre os professores nas assembléias.

As reuniões passaram a ser realizada mensalmente, aos domingos. As ações iniciais da 1ª diretoria da SUPP são lembradas pela Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza:

As reuniões mensais eram sempre aos domingos. Depois nós saímos da Escola Úrsula Catharino e conseguimos com o Dr. Sólon Guimarães, que tinha sido nosso professor, a Escola de Eletromecânica a mesma que existe até hoje em Nazaré. Ele nos facultou o salão principal que eles tinham lá.

Nós fomos pessoalmente. Eu fui à sala do Dr. Sólon Guimarães falar de nossos problemas e ele deu de graça para uso somente das reuniões. Na reunião passamos então a fazer uma Ata e elaboramos um cartãozinho com nome, endereço, telefone quase ninguém tinha naquele tempo, identidade, um retrato. Era eu quem organizava essa parte. Todo mundo passou a ter seu cartãozinho. Arrumadinho, bonitinho e os professores começaram a pagar mil réis – naquele tempo é como nosso dinheiro se chamava – todo mundo pagava que era justamente para manter o jornal e todas as despesas com correio, essas coisa. Com o dinheiro que arrecadamos compramos uma mobília. Apareceu uma mobília de uma Instituição que tinha fechado. Ainda boa: cadeiras e mesas, nós compramos. Até pouco tempo tinha essa mobília. Hoje já não existe mais. E com essa mobília já tinha onde o pessoal se sentar. E assim fomos aos poucos fazendo as coisas, E o movimento da gente começou. (Informação verbal)⁷³.

Ainda sobre as assembléias, a Professora Esmeralda Maria de Aragão relata:

A cada assembléia que fazíamos o entusiasmo crescia, a verdade é essa. [...] A gente queria dignidade, queria reconhecimento, queria reconhecimento principalmente pelo nosso idealismo. O professor podia deixar de ensinar e fazer qualquer outra coisa e ser mais bem remunerado do que era um professor. Mas muitos preferiam continuar sendo professor ganhando pouco. Isso era um atestado do sacerdócio, do idealismo do professor. (Informação verbal)⁷⁴.

A campanha de aproximação da SUPP ao professorado primário, da Bahia, aconteceu da seguinte forma, conforme depoimento da Professora Esmeralda Maria de Aragão:

[...] contato com os professores eram feitos através de cartas. Primeiro nós buscamos na Secretaria a relação de professores de cada município para poder encaminhar os manifestos, as cartas e o pedido de adesão. E aí tivemos, no interior, manifestações muito grandes de aplausos de professores de determinadas cidades, por exemplo, uma cidade que se manifestou muito, tanto que nós fundamos uma sucursal lá, foi Nazaré. Um grupo de lá se manifestou apoiando e pedindo inclusive uma sucursal lá. Fizemos uma sucursal em Itabuna, em Santo Antônio de Jesus. Essas sucursais eram instaladas por um movimento local que vinha de lá pedindo essa ida nossa para lá. Na medida em que o movimento se espalhou, pelo Estado todo havia uma coesão, uma animação de todos os professores de várias cidades do interior para apoiar o movimento. Isso criou assim. Eu me lembro que no pouco tempo em que a gente estava com os jornalzinhos na rua. Saímos com um pacote de jornais para ir ao Correio para mandar ao interior. A gente fechava o jornal, selava e mandava. Alguns se tornavam logo sócios e se encarregavam - a gente mandava um pacotinho no nome

⁷³ SOUZA, Lúcia. 2004.

⁷⁴ ARAGÃO, 2004.

de um determinado para que distribuísse. Essa foi à atividade. (Informação verbal)⁷⁵.

Do boletim informativo ao Jornal “A Voz do Professor” o veículo de comunicação “suppeano” ganha notoriedade, porque passa a ser visto como um serviço de comunicação crítica que retrata o cotidiano e mantém informados os associados da SUPP. A respeito do Jornal, a Professora Luzia Martins de Souza comenta:

Surgiu o jornal da categoria: A Voz do Professor. Quem arrumou foi Lúcia e depois Esmeralda deu continuidade e fez até o curso de jornalismo para manter o jornal que funcionou por muitos anos. Era um jornal que começou com um panfleto e depois ele cresceu. Toda a reportagem, todo o noticiário. Ele era mensal, não podia ser semanal quanto mais diário. Toda a notícia saía ali e depois a SUPP foi crescendo nós começamos a ter acesso e conhecimentos com outras pessoas da imprensa que dava as nossas notícias a pedido: botava chamamento para reunião sem nos cobrar. Foi assim. Tem aquele Zilton de Oliveira, era dono de uma gráfica, nos ajudou muito na confecção do jornal. Cansei de ir com Esmeralda pra fazer revisão do jornal. Ele faleceu há pouco tempo. Nos ajudou muito. (Informação verbal)⁷⁶

Para a Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza, o Jornal “A Voz do Professor” foi o elo de aproximação dos professores primários, da rede estadual baiana de ensino favorecendo a difusão da missão e da visão da SUPP.

O jornal foi muito bom. Muitas pessoas começaram a escrever no jornal. Até a Olga Metting começou a escrever no jornal. Muito antes de fundar a Escola ela começou a colocar artigos sobre educação. Mandava os artigos e publicava no jornal. Eu estive à frente do jornal. Eu era amadora, não era jornalista. Não tinha jornalismo.

Eu me casei e Esmeralda ocupou o meu lugar de Diretora no Jornal. Depois Esmeralda foi fazer jornalismo para fazer um jornal melhor. E realmente depois que Esmeralda foi fazer o Curso de Jornalismo, o jornal passou a ter mais técnicas, clichês.

Eu dispunha de tempo para organizar as coisas do movimento. Como eu morava com meu irmão, mas eu não tinha atribuições na casa dele. Eu tinha meu quarto onde organizava minhas coisas. Tinha, também, uma cunhada dele que era também professora, Irene Falcão. Chegou a ser Vice-presidente. Nesse tempo eu ocupava o cargo de Secretária. E nós conversávamos muito dentro de casa. Começávamos o movimento dentro

⁷⁵ ARAGÃO, 2004)

⁷⁶ SOUZA, Luzia. 2004.

de casa. Eram três professoras dentro de casa. Era Irene Falcão e Isabel Falcão. Mas eu só comuniquei a idéia a elas depois que a Escola me deu todo apoio.

O primeiro fascículo do jornal foi muito bom. Nós precisávamos ter um veículo de comunicação, um boletim que uniria. Mas um boletim impresso. O Boletim foi muito importante. Depois nós propusemos assinar e colocar o nome do Boletim etc e tal. E aceitou “A Voz do Professor”. Ficou conhecido como a Voz do Professor. Um título maior com várias paginas e quem era a Diretora do jornal era eu. Eu fiquei como secretária e também como diretora do jornal. Depois nós estendemos o movimento para o interior. Nós mandávamos jornais para todas as escolas do interior de graça. E isso uniu os professores do interior. Os professores do interior se julgavam inferiores ao da capital. E esse jornal era mensal. Todo mês no dia da reunião saía uma edição do jornal. (Informação verbal) ⁷⁷.

A Professora Claudemira Ribeiro de Moura, que trabalhava em Cercado, interior da Bahia, confirma que:

Os planfetos da SUPP chegavam pelo Correio e eram distribuídos nas Escolas. Eram jornais, propagandas. Tinha um jornal muito interessante. A Voz do Professor. Naquela época havia muito interesse pelo professorado. Muito mesmo. A SUPP trabalhava mesmo. (Informação verbal) ⁷⁸.

Pelo que foi registrado nas Atas de Posse dos Dirigentes da SUPP o cargo de 2º Secretário da entidade foi substituído duas vezes: a primeira em 1º de abril de 1948, tendo a Professora Helena Sampaio Cruz permutada pela colega Elza Flora Costa, que em 10 de julho de 1949, passa o cargo à Professora Esmeralda Maria de Aragão.

No plano de discussões internas da Sociedade, era inegável o discurso político. Todo ser humano e toda ação humana é política. Para Morin (2000): “[...] todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana”. (MORIN, 2000, p. 55).

⁷⁷ SOUZA, Lúcia. 2004.

⁷⁸ MOURA, 2004.

Nessa compreensão de homem exposto na tríade indivíduo/sociedade/espécie humana, esse homem é portador de singularidades e limitações. Buscando novos associados, o respeito era essencial aos posicionamentos daqueles que, segundo a Professora Esmeralda Maria de Aragão, temiam participar de uma ação política porque:

[...] temiam perder o emprego por uma atitude dessa [...] por estar envolvido num movimento desse. Mas a turma era corajosa, com Luzia que era realmente uma líder – que sempre foi uma líder – e Lúcia idealista – partiu dela a idéia de reunir, de congregar, de lutar – e Luzia era a desbravadora que falava que desenvolvia aquelas teses de que o professor era mal pago e que devíamos lutar contra isso e então se estimulava. (Informação verbal)
79

Havia o temor por represálias políticas, porque, qualquer mobilização na época, era entendida como sendo uma ação subversiva e ligada aos partidos políticos contrários aos governos estadual e nacional. O período, compreendido entre 1947 e 1951, caracterizava qualquer tentativa de mobilização da comunidade como uma ação comunista. Durante a II Guerra Mundial (1939 – 1945), o Brasil alia-se aos Estados Unidos da América e, dessa forma, tem a União Soviética, governada sobre os ideais socialistas, como inimiga ideológica. Segatto (2003) nos informa que:

Sob a inspiração da “guerra fria”, é desencadeada violenta perseguição aos comunistas em maio de 1947, o PCB tem seu registro cassado e é posto na ilegalidade. [...] Em outubro, é aprovada no Senado a demissão de todos os funcionários públicos suspeitos de serem comunistas e o governo rompe relações diplomáticas com a União Soviética. Além disso, o Ministério do trabalho decreta o fechamento de diversas organizações dos trabalhadores (MUT, CGTB) e inervem em mais de uma centena de sindicatos. (SEGATTO, 2003, p. 123 – 124).

⁷⁹ ARAGÃO, 2004.

Mobilizações, sociedades, sindicatos e comunistas eram considerados como subversivos. Nesse contexto, o Movimento das Professoras Primárias, na cidade de Salvador, foi caracterizado por alguns segmentos da sociedade civil como um movimento comunista. Sobre essa questão, a Professora Esmeralda Maria de Aragão expressa:

Evidente que tinha pessoas de formação política de esquerda de direita, mas isso, assim, muito emblemático. Estava dentro de um sistema democrático. Um pouco diferente de hoje que um partido político nessas horas se infiltra e leva a coisa adiante. Até houve insinuações contra Luzia - a líder - que o marido dela era declaradamente de esquerda. Não era do Partido Comunista, mas ele era de esquerda, apoiava um partido de esquerda. Então houve insinuação que Luzia era comunista. Que aquilo era um movimento comunista. Nada, não houve, não foi por movimento de nenhum partido político, nem de esquerda, nem de direita. (Informação verbal)⁸⁰.

A Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza comenta como foi rotulada de comunista:

[...] inclusive dois políticos que na época eram muitos negativamente: Josaphat Marinho⁸¹, por incrível que pareça, e o outro foram [...] O outro então ficava em frente à escola. Esses dois deputados eles intronavam e entronavam no meio das professoras principalmente quando tinham aglomerações maiores. E diziam: “Luzia é comunista, esse movimento é comunista” justamente para nos afastar do movimento. O movimento não era comunista, inclusive não tinha nenhuma ligação com o partido comunista. Se alguém tinha alguma idéia comunista era própria, não era do movimento. Não era ligada ao movimento comunista. Não tinha nada a ver com isso! Eu queria era resolver meu desejo profissional porque não

⁸⁰ ARAGÃO, 2004.

⁸¹ Josaphat Ramos Marinho (1915 – 2003) Jurista e Professor do curso de Direito, na Faculdade de Direito da Bahia. Sua carreira política inicia-se participando de campanhas contra o nazifascismo. Deputado, pela UDN, na Constituinte em 1947 assumiu a presidência da Comissão de Constituição e Justiça, seu segundo mandato acontece em 1955 pela legenda do Partido Liberal, em 1960 assume a Secretaria Estadual de Interior e Justiça da Bahia, assume por três meses o cargo de Presidente do Conselho Nacional do Petróleo retorna à Bahia e assume a Secretaria Estadual da Fazenda, é eleito para Senador (1963 – 1971) momento em que filia-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) após esse mandato não é reeleito. Mas, permanece em Brasília como Professor da Universidade de Brasília (UNB) e como advogado dos presos políticos nos Tribunais Superiores. Em 1982 como candidato do Partido da Frente Liberal (PFL) perde as eleições para o Governo do Estado da Bahia; em 1990 é eleito pela mesma legenda para um mandato de oito anos no Senado. Ele também presidiu a Academia de Letras Jurídicas da Bahia e como jurista teve muitas obras publicadas. (Adaptado de DANTAS NETO, 1996; SAMPAIO 1992; TAVARES, 2001)

adiantava eu ficar queixando: que a vida é ruim, ficar me lamentando. Lutar para melhorar compete a cada um! Lutar pela classe. Às vezes eu sonhava que o professor iria ser bastante valorizado. (Informação verbal)⁸².

A Professora Luzia Martins de Souza complementa:

Eu levei tanta fama em Salvador de comunista. A gente é socialista. Tem que ser! Na época eu já tinha minha idéia sim, mas não era filiada a partido. Eu não tinha interesse em participar de partidos políticos.

Até saí em jornal. Pessoas outras ficaram meio na esquerda para mim e deixaram de falar comigo porque achavam que eu era comunista. Diziam que eu estava fazendo um Movimento comunista na cidade. Não havia nada disso. Não havia questão partidária, mas o Movimento cresceu e cresceu muito e foi muito bonito. Nós fizemos campanhas belíssimas..

Teve uma época que eu fui convidada para ser deputada pelo Partido Comunista e eu não era comunista. Nunca fui. Acho que as idéias do Partido Comunista são justas como as de muitos outros partidos também. As idéias são boas, agora os homens é quem deturpam. Eu sempre disse isso. O Partido Comunista aqui no Brasil foi um fracasso. Mas não que a culpa foi da filosofia do partido, mas sim dos homens que compõem o partido. É como a religião. A religião é pura, mas os homens são quem deturpam. Não é? De repente os grandalhões lá. Mas eu fui convidada para ser deputada pelo Partido Comunista. Ave Maria. Foi daí que começou ele a me perseguir – meu marido – a não querer mais que eu participasse dessa vida pública. Foi uma confusão na minha casa, nesse tempo eu morava lá no bairro de Nazaré. A primeira pergunta que eu fiz para eles foi: como vocês querem uma representante de seu partido que não é nem filiada. Ai eles disseram que as minhas idéias coincidiam com as deles. Mas eu sou uma líder de categoria. Para eles se eu fosse uma líder de classe eu já estava comungando com as idéias dele. (Informação verbal)⁸³.

Essas afirmações salientam que as práticas reivindicatórias contrárias aos governos podem ser entendidas como posturas influenciadas por partidos políticos de oposição. Esse discurso constitui-se num mecanismo de defesa para enfraquecer os movimentos e denegrir a imagem dos seus líderes. Gohn (2004) assinala que “Ninguém induz ninguém sozinho, há um sistema de correlação de forças no qual a cada pressão há uma resposta ou uma atuação antecipada às pressões. É uma luta”. (GOHN, 2004, p. 188). Nesse contexto, quaisquer práticas libertárias, que

⁸² SOUZA, Lúcia. 2004.

⁸³ SOUZA, Luzia. 2004.

façam uso dos processos de democratização tendem a ser caracterizada pelas forças dominantes como transgressora.

Dessa forma, nas assembléias, a estratégia para o agendamento de mais uma audiência, com o Secretário de Educação Anísio Teixeira. Nesse encontro, o Secretário faz para a Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza a maior ofensa que ela poderia ter ouvido. Sobre essa ofensa, segue o relato:

Vocês deviam ser bailarinas porque bailarinas ganham 30 contos por mês. **[disse Anísio Teixeira⁸⁴**. Quando eu cheguei em casa, era novata não tinha muita experiência na vida, meu irmão disse: “Lúcia ele humilhou vocês porque bailarina no Brasil não tem nenhum cursinho. Quer dizer que vocês vão ser bailarinas para ganhar trinta contos por mês. Isso é uma humilhação!” Eu fiquei desesperada quando meu irmão me disse isso. E aí caiu! Ele fazia essas coisas. Ele achava que o professorado baiano não tinha preparo, que precisava estudar. (Informação verbal)⁸⁵.

No tocante a essa atitude, a Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza ainda comenta:

Como é que ele sempre ficava dizendo essas coisas para nós? E por que nunca se abriu um curso de aperfeiçoamento e nunca se fez nada. Hoje se chama reciclagem? Naquele tempo não tinha esse nome. Por que não se fazia nada? [...] O Rio de Janeiro é realmente, era o Distrito Federal na época, era a melhor escola normal do Brasil. A Escola Normal do Rio de Janeiro as professoras eram, realmente, muito preparadas mais que as da Bahia. O professorado da Bahia naquela época era muito diferente dos de hoje. Eram menos preparados que os de hoje. Mas, Dr. Anísio vivia humilhando os professores. Sabendo depreciar o professor. Eu não me recordo de nenhuma reunião de Dr Anísio Teixeira com o professorado. Não me recordo!

O Dr. Anísio Teixeira teve vários encontros conosco. Nós tínhamos reunião com ele. Eu nunca falei diretamente com ele, era muito tímida. Mas, eu prestava atenção e depois eu escrevia tudo.

Eu escrevi um artigo para o Jornal. Nesse artigo eu dizia o porque do Dr. Anísio deveria nos dar cursos de aperfeiçoamento nas férias pra não estar dizendo certas coisas. Para não humilhar o professor. Eu fiz esse artigo e lá em casa, meu irmão morava comigo, disse que eu não tinha coragem de escrever isso. Eu disse tenho e vou escrever e como Diretora do jornal eu vou assinar. Fiz o artigo e pus mais algumas coisas. Esse jornal foi para a mesa do Governador que era Mangabeira e dos Secretários. E Mangabeira pegou o jornal e disse “essa professora tem que ser punida” ele usou esse

⁸⁴ Informação acrescida e por nós grifada.

⁸⁵ SOUZA, Lúcia. 2004.

termo mostrando ao Secretário de Educação, que era Dr. Anísio Teixeira, um homem realmente superior. Foi um tempo de muita elevação moral e espiritual do professor porque nós não tratávamos em reuniões de fofocas. Nada disso! Nada disso! A gente só tratava dos interesses da categoria, de melhoria da categoria. O que a gente precisava fazer, o que nós reivindicávamos. Todas essas coisas. (Informação verbal)⁸⁶.

Nesse comentário, a Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza deixa evidente que o Secretário Anísio Teixeira caracterizava os professores primários baianos como despreparados para o exercício da função. Tal afirmação evidencia que para as inovações, no ensino primário, através da criação do Centro Educacional Integrado, seria necessário um investimento na qualificação do corpo docente. Para o Secretário Anísio Teixeira a maior dificuldade seria em “[...] obter um professor primário que pudesse atender a todos os requisitos de cultura e aptidão para um ensino tão vasto e tão diversificado” (TEIXEIRA, 1959, p. 84). Para ele, o professorado baiano não dispunha desses requisitos,

As professoras primárias conseguem uma audiência com o governador Octávio Mangabeira para tratar da aproximação salarial. Esse encontro é narrado pela Professora Luzia Martins de Souza:

O pior é que na nossa primeira entrevista com o Governador Mangabeira, fomos com uma turma imensa, uma comitiva grande de professoras ao Palácio para tratar com o Governador toda essa situação. E qual foi a nossa surpresa quando depois da gente apresentar o abaixo-assinado, a exposição de considerandos, e das colegas largar o verbo para o Governador, ele nos responder que nós tínhamos toda a razão, mas que ele precisava cuidar dos coveiros das Quintas dos Lázarus porque estavam com os salários muito abaixo do que deviam. Nessa ocasião, o jornal “A TARDE” publicou em manchete; “O Governador compara as professoras aos de coveiros das Quintas”. Eles deveriam ter um salário mais baixo que o nosso. Eu não sei, mas acho que depois do nosso era o dos coveiros. Isso foi uma ofensa. Ele era um democrata. Mas eu acho que ele não avaliou. Ele era muito inteligente, era um tribuno. Na certa ele não avaliou o que estava dizendo. Nem pra enaltecer as qualidades do professor e as necessidades da comunidade em cima do trabalho do professor. E foi uma

⁸⁶ SOUZA, Lúcia, 2004.

ofensa muito grande. Dali que nos recrudescemos o Movimento a partir dessa entrevista que ficou pública. (Informação verbal)⁸⁷.

Esse episódio fez com que as campanhas de filiação se intensificassem, como também as cobranças de tomadas de decisão da SUPP junto à Secretaria de Educação. A Professora Clarice Fortuna comenta esse momento:

Eu via a entidade da categoria se movimentando. Tanto que quando eu me formei eu entrei logo para a SUPP. Veio uma professora que me ofereceu um formulário para eu preencher e ser sócia da SUPP. Convidavam-se os alunos para que fossem, logo que se formassem, procurassem a entidade para se inscreverem. Os alunos viam o empenho, a dedicação dos professores. Porque o lema da SUPP era esse trabalhar sem fazer baderna. A SUPP teve uma época que conseguia tudo que queria. Era uma ordem um pedido da SUPP à Secretaria de Educação dada a sua credibilidade. (Informação verbal)⁸⁸.

Como não conseguiram a revisão, por parte do governador Octávio Mangabeira (1947 – 1951), no nivelamento salarial entre professores primários e auxiliares de portaria, o que não enfraqueceu o entusiasmo das professoras primárias, a SUPP passa agora a lutar contra a atitude da Secretaria de Educação de não abrir concurso público, para o cargo de docentes, contratando professores para o exercício das atividades, apenas durante um ano letivo. A Professora Luzia Martins de Souza relembra:

Havia uma certa quantidade de professoras que eram contratadas pelo Estado. Era um número grande. Trabalhavam nas escolas tinham os mesmos direitos, os mesmos salários, mas não tinham segurança profissional. Essa coisa de licença interesse, licença, essas coisas todas. Só tinham direito a férias. Nós só tínhamos férias em dezembro, janeiro e fevereiro. As aulas só começavam em março. Estava nessa situação. Com Dr. Anísio ele disse que aquela situação não podia continuar. Tinha professor com cinco, seis, sete anos nessa situação: na capital e no interior. Então Dr. Anísio achou que elas deveriam ser submetidas a concurso público. Eu disse: há não se elas têm seis anos de trabalho e o Estado

⁸⁷ SOUZA, Luzia. 2004.

⁸⁸ FORTUNA, 2004.

aceitando o trabalho elas já provaram que são capazes de trabalhar se não o Estado já deveria ter mandado elas embora. Se não mandou, então é porque elas prestam. Não é possível que uma pessoa depois de trabalhar tantos anos ter de submeter a um concurso para entrarem outras candidatas e satisfazerem a vontade de políticos. Essa era a tese. (Informação verbal)⁸⁹

De acordo com a sua narrativa, era uma atitude considerada de grande ousadia:

Os Deputados que estavam de acordo falavam na Assembléia Legislativa e marcamos uma entrevista com Dr. Anísio, mas eu não fui só. Levei mais de cem professoras nesse dia, para o saguão da Secretaria de Educação, lá na Vitória. Tinha um saguão enorme, uma entrada e depois uma escada, uma sala de trabalho, o salão nobre, o auditório e tinha o Gabinete do Secretário que ficava adiante assim à esquerda.

Eu levei essa turma para aquele salão. E a audiência estava marcada. Demorou. “O Secretário não está” então nós o esperamos aqui. Nós vamos ficar aqui até ele chegar. Se ele marcou audiência como é que ele não está? Eu me lembro que eu sentei em cima de uma mesa e fiquei balançando o meu pé. Daqui a pouco chegou o Dr. Tobias: “Professora manda essa gente embora se não o Anísio não lhe recebe”. Eu disse: recebe que ele marcou e eu tenho que ir com elas ou então ele que venha aqui. Mas é ousadia não? Eu hoje faria uma coisa dessas? Nunca, jamais! Disse: não, mas ele vem aqui. Eu não posso mandar, não. “Professora pelo amor de Deus eu não estou podendo trabalhar com esse barulho” Não Dr. Tobias eu não posso fazer nada. Eu quero ver o Dr. Anísio com esse pessoal todo. Por isso que ele disse ao meu marido que eu era teimosa. Depois desceu Dona Alice Catão. Não sei do que lá. “Luzia, repara isso não pode ser assim não. Isso aqui é uma repartição pública tá um barulho danado ninguém trabalha”. Mas, Dona Alice eu quero falar com o Dr. Anísio e as meninas querem saber do resultado. Como eu posso mandar embora? Daqui a pouco veio o Oficial de Gabinete o Dr Anísio já tinha chegado e disseram que ele não estava. “Professora o Dr. Anísio mandou dizer que a senhora entra para falar com ele e as outras esperam aqui”. Eu não vou, não vou! Era Americano da Costa. Não vou, não vou. “Mas o Secretário está chamando a senhora”. Diga a ele que não vou, só vou com minhas colegas todas. Não to dizendo que não faria isso hoje. Não faria de jeito nenhum. (Informação verbal)⁹⁰.

Mediante o retorno do oficial de gabinete do Secretário de Educação, Anísio Teixeira, o acontecimento prossegue:

[...] ele voltou para Dr. Anísio e depois ele veio com um papel em branco – a ousadia maior foi essa - que eu tomasse o nome de todos os professores que estavam presentes ali e que assinasse também e que mandasse para

⁸⁹ SOUZA, Luzia. 2004.

⁹⁰ SOUZA, Luzia. 2004.

ele e que depois eu podia entrar ou não entrar. Que depois ele chamaria por turmas para conversar pessoalmente. Sabe o que eu disse para o Oficial? Eu às vezes digo assim: meu Deus ou eu era maluca ou ousada demais. Eu disse a ele: o Sr faz o favor de dizer ao Dr. Anísio que eu desconhecia essa qualidade dele de pelego eu não vou nem para ele e nem vou mandar as meninas embora eu vou agora é para a Assembléia dos Deputados e saí de lá com a turma toda. A turma toda. Dali até o Campo Grande onde era a Assembléia Legislativa, que era ali no Campo Grande. Você acredita nisso, rapaz? É muita coragem porque ele podia me demitir apesar de ser funcionária concursada. Mas nunca sofri nenhuma penalidade. Todo mundo tinha medo de eu ser demitida. Mas, eu não. Acho que era a idade, a mocidade. Sei lá, confiada em que, eu nem sei! Eu não entendo! Às vezes eu paro para pensar. Eu hoje não faria metade do que eu fiz. Fui para a Assembléia com as meninas subi lá. Antes me chamaram numa sala para eu explicar o que era aquilo que tomou conta da arquibancada e da Assembléia eu expliquei a Dr. Rogério de Souza e tudo. Dr. Rogério era “assim” com Dr. Anísio eram amicíssimos. Qual era o primeiro nome dele? Luis Rogério de Sousa. Mas Anísio vai abrir concurso sim para elas e eu dizia: Não vai não porque elas não vão fazer, vou impetrar mandato. Tava todo mundo na Assembléia, voltei e sentei no meio delas e daqui a pouco começou a falar do assunto. Os da oposição falando a favor delas e depois o Luis Rogério tomou a palavra e “lenha que não”, que já estava determinado pela Secretaria de Educação que elas iriam fazer o concurso e as que ainda não tinham feito. Todas entravam por concurso. Eu estava embaixo e chamei-as: Vamos embora e elas desceram. Fiz um barulho danado na Assembléia. (Informação verbal)⁹¹.

O final desse episódio constituiu-se na primeira vitória da SUPP. A Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza compartilha da afirmação:

Eu sei que nós ganhamos. E Dr. Anísio não demitiu mais as professoras. As professoras não ficaram mais todo ano tendo que fazer um concurso com final até dezembro. Efetivaram-se.
Um absurdo! Faz um concurso o Governo pagava até aquele período. Como o governo já se aproveitou do funcionário publico! (Informação verbal)⁹².

A Professora Luzia Martins de Souza completa:

Foi uma grande vitória da SUPP, foi um luta bonita e vitoriosa porque convocamos essas professoras todas e começamos a trabalhar para a efetivação dessas professoras no Quadro Permanente. E Dr. Anísio contra. (Informação verbal)⁹³.

⁹¹ SOUZA, Luzia. 2004.

⁹² SOUZA, Lúcia. 2004.

⁹³ SOUZA, Luzia. 2004.

As professoras primárias, com contratos temporários, são efetivadas e passam a pertencer ao quadro de docentes da Secretaria Estadual de Educação, do Estado da Bahia.

A SUPP, consolidando-se como uma Instituição representativa da categoria, passa a exigir uma organização mais completa. E esse fato demandava maior atenção da sua liderança. A Professora Luzia Martins de Souza relata:

Nos íamos para o interior. Santo Antônio de Jesus, Feira de Santana, Nazaré, até Jequié tinham a suas sucursais da SUPP. A instalação da sucursal da SUPP em Santo Antônio de Jesus foi uma festa. Meu pai foi comigo. Me acompanhou. Meu pai estava aposentado e eu casada porque quando eu estava na SUPP já estava casada e durante as reuniões grandes na Associação dos Empregados do Comércio meu pai ia porque era muita gente “eu vou para lá para saber o que você está fazendo, você é muito atirada” ia e ficava o tempo todo cuidando da filha. E eu às vezes ficava cá falando na Assembléia e vendo ele lá com o “zoião” para cima de mim; sai nego! Olha para outro lado! O marido apoiava, mas muito cheio de ciúmes. Deixei tudo por causa dele. Dele só não. Primeiro lugar pelos meus filhos que estavam precisando de mim e em época de crescimento, de escola e dele também porque a gente fica com a vida mais... Porque fica sem horário e um chama e outro chama não tinha telefone em casa ainda, nesse tempo não tinha nada. (Informação verbal)⁹⁴.

A Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza comenta que a SUPP trouxe-lhe auto-afirmação e reconhecimento familiar:

Para mim eu fiquei até muito elevada para a minha família. Por ter uma família muito numerosa. Inclusive todos os meus irmãos estudaram, tinham nível superior. Eu era a penúltima e às vezes eu tinha complexo que era burra. Eu morei na casa do meu irmão porque meus pais moravam numa fazenda no interior e eu fui morar na casa do meu irmão. [...] na verdade ele não me levava em conta. Não me levava em conta. Quando eu fundei a SUPP ele começou a me levar em consideração. Daí a SUPP foi muito boa para o meu ego porque eu comecei a ter consciência de mim mesmo, a ter confiança em mim. E a ser valorizada pelas pessoas inclusive pela minha própria família. Meu irmão mesmo não ligava muito para minha opinião que eu dava. Ele nem ligava. Com a criação da SUPP ele começou a me ouvir, a prestar atenção na [...] a ver que eu não era aquela pessoa que ele pensou que eu fosse. [...] Que eu era burra [...] Por isso eu não admito que professora nenhuma chame um aluno de burro. Isso causa um complexo terrível. Eu custei a me libertar. Eu custei a me libertar porque eu sempre me achava inferior, me achava a mais feia. Me achava menos inteligente do que os outros. Tudo isso. Então foi uma coisa que me prejudicou muito.

⁹⁴ SOUZA, Luzia. 2004.

Fiquei cheia de culpa de inferioridade, que vinha a atrapalhar ao longo da vida. Eu acho que as pessoas não devem ter complexo nem de inferioridade, nem de superioridade. Qualquer desses complexos é prejudicial que influencia a sua própria realidade; reconhecer a sua inferioridade e desenvolver as suas potencialidades. Quem não tem procura ter. Cada qual tem inteligência para alguma coisa.

[...] Eu ganhava 286 por mês líquido. O ordenado era trezentos e pouco, mas quando depurava aposentadoria. Eu tirava 286 Cruzeiros e como meu irmão estava em começo de vida, com filho pequeno eu dava 200 Cruzeiros em casa. (Informação verbal)⁹⁵.

Segundo consta nas memórias, a família não foi empecilho para a participação das professoras no movimento. A Professora Claudemira Ribeiro de Moura confirma a relação de aprovação familiar:

Se meu pai fosse vivo ele estaria batendo palmas, naquela época ele já estava falecido é tanto que eu fui morar muito jovem no interior. Porque eu muito jovem ele não deixaria eu ir para o Interior.

Meu pai era comunista. Ele foi preso político (Adriano Ribeiro de Moura), ele queria filho dele, mesmo, envolvido nesse Movimento em favor de categoria. Um grande homem. Foi meu ídolo.

Porque meu pai morreu feliz com a Rússia. Olha só como a Rússia está! E ele botava a gente para aprender os Hinos: o Hino da Rússia, em favor da Rússia. Mais nunca fui comunista sabe porque? Eu fui estudar em Escola de gente rica. Agora eu não sei porque meu irmão estudava no CENTRAL e eu fui para a escola de gente rica. Eu não sei porque?

A formação política dele para com os filhos. Meu pai sentava com os filhos para falar de Governo, para falar de política. Meu pai não passava um dia sem ler jornal. Lembro de todos os jornais que ele lia. Ele lia o Imparcial. E lia para a gente ouvir. A gente lia para ele. Hoje eu não posso dormir sem ler, eu não posso passar sem ler. Se eu estiver sem nada para fazer eu estou lendo. Naquela época meu pai já passava para gente o cultivo, o amor pela natureza. Meu pai dava aula para a gente. (Informação verbal)⁹⁶.

Para os professores primários dessa época, a SUPP assumiu verdadeiramente seu papel de representante da categoria. Além de interlocutor entre o Governo e a categoria, conseguiu manter contatos entre os professores do Estado da Bahia, e acima de tudo, promoveu espaços de difusão de cultura, arte e de formação.

A Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza confirma:

⁹⁵ SOUZA, Lúcia. 2004.

⁹⁶ MOURA, 2004.

Nos tínhamos um jornal de cinco, seis páginas. Era um jornal de bom tamanho para aquela época. Sei que foi um momento muito bonito. Depois eu me afastei e passei a ter notícias por Esmeralda ou por Luzia. Conseguimos fazer um Congresso Estadual e me apareceu um Congresso Interestadual. Congresso que movimentou o professorado baiano e até fora da Bahia. Vieram até professores de outros estados. Foi um movimento muito bonito, muito bonito mesmo. (Informação verbal)⁹⁷.

A Professora Luzia Martins de Souza comenta que algumas dessas ações, que visavam manter a relação entre os homens, eram mal compreendidas por parte da Sociedade que conduzia essas discussões, apenas, para a dimensão político partidária:

Tinha uma senhora, que ela era comunista, La Pasionaria⁹⁸ era uma espanhola, que visitava os países e ela era, era uma senhora já na época, quando ela veio aqui para o Brasil ela já era uma senhora com mais de sessenta anos. Por aí. E ela fazia palestra sobre a paz porque houve uma época que os partidos políticos de esquerda fizeram aquela campanha pela paz no mundo. Logo depois da guerra. Então aquela campanha mundial sobre a paz no mundo. Não é da sua época. Foi logo depois da guerra. Então aquela campanha mundial sobre a paz que foi uma campanha muito bonita; então quando essa espanhola veio aqui ao Brasil fazendo palestra aí eu disse: eu vou levar essa mulher lá, na SUPP, e dei quase que por certo que ela iria fazer a palestra lá. E consegui. E ela foi e fez uma linda palestra sobre a paz. No outro dia o jornal noticiou a palestra de La Pasionaria, comunista, na SUPP comunista. Conseqüência da presidente que também é uma comunista. [...] Sabiam da minha vida mais do que eu própria. O que é que tinha a ver a paz com o comunismo? Me diga pelo amor de Deus? Hoje todo mundo prega a paz. Anos e anos depois campanhas sobre a paz começaram a divulgar-se em todos os setores. Eu fiquei chocadíssima. Meu Deus me doe na alma. (Informação verbal)⁹⁹.

⁹⁷ SOUZA, Lúcia. 2004.

⁹⁸ Isidora Dolores Ibárruri Gómez (1895-1989) - também conhecida como La Pasionaria - foi uma líder comunista espanhola. Nasceu em Gallarta, na Espanha, em 9 de dezembro de 1895 e faleceu em Madri em 1989. Ibárruri casa-se aos 21 anos de idade com Julián Ruiz, com a oposição de seus pais que desaprovavam as idéias socialistas do futuro genro. Em 1916 começa sua militância comunista. Em 1918 escreve seu primeiro artigo assinando com o pseudônimo de La Pasionaria, que a acompanharia a vida toda. Em 15 de abril de 1920 ela filia-se ao Partido Comunista Espanhol, no qual ficaria por toda a sua vida, e o qual presidiria a partir de 1960. Em 1920 nasce seu filho Rubén, e em 1923 dá a luz a trigêmeas, das quais apenas uma sobrevive, Amaya. Alguns anos depois separa-se de seu marido. Ela distinguiu-se durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), na oposição ao General Franco. Exilou-se na URSS após a vitória de Franco, e regressou à Espanha em 1977. Sua morte em 1989 coincide com o ano em que caiu o muro de Berlim. Escreveu a obra autobiográfica "El Único Camino" (O Único Caminho).

Adaptado de: < <http://www.leme.pt/biografias/80mulheres/ibarruri.html>> Acessado em 10 de outubro de 2005.

⁹⁹ SOUZA, Luzia. 2004.

Nesse intervalo em 17 de dezembro de 1949, a Professora Luzia Martins de Souza é reeleita no cargo de presidente da Sociedade de Professores Primários, e, nessa mesma data, é empossada, no Salão Nobre da Escola Eletromecânica da Bahia, a segunda diretoria da SUPP.

QUADRO 8 - COMPOSIÇÃO DA 2ª DIRETORIA DA SUPP - 1949 a 1951

NOME	CARGO
Luzia Martins de Souza	Presidente
Esmeralda Maria de Aragão	Vice-presidente
Lúcia Barreto de Almeida Souza	Secretário Geral
Helena Cardoso Maia	1ª Secretário
Celina Alcântara Pinheiro	2ª Secretário
Maria Costa Figueiredo	1º Tesoureiro
Antonieta Leite	2º Tesoureiro
Isaura Dulce da Rocha	Conselho Fiscal
Alaíde Carvalho	Conselho Fiscal
Guiomar de Araújo Dórea	Conselho Fiscal

FONTE: SUPP, 1949, p. 04 – 06.

Com a formação da 2ª Diretoria da SUPP, percebe-se que ela fora constituída exclusivamente por mulheres. O primeiro presidente da SUPP, do sexo masculino foi o Prof. Hermano José de Almeida G. Neto, eleito para o período de 1962 – 1964. Deve-se considerar que, nas primeiras décadas do século XX, os homens estavam afastando-se do magistério primário devido aos baixos salários oferecidos à categoria. As mulheres começaram a ocupar os cargos administrativos nas escolas, antes exercidos pelos homens que se consideravam representantes do Estado conferindo-lhes um poder de autoridade. Assim, essa possibilidade de atuação permitiu que as professoras, maioria numérica, paulatinamente comesçassem a conquistar e a ocupar os cargos e funções administrativas na esfera educacional. Por ter sido um movimento idealizado e organizado por mulheres professoras, é inegável a participação delas nas Diretorias da SUPP.

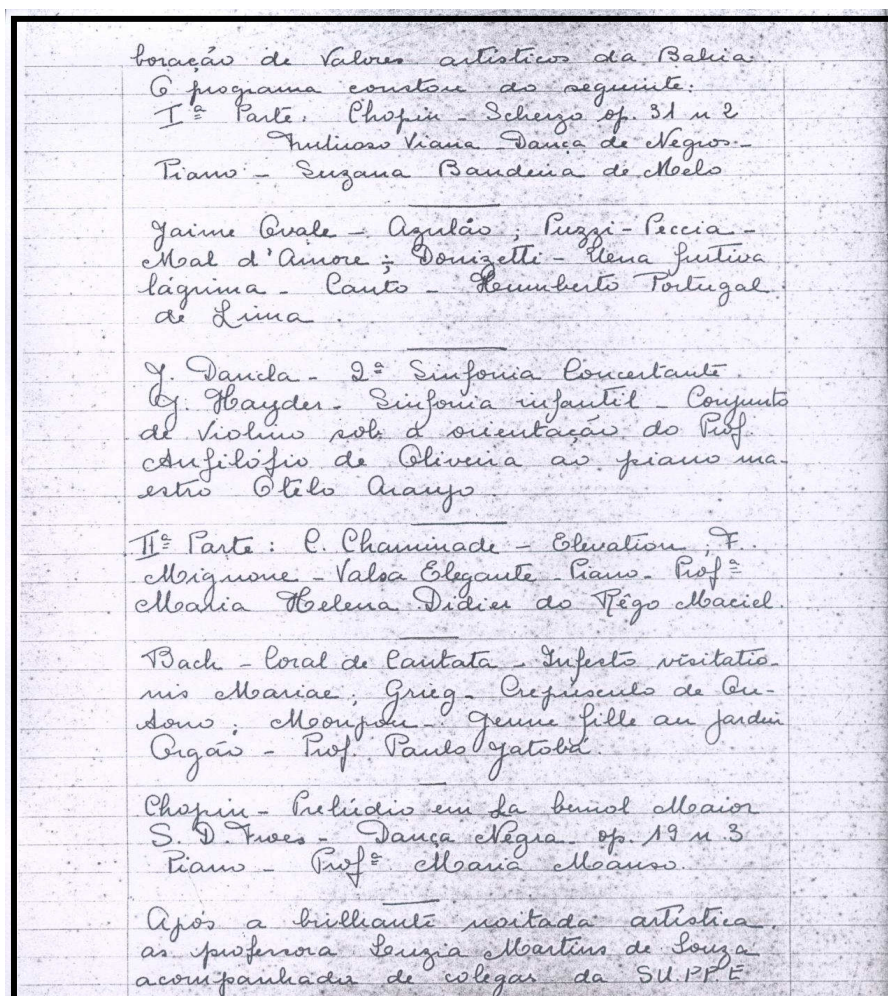
Não temos como precisar a data correta devido à ausência de documentos. Mas, entre a eleição da 2ª. Diretoria e a Ata de Instalação da 1ª Semana do Professor, em uma das Assembléias a SUPP passa a ser denominada Sociedade Unificadora de Professores Primários do Estado da Bahia (SUPPE).

No período de 20 a 26 de julho de 1950, a SUPP organiza a 1ª Semana do Professor Primário¹⁰⁰, na cidade de Salvador/BA, e, na sessão de abertura estiveram presentes: Rômulo Serrano (presidente da Ação Católica), o Professor Lourival Santos Silva (Associação dos Professores Particulares), o Professor Francisco e Sá Teles (representante da Sociedade União Defesa e Assistência do Professor Primário – SUDAPP), dentre outros. Conforme a Ata elaborada nesse encontro, o objetivo desse evento seria: uma “[...] demonstração firme da coesão do professorado bahiano e da confiança que o professor possuía em suas próprias forças”.

Durante as atividades da 1ª Semana do Professor Primário aconteceram sessões de cinema educativo, no Cine Pax, seguidas de sorteio de livros infantis para os alunos das escolas primárias, visita ao campo petrolífero (em Candeias/BA), homenagens póstumas aos professores falecidos. Houve, ainda, no dia 22 de julho de 1950, um concerto, com colaboração de artistas locais, no Auditório da Secretaria Estadual de Educação e Saúde, com a presença do Secretário Anísio Teixeira. A programação estava assim definida:

¹⁰⁰ Na época, comemorava-se o Dia do Professor, em 26 de julho, em homenagem a Nossa Senhora de Santana a padroeira dos professores. Hoje essa data é comemorada em 15 de outubro.

LUSTRAÇÃO 13 - ATA DA 1ª SEMANA DO PROFESSOR



FONTE: SUPP, 1950, p. 06 - 14.

Paulatinamente, as ações da SUPP vão promovendo a aproximação entre os professores primários, de quase todo o Estado da Bahia e estimulando-os a (re)pensar suas práticas através de Congressos e Cursos de Atualizações Pedagógicas. Conseqüentemente, as experiências com a Sociedade vão conduzindo os professores primários a mobilizações mais intensas e demonstrando seu caráter social.

Dessa maneira, a entidade passa a ser reconhecida como de Utilidade Pública, pela Lei Estadual nº 327, de 27 de outubro de 1950, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia, em 1º de novembro de 1950. A Sociedade Unificadora

de Professores Primários do Estado da Bahia (SUPPE) passa a ser parte integrante da Confederação de Professores Primários do Brasil (CPPB) nos anos de 1960.

A CPPB foi criada em 1960, em Recife – Pernambuco. Em 1979 reestrutura seu Estatuto e passa a chamar-se Confederação dos Professores do Brasil. Nos anos de 1990, atendendo ao movimento de mudanças nos movimentos sindicais, transforma-se na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Assim, a SUPP passa a fazer parte do cotidiano dos professores primários baianos não só na representação junto à sociedade civil e ao Governo baiano, mas como um espaço de luta por um ideal. Essa afirmação é descrita pela Professora Esmeralda Maria de Aragão da seguinte forma:

[...] eram jovens senhoras de cabelos brancos que estavam, também, ali lutando pelo que elas não conseguiram quando eram jovens, mas que estavam apoiando e esperando no fim da carreira adquirir alguma vantagem. Por idealismo, também. Todo professor que ensinava se sentia um idealista. Era um idealista. (Informação verbal)¹⁰¹.

Um ideal de vida, um ideal de uma categoria. A SUPP passou a fazer parte da vida das professoras. A Professora Luzia Martins de Souza evidencia que a sua vida e de outras transformou-se, porque conseguiram vencer as barreiras de um isolamento social através da ação política e social fomentadas pelo movimento. Sempre incisiva em suas memórias, faz o seguinte comentário:

Eu digo sempre: se eu tiver que voltar em outra encarnação quero voltar: mulher estava faltando uma, professora e pianista. Ativista? Não pensei nisso! Não pensei nisso às vezes que eu falei nesse assunto não pensei nessa outra parte essa é consequência. Ativista vai muito além do que a vida apresenta para a gente. Não chega a ser um desejo. Porque antes de eu entrar nessa atividade da SUPP eu era caseira. Entendeu? Não estava vibrando com as coisas que aconteciam lá fora, nem na parte política e histórica do país. Isso para mim era normal como está sendo hoje. Aí,

¹⁰¹ ARAGÃO, 2004.

depois que começou o movimento da SUPP aí foi que apareceu o leão. [...] aí foi que apareceu mesmo. Surgiu essa coisa que eu não esperava. Nunca me imaginei. Isso a gente imagina depois que passa porque na época em que a coisa está rolando a gente está indo e deixa a vida me levar e a gente não está sentindo. E vai. (Informação verbal)¹⁰².

O percurso desse caminhar histórico evidenciando histórias de vida, de fato e de idéias de um tempo-espaço vivido está guardado nas memórias que são individuais e coletivas, possibilitando trazer à tona a certeza de um tempo que não volta mais.

As recordações do movimento são assim resumidas:

Eu me casei tive que sair e me afastar com sentimento. Com sentimento, mas deixei nas mãos de pessoas que continuaram o Movimento. Fiquei muito feliz porque as pessoas que ficaram não abandonaram o ideal durante muito anos o ideal foi mantido. Então, isso me dá muita alegria muito contentamento porque não foi abafado. Não acabou! Durante longos anos continuou animado e progressista. Acompanhando de longe vi que estava continuando com progresso. Com Congressos, cursos e o jornal estava ficando cada vez melhor e fundaram, também, várias sucursais da SUPP no interior. Então a SUPP começou a crescer a levantar o professorado do interior. Foi um evento muito grande. Muito grande. Algumas pessoas deram para trás, mas a gente debatia em termos eram pessoas educadas e não havia xingamentos, corpo a corpo. Nada disso! Não tinha nada. Éramos professoras com nível de gente educada. Eu pelo menos nunca participei de um grupo em que fosse todo mundo discutindo, tendo idéias contrárias, mas dentro de um nível elevado. (informação verbal)¹⁰³.

A Professora Luzia Martins de Souza complementa:

Eu tenho muito mais saudade do meu tempo de professora. Do que do tempo de “cabeça de motim”. Eu seria outra vez. Com certeza! Pelo temperamento mas vou lhe dizer o que me traz saudade é essa parte meio romântica do ser professor, ser educador. Isso me faz saudade e eu fico muito triste em ver a minha profissão não ter o que deveria ter até hoje. Eu gostei muito de ser professora e eu digo sempre se existe uma reencarnação, e eu acredito na reencarnação, eu vou voltar sem saber o que eu fiz nesta, mas uma coisa eu digo eu gostaria de voltar como professora e pianista. Eu adoro piano até hoje eu toco teclado porque piano não dá mais em casa. Para morar em apartamento já não comporta mais, mas o tecladozinho está lá para distrair-me. O que ficou para mim? “Cabeça de motim”. Na ocasião achei engraçado. Achei engraçado porque essa gente julga que esquece as coisas, mas não!

¹⁰² SOUZA, Luzia. 2004.

¹⁰³ SOUZA, Lúcia. 2004.

“O que essa cabeça de motim está fazendo aqui?” Todo mundo deu risada e ela disse: “está estudando Dr. Anísio” e eu “estou estudando para ficar pior do que sou” eu era mocinha toda vida. “Tô estudando para ficar pior do que sou”. Eu gostei muito de ser professora. E se um dia tiver que voltar quero ser mulher, professora e pianista. Não me arrependo da minha profissão nenhum dia. (Informação verbal)¹⁰⁴.

A Professora Esmeralda Maria de Aragão continua no processo de lembrar:

Eu por exemplo não tenho nenhuma mágoa. Pelo contrário só tenho recordações boas recordações do convívio com os colegas, do entusiasmo. Faria tudo de novo. Não sei se mudaria alguma coisa. Talvez na parte do jornalismo. Se a gente tivesse de ser um pouco mais entusiasmo, se tivéssemos aprofundado mais em informações sobre o professor sobre a sociedade ele teria uma função muito mais dinâmica.

A mágoa. A falta de continuidade do jornal e as Diretorias sucessivas - não logo depois de nós – as mais recentes não pensaram em dar continuidade. Eu acho que o jornal é muito importante é uma comunicação indispensável para uma categoria é através dele que a gente comunica o que faz, o que tem programado como dar oportunidade às expressões dos vários sócios. Manifestações, apoios, comunicados sobre a sociedade, sobre a democracia, sobre tudo o que é e que nos cerca. Seria importante dar continuidade a esse jornal. (Informação verbal)¹⁰⁵.

A Professora Clarice Fortuna finaliza essa série de informações relatando:

O trabalho de unificação dos professores foi feito. Nos tínhamos reuniões todo segundo domingo do mês na sede da SUPP. Naquela época nós não tínhamos a sede própria estávamos trabalhando para conseguir um terreno como conseguimos. Então nós nos reuníamos numa sala alugada.

Eu me recordo que eu ia para a missa e lá levava meus filhos pequenos que assistiam as reuniões da SUPP. Era empolgação. Tinha àquela hora de poesia. Era àquela hora bonita de união, de fraternidade. Eu criei meus filhos nesse ambiente tanto que a minha filha dizia: “quando eu crescer eu vou ser professora e vou ser a presidente da SUPP”. Ela formou-se em engenharia.

Foi um passado gostoso. Eu gostaria que voltasse aquele tempo e que o professor parasse um pouco, deixasse a correria atrás de dinheiro. O amor à criança, à escola. Mas, vai ser tão difícil sabe, mas não impossível.

Eu sempre digo, eu tenho hoje 75 anos já chegando em janeiro a 76, mas se eu voltasse a ter saúde eu queria ter feito muita coisa ainda pela educação. Eu acho que voltara a ser professora. Eu alfabetizei meus filhos, meus netos e agora estou procurando alfabetizar meus bisnetos, que são cinco.

¹⁰⁴ SOUZA, Luzia. 2004.

¹⁰⁵ ARAGÃO, 2004.

A união entre os professores. À vontade em ajudar os outros professores idosos. A SUPP foi uma coisa que muito me tocou. A nossa união era muito grande. Não tínhamos nem dia para trabalhar. Passávamos os domingos trabalhando.

A SUPP para mim foi um baluarte. Foi uma coisa que incentivou mais ainda eu ser professora. Pelo exemplo. A gente só pode educar pelo exemplo. Eu amo a SUPP. Eu choro de saudades da SUPP (Informação verbal)¹⁰⁶.

Jobim (2000), ao compor “Este seu olhar”, retrata o diálogo entre olhares. Essa comunicação entendida como uma ação ambígua e estabelecida socialmente nos leva a perceber quem somos e quem é o outro. Sendo assim, projetar um olhar para um determinado tempo-espaço-histórico implica perceber as circunstâncias que (in)possibilitam a inserção dos sujeitos no processo de construção da sua historicidade como, e em um movimento dinâmico da vida social.

Assim, o estudo que estamos fazendo promove uma revisita ao Movimento das Professoras Primárias através das memórias, demonstrando que ações sociais e políticas em um determinado espaço-tempo histórico transformaram interesses pessoais em coletivos. Ao fazermos o levantamento dos acontecimentos que conduziram à criação da SUPP, percebemos sua importância representada na luta dos professores primários, procurando manter uma hierarquia profissional no espaço escolar e social. Dessa forma, a qualificação profissional e social estava associada às conquistas de determinados espaços almejados pelos sujeitos.

A construção de uma história operada pela memória traduz-se numa narrativa na qual o olhar histórico passa sobre os anos, através de uma descontinuidade cronológica dos acontecimentos vividos pelos sujeitos sociais, e pela consciência. O resultado desse processo constatou que os fatores que estimularam a mobilização das professoras primárias, em Salvador, foi uma das motivações pela valorização profissional e, que ao mesmo tempo, promoveu a

¹⁰⁶ FORTUNA, 2004.

aproximação dos professores primários, da Rede Pública de Ensino do Estado da Bahia.

Em suma, acreditamos que as professoras primárias através de suas lutas e de suas conquistas tanto no âmbito pedagógico quanto no político, ultrapassaram os interesses da categoria e integraram-se aos anseios da sociedade civil que se organizaram em movimentos passando a mediar as relações sociais cotidianas das suas condições de vida e de trabalho.

5

CRIANDO POSSIBILIDADES

ILUSTRAÇÃO 14 - SESSÃO DE POSSE DA 3ª DIRETORIA
DA SUPP – Em 12 de dezembro de 1951.



FOTO: Luzia Martins de Souza.

5 CRIANDO POSSIBILIDADES

Eu queria mesmo era resolver meu desejo profissional porque não adiantava eu ficar queixando que a vida é ruim. Ficar me lamentando. Lutar para melhorar! Compete a cada um lutar pela classe. Às vezes, eu sonhava que o professor iria ser bastante valorizado. (Lúcia Barreto de Almeida Souza)

Construir a história da Sociedade Unificadora de Professores Primários (SUPP), implicou estudar a mobilização das professoras primárias da Rede de Ensino do Estado da Bahia, objeto da nossa investigação, como um movimento social e docente responsável pela criação dessa entidade. Assim, a idéia de registrar essa história materializa o reconhecimento do papel social e educativo desempenhado e desenvolvido pelos professores, desse nível de ensino, considerados como alicerces da vida escolar.

Buscando as raízes da gênese da SUPP, partimos em busca das condições sociais, políticas, econômicas e educacionais que viabilizaram o surgimento do movimento das professoras primárias, delimitado o intervalo temporal compreendido entre os anos de 1947 a 1951. Nesse período, os ideais democráticos polarizavam os espaços sociais e lançavam questões que evidenciavam a (re)configuração da ordem mundial provocada pelo final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

No contexto da “guerra fria” o Brasil se une com os Estados Unidos da América, líder do bloco capitalista que se contrapunha a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas a qual liderava o bloco socialista. Vale a pena observar que, no interregno, 1946 – 1964, quando ocorre o golpe civil-militar o país alcança significativos avanços democráticos apesar de todas as crises políticas.

Na Bahia, o Governo do Estado, Octávio Mangabeira (1947 – 1951), desenvolve políticas que tentavam ajustar o Estado ao nível de desenvolvimento que se encontrava a região Centro-Sul brasileira.

Nas ações implementadas pelo governador Mangabeira merecem destaque as da Secretária Estadual de Educação e Saúde, que teve como Secretário o educador Anísio Spinola Teixeira. A associação entre desenvolvimento social, política e educação marcou essa gestão caracterizada pela ampliação da oferta de matrículas e do número de unidades de ensino (primário e secundário); o (re)aparelhamento dessas unidades e o aumento no quadro permanente de docentes.

Ocorre que, apesar de todo esse impulso desenvolvimentista, vivia-se, no país, uma crise inflacionária que proporcionava o aumento desregulado dos preços e, conseqüentemente, um desarranjo orçamentário na vida dos brasileiros e de qualquer trabalhador e, principalmente, os assalariados. Sem poder de barganha com o Estado os funcionários públicos vêm seus vencimentos perdendo poder de compra.

Procurando corrigir essa defasagem o governador Octávio Mangabeira assina uma Portaria, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia (D.O.E. BA), em 18 de setembro de 1947, com uma série de promoções por merecimento aos auxiliares de portaria (zeladores e faxineiros das escolas), lotados na Secretaria Estadual de Educação e Saúde. Esse ato do governador fez com que esses profissionais passassem a ter seus salários nivelados aos dos professores primários.

A partir da leitura dessa Portaria, a Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza, lotada na Escola Maria Quitéria, localizada no bairro de Brotas em Salvador/BA, indignada e considerando o ato do Governador como um desprestígio

à categoria, decide convidar suas colegas para juntas organizarem uma Sociedade que pudesse servir como interlocutora entre a categoria e o Governo e/ou a sociedade civil. Essa inquietação pessoal assume uma dimensão coletiva e pública que culminou na criação da Sociedade Unificadora de Professores Primários (SUPP).

Para a escrita da história da SUPP, fizemos uso da memória enquanto fonte de informação e metodologia de pesquisa, pois a entendemos como “[...] um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo”. (BOSI, 2003, p. 53). Tempo esse clarificado na escuta de memórias dos “sujeitos em diálogo”. Identificamos nos “Livros de Posse das Diretorias da Sociedade Unificadora de Professores Primários (SUPP)” cinco professoras gozando de boas condições físicas, sociais e mentais que pudessem (re) memorar os acontecimentos que marcaram a criação dessa Sociedade. As Professoras Lúcia Barreto de Almeida Souza, Luzia Martins de Souza, Esmeralda Maria de Aragão, Clarice Fortuna e Claudemira Ribeiro de Moura constituem-se como representantes dos professores que fizeram essa história.

A partir de entrevistas estruturadas realizadas entre os anos de 2003, 2004 e 2005, e colaboração teórica de BOSI (1994, 2003), Tavares (2001), Risério (2004), Ianni (1996) Delgado e Ferreira (2003), Fagundes (2003, 2005) e Gohn (2001, 2003, 2004), dentre outros, passamos a analisar, com uso das categorias de docência e movimentos sociais, as contribuições que o movimento das professoras primárias desempenharam para a construção e consolidação da organização representativa da categoria.

A construção dessa escrita promoveu um intercâmbio de experiências vividas, trazidas à tona através de informações verbais evidenciadas pela articulação

entre a memória individual e a coletiva. Sob esse prisma, a luta pela manutenção de uma hierarquização profissional e salarial; a criação da Sociedade Unificadora de Professores Primários (SUPP) constitui-se num campo dividido entre lutas, derrotas e conquistas dos professores que constantemente se vêem numa operação de subtração entre a vida social e a profissional.

Contrariando essa perspectiva, o movimento passa a ser retratado como uma religação entre a memória individual e coletiva; entre profissionalismo e profissionalização; e entre os interesses individuais e os coletivos. A partir dessa visão, as professoras primárias começaram a delinear as formas de ação e de organização do movimento.

Certos de que ninguém começa uma revolta sozinho, a Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza estabelece estratégias para atingir o objetivo de criação de uma Sociedade:

Eu queria mesmo era resolver meu desejo profissional porque não adiantava eu ficar me queixando que a vida é ruim. Ficar me lamentando. Lutar para melhorar! Compete a cada um lutar pela classe. Às vezes, eu sonhava que o professor iria ser bastante valorizado.
[...] procurar resolver problemas, procurar unir o professorado não só da capital, como os da capital e do interior, chamar à atenção dos poderes públicos para sanar os problemas dos professores, ver as necessidades reais do professor e depois melhorar o nível do professor e o respeito que o professor devia ter e deve ter na sociedade (Informação verbal)¹⁰⁷.

O indicador do caráter de um movimento social são as suas formas de ações sociais. No caso específico da SUPP, o primeiro momento foi quando a Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza estabeleceu uma parceria com a Professora Luzia Martins de Souza visando propor a criação de uma Sociedade representativa de professores junto ao Governo e a Sociedade Civil. Em seguida, foram convocadas as professoras da Escola Maria Quitéria para que pudessem

¹⁰⁷ SOUZA, Lúcia. 2004.

amadurecer a proposta, construir e discutir o projeto de criação da Sociedade com as demais colegas da escola; o terceiro momento consistiu na divulgação da idéia entre os professores primários da Rede Estadual em Salvador/BA.

Essa forma de organização e mobilização nos deu subsídios para caracterizar essas ações como sendo de um movimento social compreendido como aquele que “[...] está articulado a um conjunto de crenças e representações e são elas que dão suporte a suas estratégias e desenham seus projetos político-ideológicos”. (GOHN, 2004, p. 235).

Os movimentos sociais têm um enraizamento histórico. Ele nasce da emergência, da compreensão de um dado momento tempo-espaco histórico, pelas respostas para as questões da época. O Movimento das Professoras Primárias foi uma mobilização política, econômica e social que procurava evidenciar o sentido e o significado do que venha ser a docência para investir na luta pela valorização salarial.

É impossível, na prática, um movimento reivindicatório conseguir alcançar todos os objetivos traçados. Isso não faz com que as entidades representativas de trabalhadores desistam da luta. Se do ponto de vista econômico a Sociedade não conseguiu acabar com o nivelamento salarial dos professores primários ao dos auxiliares de portaria, do ponto de vista pedagógico e educativo as conquistas marcaram a adesão do professorado primário baiano à SUPP.

As atividades realizadas pela SUPP abrangem o sentido do compromisso do professor consigo e com a categoria, (re)definir a docência como ações de um profissional que coaduna vida social à vida profissional e evidencia a idéia do magistério como sendo um campo propício para as lutas de (re)invenção de práticas socializantes e possíveis na transformação da sociedade.

Em suma, o que se constatou com a criação da SUPP foi que ela não apenas defendeu a valorização salarial - motivo inicial para o surgimento da Sociedade - como também procurou lutar por melhores condições de trabalho, valorização da educação e do ensino, enfim, pela qualidade da escola pública no Estado da Bahia.

A partir de uma série de diálogos, escrevemos essa história fazendo uso da memória individual e coletiva. Comentamos as memórias de um tempo passado, um tempo não vivido por nós, mas vivenciado pelos “sujeitos em diálogo” a cada suspiro, pausa, sorriso, franzir de testa. A rememoração, que aqui revelamos, visa contribuir para a ampliação da literatura acerca da História da Educação Baiana. Espera-se que o conhecimento produzido nessa pesquisa possa suscitar novas possibilidades, compreensão e análise desse objeto que até então não possuía sua história escrita.

Enfim, essa pesquisa trata do entrelaçamento de memórias e histórias de professoras que buscavam a afirmação pessoal e profissional numa dimensão que abrangia a tomada de decisão pela prática política, educativa e cidadã que agora reconstruímos. Durante sua trajetória, inúmeras vezes refletimos com o apoio do compositor Milton Nascimento (1998), que, poeticamente, nos lembra a possibilidade de “[...] recriar cada momento belo já vivido ir mais além. Atravessar fronteiras do amanhecer, e ao entardecer olhar com calma [...]”.

REFERÊNCIAS

ILUSTRAÇÃO 15 - REVISTA COMEMORATIVA DO 1º DECÊNIO DA SUPP (1947 – 1957)



FONTE: SUPP, 1957

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Meire Siomara. **Sindicato do Garrancho: um ideal nunca morre**. Mossoró/RN: Fundação Guimarães Duque e Fundação Vingt-um Rosado, 2003. (Coleção Mossoroense – Série C – Volume 1382).

ARAGÃO. Esmeralda Maria de. **O movimento das professoras primárias na Bahia**. Entrevistador: Alcides Leão Santos Júnior. Salvador/BA, 21 de out. 2004, 1 cassete sonoro (60 min.), estéreo.

ARINOS, Afonso (et. ali). **Um praticante da democracia: Octávio Mangabeira**. Salvador – BA: Publicação do Conselho Estadual de Cultura da Bahia, 1980.

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagem**. 5. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000

AZEVEDO, Thales de. **As famílias dos alunos de uma escola primária**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Publicada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – MEC – Rio de Janeiro, out - dez, 1954, Nº 56, vol. XXII, p. 116 – 145.

BAHIA, Assembléia Legislativa. Superintendência de Apoio Parlamentar. Divisão de Pesquisa: **Bahia de todos os fatos: cenas da vida republicana – 1889 – 1991**. 2 ed. Salvador/BA: Assembléia Legislativa, 1947.

BAHIA, Constituição (1947). **Constituição do Estado da Bahia**. Disponível em < <http://www2.bahia.ba.gov.br> >Acessado em 15 de julho de 2005.

BAHIA (Estado). Decreto-lei n 185, de 17 de março de 1944. Reajusta vencimentos e organiza o Quadro Único do funcionalismo público civil do Estado e dá outras providencias. In. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador/BA, 18 de março de 1944, Seção Atos do Poder Executivo, p. 403 – 411.

_____. Decreto-lei nº 917, de 16 de dezembro de 1946. Declara ratificado o Convênio Estadual do Ensino Primário. In. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador/BA, 18 de dezembro de 1946, Seção Atos do Poder Executivo, p. 1207.

_____. Decreto, de 18 de setembro de 1947. Em vista da proposta do Serviço Público por antiguidade de acordo com o art. 50, do Decreto-lei 12.076, de 28 de outubro de 1941, Clarinda Campos, ocupante do cargo da Classe A, da carreira de Auxiliar de Portaria, para o Cargo da Classe B, da mesma carreira do Quadro de Funcionalismo Público Civil do Estado. Parte Permanente em cargo constante do Decreto-lei 185, de 17 de março de 1944, ficando lotado na Secretaria de Educação e Saúde. In. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador/BA, 18 de setembro de 1947, Seção Atos do Poder Executivo - Decretos, p. 1917.

BAHIA. Decreto, de 18 de setembro de 1947. Em vista da proposta do Serviço Público por antiguidade de acordo com o art. 50, do Decreto-lei 12.076, de 28 de outubro de 1941, Emilio de Araújo Leite, ocupante do cargo da Classe A, da carreira de Auxiliar de Portaria, para o Cargo da Classe B, da mesma carreira do Quadro de Funcionalismo Público Civil do Estado. Parte Permanente em cargo constante do Decreto-lei 185, de 17 de março de 1944, ficando lotado na Secretaria de Educação e Saúde. In. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador/BA, 21 de setembro de 1947, Seção Atos do Poder Executivo - Decretos, p. 1428.

_____. Preço teto, de 25 de setembro de 1947. In. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador/BA, 28 de setembro de 1947, Seção Comissão Estadual de Preços, p. 5223.

_____. Decreto-lei nº 13.741, de 13 de outubro de 1947, Tabela X – Pessoal do magistério e auxiliares de serviços de Educação e Cultura - Cargos e carreiras permanentes. In. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador/BA, 23 de novembro de 1947, Seção Atos do Poder Executivo, p. 331.

_____. Lei nº 55, de 26 de setembro de 1947 (Orçamento), Tabela explicativa do pessoal permanente lotado na Secretaria de Educação e Saúde. In. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Legislativo, Salvador/BA, 14 de janeiro de 1948, Seção Atos do Poder Legislativo, p. 1943 – 1950.

_____. Portaria nº 16, de 15 de março de 1949, Fazendo a seguinte distribuição por escolas dos professores da capital. In. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador/BA, 16 de março de 1949, Seção Secretaria de Educação e Saúde – Departamento de Educação, p. 2878 – 2881.

_____. Relação dos ocupantes da carreira de professor primário, no interior, classe B, para efeito de promoção por antiguidade – situação até 30 de junho de 1949. In. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador/BA, 24 de março de 1949, Seção Secretaria de Educação e Saúde, p. 3053 – 3060.

_____. Decreto nº. 14.314, de 08 de março de 1949. Instituí e regula o Salão Bahiano de Belas Artes – sob orientação da Secretaria de Educação e Saúde, compreendendo seções de pintura, escultura, desenho, gravuras e arquitetura. In. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador/BA, 09 de março de 1949, Seção Secretaria de Educação e Saúde.

_____. Relação dos ocupantes da carreira de professor primário, na capital, classe B, para efeito de promoção por antiguidade – situação até 30 de junho de 1949. In. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador/BA, 24 de março de 1949, Seção Secretaria de Educação e Saúde, p. 3050 – 3051.

_____. Portaria nº 2818, de 6 de setembro 1949. Designa a professora para dirigir as Instituições Extra-Classe nas Escolas Públicas da capital, sem prejuízo dos trabalhos de classe. In. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador/BA, 6 de setembro de 1949, Seção Secretaria de Educação e Saúde – Departamento de Educação.

BAHIA. Lei nº 327, de 27 de outubro de 1950. Considera de utilidade pública a Sociedade Unificadora de Professores Primários. In. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador/BA, 1 de novembro de 1950, Seção Atos do Poder Legislativo, p. 2337.

_____. Lei nº 397, de 8 de março de 1951. Reestrutura as carreiras de professor primário, reclassifica os seus ocupantes bem como os titulares de cargos permanentes e de funções extranumerários mensalista do magistério de nível médio. In. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador/BA, 9 de março de 1951, Seção Atos do Poder Executivo, p. 20314 – 20316.

_____. Discurso pronunciado pelo Sr. deputado Joel Presídio, em Sessão de 27 de maio, de 1947. In. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Diário da Assembléia, Salvador/BA 15 de outubro de 1947, Seção Discursos, p. 3079 – 3082.

_____. Ante-Projeto, Lei Orgânica de Educação e Cultura do Estado da Bahia, de 16 de outubro de 1947. In. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Diário da Assembléia, Salvador/BA, 26 de outubro de 1947, Seção Mensagem, p.3268 – 33273.

BATALHA, Silvio. **Cartilhas históricas da Bahia**. 6 ed. Porto Alegre: Impulso Editora, 2002.

BORGES, Jafé (et alli). **Comércio baiano: depoimentos para sua história**. Salvador/BA: Associação Comercial da Bahia, 2002.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

BRASIL, Decreto Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1942. **Estabelece a Lei Orgânica do Ensino Normal**. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinonormal.htm>> Acessado 16 de agosto de 2005.

BRASIL, Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em < <http://www.presidencia.gov.br/CCIVIL/Constituicao>> Acessado em 15 de julho de 2005.

BRITTO, Luiz Navarro de. **Educação na Bahia, propostas, realizações e reflexões**, São Paulo: T.A Queiroz; Salvador/Ba: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia; Brasília/DF: INEP/OEA, 1991. (Coletânea: Navarro de Britto; v.1).

CALDAS, Alberto Lins. **Oralidade, texto e história:** para ler a história oral. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **Hermenêutica do presente.** Caderno de Criação, UFRO/Dep. de História/CEI, nº 11, ano III, Porto Velho, dezembro, 1996.

_____. **Interpretação e realidade,** Caderno de Criação, UFRO/Dep. de História/CEI, n.º 13, ano IV, Porto Velho, setembro, 1997.

_____. **Seis ensaios de história oral.** Caderno de Criação, UFRO/Centro de Hermenêutica do Presente, nº 15, ano V, p. 37/57, Porto Velho, junho, 1998a.

_____. **Psicologia textual: entre a psicologia e a história oral.** Caderno de Criação, UFRO/Centro de Hermenêutica do Presente, nº 16, ano V, p. 23/32, Porto Velho, setembro, 1998b.

CARONE, Edgar. **Movimento operário no Brasil (1945 – 1964).** São Paulo: Difel, 1981 (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. **Memórias da campanha “De Pé no Chão”:** 1961 – 1964 (o testemunho dos participantes). 2000. 440p. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicada, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN, 2000.

CAVALCANTE, Francisca Wilma. **Associação de Professores do Rio Grande do Norte:** a missão de educar (1920 – 1933). 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicada, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN, 1999.

CHAGAS, Patrícia Costa de Macedo. **Sobre ser professor e a constituição da identidade docente.** 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicada, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN, 2004.

CYRULNIK, Boris. **O murmúrio dos fantasmas.** Trad. Sônia Sampaio. São Paulo: Martins Fontes, 2005 (Psicologia e Pedagogia).

COSTA, Ana Alice Alcântara; CONCEIÇÃO, Héliida. **As mulheres na revolta dos resignados, a greve dos professores municipais em 1918.** Disponível em <<http://www.cchla.orbis.ufba.br/artigo>> Acessado em 14 de agosto de 2005.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Espelhos na penumbra o enigma soteropolitano:** ensaios e bloqueios da autonomia política de Salvador, 1947/1959. 1996. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador – Ba, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). **O Brasil Republicano:** o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ELSBREE, Willard. **A educação primária nos Estados Unidos**, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Publicada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – MEC – Rio de Janeiro, set – out, 1947, Nº 30, vol. XI, p. 249 – 283.

FAGUNDES, Tereza C. P (Org.). **Ensaio sobre Identidade e gênero**. Salvador/BA: Ed. Helvécia, 2003.

_____. **Mulher e pedagogia: um vínculo re-significado**. Salvador/BA: Ed. Helvécia, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Brasília Carlos. **Trabalhadores, sindicatos, cidadania: nordeste em tempos de Vargas**. São Paulo: Estudos e Edições Ad. Hominem, Natal/RN: Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In. HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1991, pág. 217 – 250.

FORTUNA, Clarice. **O movimento das professoras primárias na Bahia**. Entrevistador: Alcides Leão Santos Júnior, Salvador/BA, 21 de out. 2004, 1 cassete sonoro (60 min.), estéreo.

FREIRE, Paulo. Escola primária para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Publicada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – MEC – Rio de Janeiro, abr – jun/1961, Nº 82, Vol. 1, XXXV, 1961. (15 – 33).

FREITAS, Joseânia Miranda. **A história da Biblioteca Infantil Monteiro Lobato: entrelaçamento de personagem e a Instituição**. 2001. 288p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador - Ba, 2001.

FREITAS, Sônia Maria. **História oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964 – 1985)**. 4 Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GIDDENS, Antony. **A constituição da sociedade**. Tradução Álvaro Cabral. 2 Ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003

GIL, Gilberto. O fim da história. Intérprete: Gilberto Gil. In. **Parabolicamará**. Manaus: Warner Brothers do Brasil, 1992, 1 CD.

_____. Tempo rei, Intérprete: Gilberto Gil. In. **Gilberto Gil Unplugged**. Manaus: Warner Music Brasil, 1994, 1 CD.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção questões da Nossa Época, v. 5).

_____. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4 Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice, 2004.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HOBBSAWM, Eric J. **Mundo do Trabalho: novos estudos sobre história operária**. Trad. Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Sobre história**. Trad. Cid Knipel Moreira. 6 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. Trad. Irene Hirsch e Lólio Lourenço de Oliveira. 2 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

HORTA, José Silvério Baia. **Liberalismo, tecnocracia e planejamento educacional no Brasil no período 1930 – 1970**. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1982.

IBGE, **Estatísticas históricas do Brasil**. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais. 1550 a 1988. 2 Ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 118 - 177.

_____. **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1948. (Ano VIII / IX - 1947/1948).

_____. **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950. (Ano X - 1949).

_____. **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1951. (Ano XI - 1950).

_____. **Anuário estatístico do Brasil**, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952. (Ano XII - 1951)

_____. **Anuário estatístico do Brasil**, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1953. (Ano XIII - 1952)

_____. **Anuário estatístico do Brasil**, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1954. (Ano XIV - 1953)

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 6 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JOBIM, Tom. Este seu olhar. Interprete: Nara Leão. In. **Boticário – coleção som do Brasil**, Manaus: Universal, 2000. (Coleção MPB).

LELIS, Isabel Alice. **A formação da professora primária: da denúncia ao anúncio**. 3 Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LIMA, Maria Marta Leone: **Magistério e condição feminina: um estudo sobre a identidade de gênero no ICEIA**. 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador - Ba, 1996.

LOURO, Guacyra Lopes. Gênero e Magistério: identidade, história, representação, In. CATANI, Denice Bárbara: (Org.). **Docência, Memória e Gênero: estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras Editora, 1997, p. 77 – 84.

MANGABEIRA, Otávio. **Discursos parlamentares**. Sel. e int. de Josaphat Marinho. Brasília/DF: Assembléia dos Deputados, 1978. (Perfis parlamentares, v. 10).

_____. **Um período governamental da Bahia**. Salvador/BA: Imprensa Oficial da Bahia, 1951. (Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 27/01/1951).

MELO. Agenor Bandeira de (editor). **Cartilha Histórica da Bahia: a republica e seus governadores**. 4 Ed. Rio de Janeiro: Ed. Continente, 1986.

MELLO, Guiomar Namó de. **Magistério de 1º. Grau: da competência técnica ao compromisso político**. 11 Ed, São Paulo: Cortez, 1995.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. **Anísio Teixeira, Secretário de Educação, ou: por que não se democratiza a educação na Bahia?** Revista da FAEEBA/UNEB, Depto de Educação I, Ano I, Nº 01 (jan/jun. 1992), Salvador/BA: UNEB, 1992, p. 141 – 150.

MOYSÉS, I. Kessel. A evasão escolar no ensino primário (com nota preliminar de Anísio Teixeira e Estudo introdutório de Otávio Martins). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Publicada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – MEC – Rio de Janeiro, abril – out/dez/1954, Nº 56, vol. XXII. p. 53 – 72.

MONARCHA, Carlos (Org.). **Anísio Teixeira: a obra de uma vida**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MORAIS, Grinaura Medeiros de. **Abraço de geração: memórias de professores primários no Seridó: – uma viagem pelo século XX**. 2004. 322p. Tese (Doutorado em Educação), Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Nata, Natal – RN, 2004.

MORIN, Edgar. **A Cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Trad. Eloá Jacobina. 9 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **O Método 3:** a consciência do conhecimento. Trad. Juremir Machado da Silva. 2 Ed. Porto Alegre: Sulina, 1999.

MORIN, Edgar. **O Método 5:** a humanidade da humanidade a identidade humana. Trad. Juremir Machado da Silva. 2. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez, Brasília/DF, UNESCO, 2000.

MOURA, Claudemira de. **O movimento das professoras primárias na Bahia.** Entrevistador: Alcides Leão Santos Júnior, Salvador/BA, 28 de out. 2004, 1 cassete sonoro (60 min.), estéreo.

MUNHOZ, Dercio Garcia. **Inflação brasileira:** os ensinamentos desde a crise dos anos 30, In. Revista Economia Contemporânea. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. Nº 1, Jan – Jun, 1997, p. 59 – 87.

NASCIMENTO, Milton. **Anima.** Intérprete: Leila Pinheiro. In. Leila Pinheiro. Manaus: Polygram, 1998. Coleção Millennium. 1 CD.

NASCIMENTO, Rodson Ricardo Souza do. **A sombra de Prometeu:** a educação na visão da CUT. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal –RN, 2003..

NASCIMENTO: Letácio Fonseca do. **As lutas do movimento docente e a formação de professores:** “a APRN em questão”. Natal/RN, 2001. 124p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN, 2001.

NEGRO, Antônio Luig; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política. In. DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.): **O Brasil Republicano:** o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Livro 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 47 – 96.

NOVAES, Adauto (Org.). **O olhar.** 10 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

NÓVOA, Antônio. Por que a história da educação? In. STEPHANOU, Maria (Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil,** vol. III, século XX, Petrópolis/RJ: Vozes, 2005. p. 9 – 13.

NUNES, Clarice; LINHARES Célia. **Trajetórias de magistério:** memórias e lutas pela reinvenção da escola pública. Rio de Janeiro: Quaret, 2000. (Educação e Sociedade).

OLIVEIRA, Hildérico Pinheiro de. Anísio Teixeira e a fundação que tem seu nome. In. ROCHA, João Augusto de Lima (Org.). **Anísio em movimento: a vida e as lutas de Anísio Teixeira pela escola pública e pela cultura no Brasil**. Salvador/BA: Fundação Anísio Teixeira, 1992, p. 69 – 82.

PASSOS, Elisete Silva. **Mulheres moralmente fortes: o ideal perseguido pelo Instituto Feminino da Bahia 1945 – 1975**. 1991. 191p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador - Ba, 1991.

_____. **A educação das virgens: um estudo do cotidiano no Colégio Nossa Senhora das Mercês**. 1994. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador - Ba, 1994.

PROPOSTA PEDAGÓGICA da Escola Municipal Maria Quitéria. Salvador/BA, 2004.

REVISTA da Fundação Pedro Calmon: Centro de Memória da Bahia. Salvador/ Ba: Gov. do Estado da Bahia/Secretaria da Cultura e Turismo/ Fundação Pedro Calmon, V. 06, 2001

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 18 Ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2003. (Coleção: memória da educação).

RISÉRIO, Antônio. **Uma história da cidade da Bahia**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

ROCHA, João Augusto de Lima (Org.). **Anísio em movimento: a vida e as lutas de Anísio Teixeira pela escola pública e pela cultura no Brasil**. Salvador/BA: Ed. Fundação Anísio Teixeira, 1992.

ROMANELLI, Otaíza Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930 - 1973)**. 290 Ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.

SAMPAIO, Nelson de Sousa. O governo Otávio Mangabeira. In. ARINOS, Afonso (Org.). **Um praticante da democracia: Otávio Mangabeira**. Salvador/BA: Publicação do Conselho Estadual de Cultura da Bahia, 1980.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na primeira república: uma política de acomodação**. Salvador/BA: EDUFBA, 1999.

_____. **Poder e representação: o legislativo da Bahia na segunda república. 1930 – 1937**. Salvador/BA: Assembléia Legislativa, Assessoria de Comunicação Social, 1992.

_____. (Coord.). **1895 – 2005 – memórias da fazenda da Bahia**. Salvador/BA: Casa de Jorge Amado: Fundação Pedro Calmon, 2005.

SANTOS, Nilda Moreira. **Movimento dos professores da rede pública na Bahia (1952 – 1989)**. Salvador/BA: Editora BDA-Bahia Ltda, 1995.

SANTOS, Boaventura de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 7 Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SAFFIOTI, Heleith I L. **O poder do macho**. São Paulo: Ed. Moderna, 1987.

SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia, In. DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 217 – 240.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Trad. Ismênia Tunes Dantas. 12 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Lúcia Barreto de. **O movimento das professoras primárias na Bahia**. Entrevistador: Alcides Leão Santos Júnior, Salvador/BA, 7 de out. 2004, 1 cassete sonoro (60 min.), estéreo.

SOUZA, Luzia Martins de. **O movimento das professoras primárias na Bahia**. Entrevistador: Alcides Leão Santos Júnior, Salvador/BA, 11 de out. 2004, 1 cassete sonoro (60 min.), estéreo.

STEPHANOU, Maria (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. vol. III. Século XX. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

STODIECH, Henrique. A democracia através da escola primária. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Vol X, Jan – Fev/1947, Nº 26, p. 12 – 16.

SUPP, REVISTA DA. **Revista Comemorativa do 1º Decênio da Sociedade Unificadora de Professores Primários da Bahia (1947 – 1957)**. Salvador/BA: SUPP, 1957.

SUPP, **Livros de Posses da. Termo de posse da 1ª Presidente efetiva da Sociedade Unificadora de Professores Primários**. Realizada a 14 de dezembro de 1947. Salvador/BA, p. 01.

_____. **Termo de posse dos membros da Diretoria da Sociedade Unificadora de Professores Primários**. Realizada a 14 de dezembro de 1947. Salvador/BA, p. 02.

_____. **Termo de posse do conselho fiscal da Sociedade Unificadora de Professores Primários**. Realizada a 14 de dezembro de 1947. Salvador/BA, p. 03.

_____. **Termo de posse da 2ª Presidente efetiva da Sociedade Unificadora de Professores Primários**. Realizada a 17 de dezembro de 1949. Salvador/BA, p. 04.

_____. **Termo de posse dos membros componentes da Diretoria da Sociedade Unificadora de Professores Primários**. Realizada a 17 de dezembro de 1949. Salvador/BA, p. 05

_____. **Termo de posse do conselho fiscal da Sociedade Unificadora de Professores Primários.** Realizada a 17 de dezembro de 1949. Salvador/BA, p. 06.

_____. Livro de Atas da: **Ata da I Semana do professor primário.** Realizada na cidade do Salvador, de 20 a 26 de julho de 1950. Salvador/BA, p. 06 – 14.

SUPP. **Estatuto Social** da: Salvador/BA, 1975.

TAVARES, Luis Henrique. **História da Bahia.** São Paulo: Editora UNESP, Salvador/BA: EDUFBA, 2001.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. **Educação não é privilégio.** São Paulo: Ed. Nacional, 1967.

_____. **A construção da educação brasileira.** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas/ CPDOC, {s.d}.

_____. **Educação no Brasil.** 3 Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

_____. **Centro Educacional Carneiro Ribeiro.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.31, n.73, jan./mar. 1959. p. 78-84.

_____. **Autonomia para educação na Bahia.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.11, n.29, jul./ago. 1947. p. 89-104.

_____. **A educação que nos convém.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.21, n.54, abr./jun. 1954. p.16-33.

_____. **A revolução dos nossos tempos.** Discurso pronunciado na solenidade da instalação do XII Congresso Nacional de Estudantes, na Faculdade de Medicina da Bahia, em 17 jul. 1949. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1949.

_____. **Discurso de inauguração da Escola Parque.** Outubro de 1950.

TELES, Jose F. de Sá. **Notícias históricas da instrução na Província da Bahia (1836 – 1936).** Salvador/BA: EGBA, 2003.

_____. **O movimento das professoras primárias na Bahia.** Entrevistador: Alcides Leão Santos Júnior, Salvador/BA, 16 de out. 2005, 1 cassete sonoro (60 min.), estéreo.

VALE, Ana Maria do. **Educação popular na escola pública.** São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção Questões da Nossa Época).

_____. A influência da pedagogia freirana na formação sindical docente, In. TORRES, Carlos Alberto (Org.): **Paulo Freire e a agenda da educação Latino-Americana no século XXI.** Buenos Aires: CLACSO e ASDI, 2001.

ZOZIMO, Álvaro. **Sempre a serviço da educação:** uma experiência de vida de mais de 80 anos. Salvador/BA: {s.n}, 1998.

ANEXOS

ILUSTRAÇÃO 16 – SALA DE REUNIÕES DA SUPP



FOTO: Alcides Leão Santos Júnior

PLANO METODOLÓGICO

Roteiro para as entrevistas – questões norteadoras:

Movimento Inicial:

Nome completo, data de nascimento, profissão atual.

Momento da entrevista:

Eixo 1 - Questões referentes à docência:

Como a senhora tornou-se professora? Que recordações da sala de aula a senhora tem?

Eixo 2 – Questões referentes ao movimento social:

Como se deu a criação da SUPP? Como foi o encontro com os professores primários e a adesão ao Movimento? Como o movimento organizou-se? Como o movimento era visto pela sociedade civil? E como a sua família via sua participação no movimento? Qual a grande contribuição da SUPP para a sociedade e para os professores primários? Recordação do Movimento:

CARTA DE CESSÃO

Salvador/BA, ____/____/____

Ilmo. Sr Alcides Leão Santos Júnior

Eu, _____,

R.G. _____, declaro, para os devidos fins, que cedo os direitos de minha entrevista, gravada em fita k -7 para que Alcides Leão Santos Júnior, R. G. _____, _____, possa usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e limites de citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo o uso de terceiros para ouvi-la e usar citações, ficando vinculado o controle à Base de Pesquisa Cultura, Política e Educação, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que tem a sua guarda.

Abdico de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente, que terá a minha firma reconhecida em cartório.

GALERIA DE PRESIDENTES DA SUPP

Ordem	Período	Presidente
01	14/12/1947 a 12/12/1949	Luzia Martins de Souza
02	12/12/1949 a 12/12/1951	Luzia Martins de Souza
03	12/12/1951 a 04/04/1954	Raydalva Vieira Bittencourt
04	08/04/1954 a 08/04/1956	Raydalva Vieira Bittencourt
05	08/04/1956 a 08/04/1958	Olga Campos de Menezes
06	08/04/1958 a 01/05/1960	Raydalva Vieira Bittencourt
07	01/05/1960 a 01/05/1962	Maria de Lourdes Soares
08	01/05/1962 a 15/05/1964	Hermano José de Almeida G. Neto
09	15/05/1964 a 12/06/1967	Dilfa Muniz Ferreira
10	12/06/1967 a 16/06/1968	Jacy Dourado Rocha
11	16/06/1968 a 26/06/1970	Berenice Antônia Pires
12	26/06/1970 a 13/09/1972	Hildebrando Lima da Silva
13	13/09/1972 a 02/03/1974	Raydalva Vieira Bittencourt
14	02/03/1974 a 26/07/1975	Eglantina Carmélia Tavares
15	26/07/1975 a 26/07/1978	Raydalva Vieira Bittencourt
16	26/07/1978 a 26/07/1981	Hermano José de Almeida
17	26/07/1981 a 26/07/1984	Enoch Pimentel Tourinho
18	26/07/1984 a 29/03/1985	Enoch Pimentel Tourinho
19	29/03/1985 a 16/07/1985	Antônio Palmeira de Cerqueira
20	16/07/1985 a 26/07/1987	Oyana Ribeiro de Araújo
21	26/07/1987 a 26/07/1990	Antônio Palmeira de Cerqueira
22	26/07/1990 a 26/07/1993	Raydalva Vieira Bittencourt
23	26/07/1993 a 30/06/1996	Rivanda Santos Mendonça
24	30/06/1996 a 26/07/1999	Rivanda Santos Mendonça
25	26/07/1999 a 16/08/2002	Paulo de Carvalho Teixeira
26	16/08/2002 a 29/07/2005	Rivanda Santos Mendonça
27	29/07/2005 a 29/07/2008	Rivanda Santos Mendonça

Fonte: Livro: Termo de Posse Nº 01 e 02 da SUPP

HINO COMEMORATIVO DO PRIMEIRO DECENIO DA SUPP (1947 – 1957)

Hino Suppeano

Autora: Profa. Olga Campos de Menezes

Salve, oh SUPP! ditoso fanal,
Que na mais luminosa porfia
Conjugaste num só ideal
A instrução e o porvir da Bahia.

“O trabalho tudo vence”
Eis o lema suppeano,
A divisa que convence
E guia o mestre bahiano

Em dois lustos de extrema labuta
Já pudestes vitórias contar
De campanhas renhidas, na luta
Teu valor não se pode ocultar.

A pequena semente – estandarte
Ao cultivo do amor floresceu...
Hoje somos fiel baluarte
De uma grei que lutou e venceu.

Gloria aos mestres, aos seus fundadores
De olhos fitos na idéia comum!
Que passamos cobri-los de flores,
Um por todos e todos por um!

**GALERIA DE GOVERNADORES E
SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA**

PERIODO	GOVERNADOR	SECRETARIO
10.04.1946 10.04.1947	Otávio Mangabeira	Anísio Teixeira
07.04.1951 07.04.1955	Régis Pacheco	Renato Vaz Sampaio
07.04.1955 07.04.1959	Antônio Balbino	Aloísio da Costa Short Luís de Moura Bastos
07.04.1959 07.04.1963	Juracy Magalhães	Wilson Lins Raimundo Mata
07.04.1963 07.04.1967	Lomanto Júnior	Luís Soares Palmeira Paulo Américo Eduardo Mamede Alcior Coutinho
07.04.1967 15.03.1971	Luís Viana Filho	Luís Navarro de Brito
15.03.1971 15.03.1975	Antônio Carlos Magalhães	Raimundo Galvão de Carvalho Kleber Pinheiro
15.03.1975 15.03.1979	Roberto Santos	Carlos Correia de Meneses Santana
15.03.1979 15.03.1983	Antônio Carlos Magalhães	Kleber Pacheco Eraldo Tinoco
15.03.1983 15.03.1987	João Durval Carneiro	Edvaldo Boaventura
15.03.1987 05.05.1989	Waldir Pires	Maria Augusta
15.05.1989 15.03.1991	Nilo Coelho	Jair da Silva Brasileiro
15.03.1991 03.04.1994	Antônio Carlos Magalhães	Dirlene Matos Mendonça
03.04.1994 02.05.1994	Ruy Trindade	Dirlene Matos Mendonça
02.05.1994 01.01.1995	Antônio Imbassahy	Dirlene Matos Mendonça
01.01.1995 03.04.1998	Paulo Ganem Souto	Edílson Souto Freire
03.04.1998 01.01.1999	César Borges	Edílson Souto Freire
01.01.1999 05.04.2004	César Borges	Eraldo Tinoco
05.04.2002 01.01.2003	Oto Alencar	Ana Lúcia Castelo Branco
01.01.2003 01.01.2007	Paulo Ganem Souto	Ananci Bispo Paim

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)